



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

TELMA AMÉLIA DE SOUZA PEREIRA

**A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS MULHERES TÉCNICAS EM
ELETROMECCÂNICA EGRESSAS DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

**São Cristóvão/SE
2023**

TELMA AMÉLIA DE SOUZA PEREIRA

**A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS MULHERES TÉCNICAS EM
ELETROMECÂNICA EGRESSAS DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Doutorado em Educação.

Área de Concentração: Educação, comunicação e Diversidade.

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz.

**São Cristóvão/SE
2023**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P463i

Pereira, Telma Amélia de Souza

A inclusão no mundo do trabalho das mulheres técnicas em eletromecânica egressas do IFS – Campus Lagarto / Telma Amélia de Souza Pereira ; orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, SE, 2023.
137 f. :il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação - Estudo e ensino. 2. Ensino técnico - Lagarto (SE). 3. Mulheres – Ensino profissional. 4. Mulheres - Emprego. 5. Divisão do trabalho. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Lagarto (SE). II. Cruz, Maria Helena Santana, orient. III. Título.

CDU 377:305-055.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TELMA AMÉLIA DE SOUZA PEREIRA

A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS MULHERES TÉCNICAS EM
ELETROMECAÂNICA EGRESSAS DO IFS - CAMPUS LAGARTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Sergipe e
aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 30.05.2023

Maria Helena S. Cruz

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
de Pós-Graduação em Educação / UFS



Documento assinado digitalmente
ROSANA CARLA DO NASCIMENTO GIVIGI
Data: 19/06/2023 17:05:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rosana Carla do Nascimento Givigi

Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Assinado por: José Paulo Gomes Brazão
Num. de Identificação: 08144679
Data: 2023.06.15 21:40:31 +0100

Prof. Dr. José Paulo Gomes Brazão

Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS



Documento assinado digitalmente
ELZA FERREIRA SANTOS
Data: 19/06/2023 09:18:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Elza Ferreira Santos
Instituto Federal de Sergipe / IFS



Documento assinado digitalmente
SERGIO LIMA DOS SANTOS
Data: 19/06/2023 10:15:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Lima dos Santos
Instituto Federal de Sergipe / IFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023

Dedicatória

As duas primeiras grandes mulheres da minha vida:
Minha mãe, Maria Amélia, simplesmente por ser ela, por seu amor,
sua confiança e “ensaio” feminista nos seus ensinamentos de vida;
Minha “Mãe-Pó”, Josepha Amélia (avó materna), que me ensinou a
rezar e admirar as estrelas.

AGRADECIMENTOS

“Ninguém sente a dor do outro!”. Me pergunto agora quantas vezes eu já ouvi essa frase e este é um daqueles momentos de reflexão que vejo o quanto ela faz sentido. Lembro de todos os estudos que li nos quais o autor falava de sua trajetória solitária e de suas dificuldades na construção do trabalho. Parecia estranho, mas me deparo hoje com um sentimento de afinidade e empatia com essas pessoas, muitas das quais nem conheço pessoalmente e provavelmente nunca vou conhecer.

Impossível deixar de registrar o período pandêmico¹ que impediu os momentos de interação e de discussões mais próximas, trouxe doença, incertezas, tristezas e dores. Ainda não sei onde podem chegar os seus rastros e, tampouco, como cada um ficou consigo e com o outro, mas de certo “nada do que foi será do jeito que já foi um dia[...].” (SANTOS, 1983).

Chegar aqui, no fim desse ciclo, não foi um caminho tranquilo. Quantas vezes eu disse: “está tudo bem!”, depois passei para “está indo!”, quando o desejo íntimo era só dizer “basta!”. Olhando para trás, vejo que andei tropeçando nas pedras “no meio do caminho” e não foram poucas e tiveram diversos tamanhos. Foram quatro anos intensos, a vida acadêmica não eclipsou a vida pessoal e social, elas coexistiram com momentos de cruzamentos, conflitos, incompatibilidades e ajustes. E por estar aqui, mesmo sendo solitário o percurso, sei que não estive só.

Com tudo o que foi essa jornada, sozinha não seria possível, sempre é preciso outro que apanhe seu grito e passe a outros além e, assim, a vida vai sendo tecida, como se tecem as manhãs (Melo Neto, 1996). Desse modo, a vivência acadêmica me trouxe pessoas e a oportunidade de conviver (não tanto quanto eu queria) e conhecer pessoas indescritíveis e ímpares.

Agradeço à Professora Maria Helena, minha orientadora, pessoa de uma memória detalhista, um repertório acadêmico impecável e perspicácia suave, sempre disponível e com um leque de indicações preciosas que conduziam a possibilidades de diversas vertentes de pensamentos. Obrigada por fazer com que o conhecimento flua através de suas discussões e dar/fazer sentido. Aproveito para apresentar meus cumprimentos e agradecimentos ao seu

¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi comunicada de vários casos de pneumonia em uma província da China em 31 de dezembro de 2019, tratava-se de um novo tipo de coronavírus entre os humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declara Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março, declara a COVID19 como pandemia. Em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo nº 6, que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>

trabalho como líder e aos participantes do grupo de pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” pelas discussões e pelo constante processo de divulgação de conhecimento que me fez passar por reflexões profundas sobre o que penso e como são minhas ações.

Ao PPGED por sua organização e por ter estado na pós-graduação vinculada a esse programa. Estendo meu agradecimento à parte administrativa do Programa, na pessoa de Guilherme por suas solicitude e urbanidade sempre.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, pelas informações e promoção de ações e cooperações com vistas a capacitação dos seus servidores e por me possibilitar, todos os dias, aprender e compartilhar conhecimentos. Agradeço aos professores Dr. Jose Osman dos santos e Dr. Mauro Jose dos Santos, grandes incentivadores da ciência e defensores do acesso ao conhecimento e que sempre estavam me incitando a persistir na jornada.

Aos professores avaliadores Profa. Dr^a Elza Ferreira Santos, pela disponibilidade e gentileza em contribuir para a avaliação e contribuições no processo de reflexão; ao Prof. Dr. Sérgio Lima dos Santos, por sua acolhida sempre generosa, sua amizade que sempre alegra aos olhos e o coração, por nossas longas conversas sobre os pensadores sociais e por sua avaliação a este estudo; ao Prof. Dr. José Paulo Gomes Brazão por seu gesto atencioso de estar colaborando em avaliar esta tese e, finalmente, a Profa. Dr^a Rosana Carla do Nascimento Givigi, que mansamente e com recortes de poesia, avaliou e marcou meu trajeto no PPGED, primeiro por apresentar as justificativas por minha ausência de trabalho em uma mesa que ela conduzia (eu estava internada devido a complicações da Covid19) e segundo pelas valiosas contribuições a este trabalho por meio de suas ponderações.

A Adenilde Dantas, minha amiga. Nos aproximamos durante o doutoramento: mesma orientadora, mesmo grupo e afinidades que nem pensávamos existir. Fomos nos descobrindo ao longo dessa jornada! E eu sei de você e você sabe de mim! Quantas coisas não ditas você trouxe a resposta, o acalento. Choramos e rimos juntas, tivemos conversas intermináveis, mesmo à distância. Um Brinde a nós! Você é muito importante para mim.

A Gilson Júnior, colega do Instituto Federal, grande amigo, parceiro nessa jornada de doutoramento. Compartilhamos dúvidas do trabalho, dos estudos, da vida, do cardápio, do “e agora?”, dos “assessoramentos pedagógicos” daqui, do “tecnológico” de lá. Obrigada, de coração!

A Raul Lago, obrigada por você trazer a força do “vai dar certo!” e das várias vezes em que seu auxílio foi imediato e extremamente preciso. Também a Tamires Batis..., compartilhamos a mesma orientadora e a trajetória de formação.

À Héstia Raissa Precoma, obrigada por seu carinho e cuidado. Por entender meus silêncios, ouvir meus pensamentos e ler meu olhar. Graças a sua extrema sensibilidade estou escrevendo aqui, nesse exato momento. Obrigada por nossas histórias e aguentar as longas conversas além de planejar as “fugas” que eu nem sabia. Também agradeço a Claudinei Precoma que, mais de uma vez, foi cúmplice nessas peripécias.

Aos amigos/as que acreditam que sou capaz, principalmente quando eu mesma não acreditava, me incentivando a virar mais uma página na minha vida e aos abraços energizantes e carinhosos que trocamos. Vocês sabem como são preciosos/as. Agradeço a Jose Raimundo Pereira, pelos incentivos por tantos anos.

À Selma Amélia, minha irmã, agradeço por sempre estar pronta para me acompanhar e incentivar, sempre já com a “roupa de ir!” (Piada interna). Com o mesmo amor e afeto a minha irmã, a Elielma, nossa cozinheira chefe que sempre traduz seu amor em poucas palavras e muita comida, e os irmãos Lucas, Lulu e Flávio por me lembrar de há vida fora da academia. Deixo minha prece, enquanto tento segurar essa lágrima, ao meu irmão Fabinho que não pôde esperar para me ver “*doutora*” como ele dizia: “*pagando todas as cervejas!*”, vítima da COVID19 como outros 700 mil brasileiros/as que morreram deixando tantos vazios. Às sobrinhas e sobrinhos, cunhadas e cunhados, pelos laços que fazem da família o recanto seguro e a fortaleza, além da certeza que “é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã[...]” (RUSSO, 1989).

A meus filhotes Mel e Ícaro, tudo por amor a vocês! Nós vimos e encontramos tantas pedras no meio do caminho², quanta dor, medo e noites em claro nesses últimos anos, mas estamos aqui! Firmes no amor, a gente sempre vai “dar um jeito” juntos. Faltam-me palavras para expressar tantos sentimentos.

Agradeço desde sempre a Deus, por ser meu refúgio, consolo e minha força para seguir e crer na Divina Providência!

² Alusão ao poema “No meio do caminho” de Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

A educação profissional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é possibilidade de qualificação para a população. A ocupação de vagas por mulheres/meninas mostra-se desproporcional em números de ingresso e terminalidade de cursos, dificultando a participação no campo da indústria, uma área historicamente organizada com base em elementos patriarcais. Esta pesquisa analisa as experiências das mulheres egressas do curso técnico de Ensino Médio Integrado em Eletromecânica do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, visibilizando dificuldades e avanços nas relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho. A investigação orienta-se por pressupostos do materialismo histórico-dialético, teorias feministas e de gênero, focalizando categorias de análise de gênero, divisão sexual do trabalho e educação profissional. Metodologicamente a pesquisa apresenta caráter qualitativo, do tipo ‘estudo de caso’, integrando na análise os aspectos geral e particular, micro e macro, objetivo e subjetivo, individual e coletivo, comunidade acadêmica, instituição, políticas do governo e experiências de mulheres egressas do IFS - Campus de Lagarto do Curso Técnico de Ensino Médio Integrado em Eletromecânica. As fontes orais integram 30 entrevistas semiestruturadas com mulheres egressas do curso técnico em tela, composta por contato direto e adotando-se a metodologia *snowball* ou estratégia de “Bola de Neve” para a contactar mais respondentes. A inserção da pesquisadora no cotidiano da instituição subsidiou a *observação* e a interação para captar aspectos singulares e fatores intervenientes da realidade. As *fontes documentais* integram a *revisão da literatura*; o *registro escolar* sobre dados pessoais de egressas de 11 turmas no marco temporal entre 2009 a 2020; *fontes eletrônicas* para o mapeamento do Estado da Arte ou produção do conhecimento do campo da educação. O método da Análise de Conteúdo (AC) é a proposta metodológica para o tratamento dos dados permitindo identificar o que está por trás da realidade empiricamente observada, o significado atribuído pelos sujeitos aos temas abordados. No estudo foi observado que a opção das egressas pelo curso de Eletromecânica é justificada pela busca da qualidade do ensino da instituição na região, por indicação de familiares e/ou amigos. A dificuldade de acesso à área de trabalho mostrou-se marcada nas atividades práticas ainda durante o curso, posteriormente, na busca por estágio, mobilizando uma parte das mulheres para outras áreas de atuação ou de formação superior. A participação das mulheres amplia-se na escolarização e ocupação de vagas de trabalho, contudo, as mulheres técnicas revelam barreiras de acesso na área da indústria, demarcam necessidade de maior valoração nos cursos técnicos e no mundo do trabalho. O desprestígio das mulheres no mercado de trabalho e a divisão social de papéis entre homens e mulheres são consequências de um processo sócio histórico marcado por determinantes diversos em cada sociedade, e, particularmente no Brasil, pela forma como se estruturou a construção do país com a influência do sistema patriarcal e da colonização violenta.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero. Divisão sexual do trabalho. Educação Profissional. Mulheres.

ABSTRACT

Professional education at the Federal Institutes of Education, Science and Technology is a possibility of qualification for the population. The occupation of vacancies by women/girls is shown to be disproportionate in numbers of admission and completion of courses, making it difficult to participate in the field of industry, an area historically organized based on patriarchal elements. This research analyzes the experiences of women who graduated from the technical course of Integrated High School in Electromechanics at the Campus Lagarto of the Federal Institute of Sergipe, highlighting difficulties and advances in gender relations in professional training and in the world of work. The investigation is guided by presuppositions of historical-dialectical materialism, feminist and gender theories, focusing on categories of gender analysis, sexual division of labor and professional education. Methodologically, the research presents a qualitative character, of the 'case study' type, integrating in the analysis the general and particular, micro and macro, objective and subjective, individual and collective, academic community, institution, government policies and experiences of women who graduated from IFS - Lagarto Campus of the Integrated High School Technical Course in Electromechanics. The oral sources are part of 30 semi-structured interviews with women who graduated from the technical course in question, consisting of direct contact and adopting the snowball methodology or "Snowball" strategy to contact more respondents. The insertion of the researcher in the daily life of the institution subsidized the observation and interaction to capture unique aspects and intervening factors of reality. Documentary sources are part of the literature review; the school record on personal data of graduates of 11 classes in the time frame between 2009 and 2020; electronic sources for mapping the State of the Art or production of knowledge in the field of education. The Content Analysis (CA) method is the methodological proposal for the treatment of data, allowing to identify what is behind the empirically observed reality, the meaning attributed by the subjects to the addressed themes. In the study, it was observed that the option of the graduates for the Electromechanics course is justified by the search for the quality of the institution's teaching in the region, by indication of family members and/or friends. The difficulty in accessing the work area was evident in practical activities during the course, later, in the search for an internship, mobilizing part of the women for other areas of activity or higher education. The participation of women increases in schooling and occupation of job vacancies, however, women technicians reveal access barriers in the industrial area, demarcating the need for greater valuation in technical courses and in the world of work. The discredit of women in the labor market and the social division of roles between men and women are consequences of a socio-historical process marked by different determinants in each society, and, particularly in Brazil, by the way in which the construction of the country was structured with the influence of the patriarchal system and violent colonization.

KEYWORDS: Gender. Sexual division of labor. Professional education. Women.

RESUMEN

La formación profesional en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología es una posibilidad de calificación para la población. La ocupación de vacantes por mujeres/niñas se muestra desproporcionada en número de ingreso y finalización de cursos, dificultando la participación en el campo de la industria, un ámbito históricamente organizado en base a elementos patriarcales. Esta investigación analiza las experiencias de mujeres que egresaron del curso técnico de Enseñanza Media Integrada en Electromecánica del Campus Lagarto del Instituto Federal de Sergipe, destacando dificultades y avances en las relaciones de género en la formación profesional y en el mundo del trabajo. La investigación se guía por presupuestos del materialismo histórico-dialéctico, feminista y de género, centrándose en categorías de análisis de género, división sexual del trabajo y formación profesional. Metodológicamente, la investigación presenta un carácter cualitativo, del tipo 'estudio de caso', integrando en el análisis lo general y particular, micro y macro, objetivo y subjetivo, individual y colectivo, comunidad académica, institución, políticas gubernamentales y experiencias de mujeres que egresado del IFS - Campus Lagarto del Curso Técnico Superior Integrado en Electromecánica. Las fuentes orales forman parte de 30 entrevistas semiestructuradas con mujeres egresadas de la carrera técnica en cuestión, consistentes en contacto directo y adoptando la metodología bola de nieve o estrategia “*Snowball*” para contactar a más informantes. La inserción del investigador en el cotidiano de la institución subsidió la observación y la interacción para captar singularidades y factores intervinientes de la realidad. Las fuentes documentales forman parte de la revisión bibliográfica; el registro escolar sobre datos personales de egresados de 11 promociones en el lapso de tiempo comprendido entre 2009 y 2020; fuentes electrónicas para el mapeo del Estado del Arte o producción de conocimiento en el campo de la educación. El método de Análisis de Contenido (AC) es la propuesta metodológica para el tratamiento de los datos, permitiendo identificar qué hay detrás de la realidad observada empíricamente, el significado atribuido por los sujetos a los temas abordados. En el estudio, se observó que la opción de los egresados por la carrera de Electromecánica se justifica por la búsqueda de la calidad de la enseñanza de la institución en la región, por indicación de familiares y/o amigos. La dificultad de acceso al área de trabajo se evidenció en las actividades prácticas durante el curso, posteriormente, en la búsqueda de una pasantía, movilizandando parte de las mujeres para otras áreas de actividad o estudios superiores. La participación de la mujer aumenta en la escolarización y ocupación de puestos de trabajo, sin embargo, las mujeres técnicas revelan barreras de acceso en el área industrial, demarcando la necesidad de una mayor valoración en los cursos técnicos y en el mundo del trabajo. El descrédito de la mujer en el mercado de trabajo y la división social de roles entre hombres y mujeres son consecuencias de un proceso sociohistórico marcado por determinantes diferentes en cada sociedad y, particularmente en Brasil, por la forma en que se construye el país. se estructuró con la influencia del sistema patriarcal y la colonización violenta.

PALABRAS CLAVE: Género. División sexual del trabajo. Educación profesional. Mujer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matrícula por sexo e idade nos Cursos Técnicos Integrados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- Brasil – 2020 (Ano Base 2019)	69
Figura 2 - Matrícula por faixa etária de 15 a 19 anos nos Cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Brasil.	71
Figura 3 - Matrícula por sexo e idade nos Cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- Brasil – 2020 (Ano Base 2019)	72
Figura 4 - Matrícula nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto - 2009-2020.....	78
Figura 5 – Matrícula segundo o sexo nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto -2009-2020.....	79
Figura 6 – Matrícula de estudantes do sexo feminino nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto -2009-2020.....	79

ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1- Fotografia área atual do IFS- Campus Lagarto	75
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSM	Brasil Sem Miséria
CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNRVV	Centro de Referência às Vítimas de Violência
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos
COVID19	Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-cov-2
DHESCA	Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RPN	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNED	Unidade Descentralizada de Ensino

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Organização do texto.....	27
2 O DESENHO METODOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	29
2.1 Aspectos Teórico-metodológicos.	29
3 O CONHECIMENTO SOBRE O OBJETO.....	37
3.1 O Estado do Conhecimento Sobre o Objeto.	37
3.2 (Re)conhecendo Estudos Sobre Mulheres, Educação Profissional e a Divisão Sexual do Trabalho.	45
3.2.1 gênero e mulheres	46
3.2.2 divisão sexual do trabalho.....	57
3.2.3 educação profissional.....	60
3.2.3.1 de escolas técnicas federais a institutos federais.....	62
3.2.3.2 a organização dos dados da educação profissional.	68
4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	74
4.1 O Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe.....	75
4.2 O Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica.....	81
5 O PERCURSO DA FORMAÇÃO E A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS TÉCNICAS EM ELETROMECAÂNICA SOB O OLHAR DAS EGRESSAS.	85
5.1 A Trajetória da Formação Profissional sob a Perspectiva das Técnicas em Eletromecânica.....	88
5.2 A Definição do Título de Técnica em Eletromecânica.	93
5.3 O Ingresso no Mundo do Trabalho das Técnicas em Eletromecânica.	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
BIBLIOGRAFIA	113
ANEXOS.....	123
APÊNDICE.....	128

1 INTRODUÇÃO

A profissionalização dos jovens é uma preocupação que caminha pari passu com equalização das políticas de educação direcionadas para inserir no mundo do trabalho uma parcela significativa da população com qualificação técnica. O tema tem gerado ao longo dos anos um grande leque de questionamentos a respeito dos vários pontos que envolvem essa profissionalização, quer sejam vinculados a acesso, permanência e terminalidade, direcionados por transformações na estrutura do capitalismo, quer seja no campo político, econômico, da cultura.

Essas mudanças atingem a sociedade e modificam os modos de vida, os meios de produção, as relações de poder e dominação, seja na própria estrutura estatal, seja nas esferas do mercado, em que as tensões entre o global e o local, entre a tradição e o moderno se confundem num movimento inconstante, que dimensionam o mundo do trabalho e a preparação para ele, sobretudo na educação que é desenvolvida nas instituições de ensino.

Nesta linha de pensamento mais geral estão, entre estes jovens, as mulheres que buscam por atividades de trabalho especializado. Pensando sobre esse ponto, são destaques desse estudo as mulheres egressas do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS – Campus Lagarto.

Em meio a esse cenário, as questões relacionadas aos papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres despontam e perpassam subjacentes às práticas cotidianas no espaço da instituição.

Nesta perspectiva, conforme Carreira (2016), as desigualdades permanecem fortes entre as mulheres brasileiras, principalmente as desigualdades marcadas nos indicadores de acesso e de desempenho, com destaque aqui para as variáveis de renda, raça e etnia e local de moradia (rural e urbano), situação mais agravante para as mulheres negras, indígenas e do campo. Persiste a situação do desempenho e obstáculos à permanência nas escolas dos meninos, adolescentes e jovens brasileiros, em especial, dos adolescentes e jovens negros.

Ademais, se observa a manutenção de uma educação sexista, racista, homo/lesbo/bi/transfóbica e discriminatória no ambiente escolar. A instituição de ensino sobre a qual me debruço neste estudo se insere nessa situação complexa, embora esforços estejam sendo envidados para romper com essas práticas. Igualmente, ainda persiste a concentração das mulheres em cursos e carreiras “ditas femininas” com menor valorização profissional e a

desvalorização dos profissionais da educação básica, seja nas escolas regulares e até mesmo na própria instituição quando se observa a resistência dos profissionais em se dedicar ao ensino médio.

Considerando esses desafios, foi proposto no *Informe Brasil – Gênero e Educação*³ (2011 e 2013) um conjunto de recomendações visando fortalecer e tornar mais precisa uma agenda estratégica para a promoção da igualdade de gênero nas políticas educacionais. Este documento questiona o entendimento de setores governamentais e da sociedade civil de que no Brasil os desafios da garantia dos direitos das mulheres e, de forma mais ampla e relacional, a equidade de gênero (entre homens e mulheres) na educação já foram resolvidos. Nessa direção, o *Informe* problematiza tal visão:

Se, por um lado, grande parte dos indicadores educacionais mostra que as mulheres se sobressaem em relação aos homens; esses indicadores também comprovam a persistência de graves desigualdades associadas à discriminação sexista, étnica e racial, à concentração de renda, à distribuição desigual de riqueza entre campo e cidade. Se, por um lado, a situação mais favorável para as mulheres do que para os homens no campo educacional revela o sexismo nas escolhas das carreiras acadêmicas; por outro, desnuda a ampliação da desigualdade entre as próprias mulheres. É preciso considerar a interseccionalidade entre gênero, raça, etnia, rural/urbano e orientação sexual para desenvolver políticas específicas que combatam preconceitos, mesmo entre mulheres. A taxa de analfabetismo das mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas; e o acesso à educação das meninas e mulheres das áreas rurais é menor, em relação às que vivem nas áreas urbanas. Já entre os povos indígenas a desigualdade de gênero é maior nas matrículas, principalmente no ensino médio. (INFORME, p. 22 e 23)

A partir dos dados do Censo Demográfico de (2010) e da PNAD (2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de outras informações e estudos mais recentes, o *Informe* buscou analisar, debater e estruturar propostas que pudessem enfrentar as inequidades de gênero ligadas à Educação. O debate sobre gênero e educação não é novidade no Brasil, principalmente no que se refere aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em documentos internacionais da agenda de direitos de mulheres e jovens⁴, concretizados em

³ O *Informe Brasil – Gênero e Educação* foi produzido no marco da Campanha Educação Não Sexista e Anti Discriminatória (<http://educacion-nosexista.org/>) pela organização Ação Educativa, com colaboração da organização Ecos – Comunicação e Sexualidade, do CNRVV do Instituto Sedes Sapientiae/SP e da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma DHESCA Brasil.

⁴ Em especial, a Convenção contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960); a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/1979); a Plataforma de Ação da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994); a Convenção Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); a Plataforma de Ação de Beijing sobre os Direitos das Mulheres (1995); a Conferência de Durban sobre Racismo, Xenofobia e Discriminações Correlatas (2001); a Declaração do México – Prevenir com educação

iniciativas governamentais e não governamentais elaboradas nas últimas décadas no país que tiveram um grande impacto no enfrentamento das desigualdades e no acesso à educação como um direito. (VIANNA, 2012)

Importante manter a atenção no fato de que a abordagem de gênero vem se compondo como instrumento de tal forma importante pela sua posição, tornando-se, desta feita, imprescindível para buscar ajuste e condução social, em diversos campos, a exemplo das práticas profissionais nas fábricas.

A partir do gênero, podem-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações sociais. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens). (CRUZ, NASCIMENTO& SANTANA, 2018, p. 47)

Os estudos que se debruçam sobre os objetos de discussão que envolvem as categorias gênero e ciência são intensificados pela complexibilidade da própria ciência moderna na sua característica dos pressupostos androcêntricos como um dos seus maiores marcos. Existe uma necessidade de impulsionar uma constante busca da desconstrução da neutralidade científica e das formas como essa mesma ciência continua introjetando hierarquias na sociedade, inclusive de gênero (SARDENBERG, 2002; NUCCI, 2018).

O androcentrismo tem se mostrado como um elemento cultural relevante para conduzir o distanciamento das mulheres das profissões ligadas ao desenvolvimento e produção nas mais diversas áreas tecnológicas. A construção estereotipada e sexista da cultura pelos determinantes androcêntricos vem tendo sua contribuição constante para que haja a baixa participação feminina nas áreas da tecnologia (MORENO, 1999).

Nesta linha de reflexão, o conceito de androcentrismo é pontuado como o que:

em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. (MORENO, 1999, p. 23).

Ainda considerando a importância do androcentrismo na composição de uma cultura pautada em seus princípios que são reguladores, as questões que se colocam atualmente são, essencialmente, focadas na utilização da tecnologia e com esta é um meio de manter a dominação e a manutenção do poder tendo os mesmos detentores nas mediações

As mulheres foram retiradas da História de diversas formas, no espaço das tecnologias e da ciência não foi diferente. Colling (2004) chama a atenção para o registro histórico das mulheres as quais são equiparadas às crianças, e ainda como sensíveis, fracas e frágeis, o que seria justificativa para, na visão androcêntrica, impedir que elas pudessem manusear tecnologias já existentes e, a partir destas, abrir o leque de possibilidades e acesso a tantas outras novas tecnologias que estiveram, desde longa data, acima das capacidades femininas.

Os estereótipos se baseiam justamente quando as “imagens” sobre algo não passam por crivos de questionamento e a problematização sobre o que de fato há sobre a situação ou os envolvidos. A submissão a regulações sociais apresenta uma explicação vaga, proporcionando um juízo equivocado e mais discriminações sem sentido.

Desse modo, é importante desenvolver novas propostas metodológicas de pesquisa e intervenção para favorecer o empoderamento das mulheres e a conscientização de homens questões como discriminações de gênero, estereótipos e situação de violência. É importante que ambos percebam a tendência de minimizar, de naturalizar, justificar e até negar a própria experiência baseada em mitos sociais e em estereótipos de gênero. Dessa forma, poderemos ter mais condição para que homens e mulheres realmente possam se libertar e transformar as relações sociais em diferentes âmbitos.

As desigualdades entre homens e mulheres expressam relações hierárquicas e de poder que por sua vez são institucionalizadas operando em várias esferas sociais. Assim, considerou-se fundamental abordar as desigualdades de gênero em uma perspectiva interseccional. O termo "interseccionalidades" põe em relevo a diversidade das identidades e experiências das mulheres como fenômeno das multi discriminações, ao pensar, principalmente a conexão do sexo/gênero com outros eixos de identidade (raça, etnia, classe, sexualidade/orientação sexual, entre outros) que ainda participam de discursos e práticas sociais que são as bases das desigualdades, discriminação e violências que acometem uma parcela significativa das mulheres.

Entendeu-se que somente com base em uma perspectiva interseccional é possível compreender vários dos obstáculos que impactam a trajetória educacional de mulheres e homens em nossas sociedades latino-americanas. Práticas hierarquizadas dentro de sistemas fechados de poder, podem revelar formas de violência, interseccionadas, constituindo um fio comum que ligam elementos que servem de lastro e os fundamentam a exemplo do racismo.

É possível dizer que o Brasil vivenciou um período de melhoria significativa em todos os indicadores que medem as oportunidades de acesso e permanência na Educação Básica. Isto trouxe como consequência a diminuição do número de analfabetos, a universalização de acesso de crianças ao ensino fundamental e um aumento progressivo do número médio de anos bem-sucedidos de estudo da população, nas diferentes faixas etárias e em todas as regiões do país.

Normalmente esse aumento significativo na escolaridade e melhora no desempenho de mulheres na educação são apresentados como uma superação do desafio em garantir os direitos das mulheres e o alcance da equidade de gênero. Contudo, o avanço expresso nos indicadores nacionais de educação com relação ao acesso das mulheres à escolarização não é suficiente para explicar, por exemplo, o porquê de as mulheres continuarem concentradas em cursos e carreiras consideradas socialmente como “femininas”, com menor valorização profissional e pouco reconhecimento social, e porque elas têm uma sub-representação em algumas importantes áreas das ciências e das tecnologias.

Em concordância com Cruz (2014), de que o campo científico é um espaço de disputa pelo monopólio da competência e poder social, direciono-me para o entendimento de que a concepção de gênero nas ciências sociais possibilita repensar as desigualdades socialmente postas entre homens e mulheres sob um prisma diferente do tradicionalmente apresentado pela heteronormatividade. Essa heteronormatividade é compreendida como um elenco de normas que delimitam os processos sociais de organização e controle. Dentro do que foi esboçado por Warner (1991), o padrão heterossexual delimita as expectativas, as demandas e incumbências sociais por ser considerado como o natural e, por isso, a base da sociedade. Berlant e Warner (2002) defendem que a heteronormatividade são:

[...] aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral. (BERLANT; WARNER, 2002, p.230).

Nessa direção de entendimento, a heteronormatividade se constitui numa forma de condicionar as maneiras de ser, de viver, de se relacionar com o outro baseado no que está determinado pela organização social na perspectiva da visão biologicista e, dentro dela, com

duas possibilidades de existir exclusivamente relacionada à anatomia humana (feminino/fêmea ou masculino/macho).

Embora o termo heteronormatividade seja recente, os estudos feministas desenvolvidos em períodos denominados ondas, já vinham dimensionando uma reflexão que busca romper com os discursos que desconsideram a diversidade dos indivíduos e os papéis que lhes são definidos como socialmente adequados.

O presente estudo parte do pressuposto de que o movimento de busca de igualdade de acesso a uma educação que qualifica para o mundo do trabalho é um direito (Art. 205, CF, 1988), enquanto resultado de uma luta com vista às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, vem garantir a aceitação de formação de mulheres em todas as modalidades e níveis de ensino, e ainda, considerando que, embora a instituição demarcada como lócus de estudo seja centenária, a discussão de gênero é um tema relativamente novo no contexto da educação profissional. Desta feita, tal aspecto justifica a realização da pesquisa dentro do objeto definido.

Em uma breve retrospectiva pessoal, atuei formalmente na educação básica como professora de Magistério do 2º Grau desde o ano de 1990. Em 1991, ingresso no curso de Pedagogia da UFS como aluna regular, mas finalizei o curso na Universidade Brás Cubas por transferência devido a questões pessoais. Estranhamente, foi no ambiente universitário e na atuação como substituta na rede estadual que senti o peso da discriminação regional enquanto lá estive. O primeiro me obrigou a constantemente estar mostrando conhecimento para ser respeitada, mas não deixei de ser a “bahianinha”; no segundo, simplesmente decide sair depois de 3 meses quando só me atribuíram duas substituições em aulas. Em 1997, de volta a Sergipe, já com uma filha, retomo a docência e passo também a exercer a função de técnica pedagógica por mais de dez anos na Secretaria Estadual da Educação de Sergipe, sendo 8 anos na mesma escola do interior, no povoado onde morei quase toda a minha vida, e os dois últimos na Diretoria Regional de Educação. Foram anos de intensa aprendizagem e muitas mudanças na educação, a exemplo do retorno do Magistério de 2º grau nas escolas estaduais e o fim dele; a implantação, desenrolar e fim do Programa 5S⁵ e várias outras tentativas de gerenciar as ações pedagógicas promovido pela rede estadual.

⁵ Em 2004, o Governo do Estado de Sergipe faz Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação, com um modelo de gestão de resultados e dentro de uma visão de produto. O 5S diz respeito a cinco sentidos: utilização, ordenação, limpeza, autodisciplina e segurança. Esse modelo tinha moldes pouco flexíveis e muito enxutos. Ver: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10476/1/Dissertacao_Sonia%20Barreto.pdf>.

Em 2009, também dentro do Plano de Expansão⁶ da educação profissional, através dos concursos públicos que foram realizados, assumi como servidora do IFS no cargo de Pedagogo-Área, sendo técnica administrativa em educação. Foi um marco na minha história profissional e pessoal. Profissionalmente porque mesmo já atuando por mais de 15 anos na educação pública, à época exclusivamente no ensino básico regular, o universo do ensino profissional é novo e instigante, pessoalmente, era uma nova construção de relações interpessoais cotidianas e com uma diversidade de grupos e interesses.

Nesse novo espaço, a educação profissional, nas diversas modalidades e ainda os cursos superiores – modalidades bem diferentes do que convivia, mas igualmente com dificuldades que já eram velhas conhecidas em todas as instituições, a exemplo dos índices de evasão e repetência – já me provocava questionamentos e me inquietava ainda mais.

Como contraste em relação a outras instituições onde desempenhei parte de minhas funções anteriormente, havia um número reduzido de estudantes e servidoras (técnicas administrativas e docentes) mulheres. Em relação aos servidores, os números diminuíram suas diferenças, mas em relação aos estudantes, a diferença não é nítida. Pessoalmente, ao entrar na rede federal, vivi a diferença dos recursos de trabalho e da remuneração em relação à rede anterior de trabalho, o que impactou na constatação de que unidades de ensino e suas redes funcionam totalmente diferentes, mesmo sendo de uma região geográfica igual, guiada pela mesma LDB e ter vários programas comuns.

Nessa vivência de um ambiente de educação profissional e tecnológica, a escolha do objeto foi impulsionada pelo contato cotidiano direcionado pela atuação profissional enquanto pedagoga, com jovens na etapa final da Educação Básica, em curso de formação integrada com a educação profissionalizante da rede federal de ensino.

Para além da condição profissional no cargo de pedagoga, na condição de mulher, o estranhamento constante da baixa procura e abandono de estudantes mulheres nos cursos profissionalizantes causa uma inquietude angustiante para o entendimento dessas particularidades, alimentadas por pequenas situações em que falas truncadas destacavam a condição de mulher como indicativo de impossibilidade de permanência e/ou interesse na formação por parte de pais/responsáveis, docentes, técnicos administrativos e os próprios estudantes.

⁶ Com a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, o MEC implanta um Plano de Expansão dividido em três fases, com sucessivas aberturas de unidades e estruturação da rede, com aumento substancial em oferta de e capilaridade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>.

Esta situação recordava falas, dirigidas a nós (eu e irmãos/ãs) durante boa parte da adolescência e juventude, que destacavam o fato de “não ter pai” como justificativa das diferenças impostas sobre minha família e constantes comparações que inferiorizavam em relação às outras: faltava a figura masculina no comando. Embora o modelo patriarcal se mantivesse sob a batuta de uma mulher (minha mãe se mantinha firme no comando, “pai e mãe” como ela mesma repetia constantemente), não preenchia os requisitos para que fosse tida como “normal” e dentro do aceitável para o período e local onde vivíamos.

Ao lado dessas vivências pessoais e profissionais, a oportunidade de ser aluna especial da disciplina Relações de Trabalho, Gênero e Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe- PPGED, em 2013, seguida do ingresso como aluna regular, em 2015 – à época na linha de Diversidade, mais especificamente na Educação Inclusiva – abriram um novo horizonte de demarcação de inquietude, ampliada pelo entendimento de que todo conhecimento produz conhecimentos e desconhecimentos (SANTOS, 2003).

Desse modo, considera-se importante as análises e discussões para entender e desmistificar esse quadro pintado em tons pastel, mascarando a vivacidade das cores cotidianas que coadunam com fato já demonstrado por Cruz (2005), ao mostrar que mesmo que haja a maior qualificação, as mulheres ainda são submetidas às práticas sociais patriarcais. Situação também defendida por Bruschini (2000), ao dizer que a manutenção do modelo familiar patriarcal é fator que tem dificultado a inserção no mundo de trabalho por conta de outras atividades domésticas. (ALVES, 2017; GRESCHEN, 2017; GOMES, 2020).

As esferas de poder articulam e sustentam as instituições e estruturas do Estado, por meio de toda uma complexa cadeia de concepções e ideais que, interligadas, fazem a manutenção dos movimentos de relações de força.

Conforme Costa (2018), as relações de poder se mantêm alicerçadas nos vários sujeitos que se envolvem nos processos, quer sejam os que impõe as diretrizes, sejam os que estão sujeitos a um panorama social no qual a desigualdade não é um fator relevante e quando a desigualdade se apresenta faz parte de cunho pessoal ou de uma injustiça social, mas localizada. A aceitação dessa condição das relações de poder despercebidas, na maioria das vezes, é arregimentada através dos mecanismos de socialização, das ideologias, das crenças religiosas, entre outros (COSTA, 2018).

Congruente a essas relações e suas implicações, o domínio masculino patriarcal vai se evidenciando de diversas formas na sociedade, seja nos espaços domésticos ou públicos, de forma explícita ou velada, mas salvaguardando a estrutura de dominação. Mesmo não havendo

práticas discriminatórias que nitidamente possam ser observadas contra a mulher ou o inverso disso, com atos de violência claros, o domínio patriarcal mantém-se enraizado e atuante por ser poder de gênero que arregimenta os privilégios masculinos e delimita as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

A relação que se estrutura em termos de desigualdade social, também marcada por aquelas relacionadas à inserção das mulheres em determinados setores produtivos, é mantida pela relação entre o capital e o trabalho. Há uma indicação que ainda “as mulheres são cerceadas por um sistema racional, prescritivo, que limita a autonomia e cristalizam comportamentos e papéis sexuais conservadores” (CRUZ, 2005, p. 202).

Embora passando por mudanças constantes, capital e trabalho permanecem fortes para a estruturação das relações sociais ao seu redor. Dentro deste contexto, o trabalho tem se apresentado “no plano da historicidade de modos de produção material (objetiva e subjetiva) da existência humana, demarcados pela cisão de classes sociais e, portanto, pelo conflito e pelo antagonismo; ou da compreensão da “interação social” [...]” (FRIGOTTO, 2011, p. 27).

Pensando que o indivíduo não se constitui à margem da relação com a natureza e sim agindo sobre ela, nas relações entre o/s indivíduo/s, a natureza e, por conseguinte, as relações sociais, num fluxo de reprodução ou produção da realidade erigida historicamente e refletida dialeticamente nas suas condições, este estudo tem uma inspiração histórico-dialética na sua organização e análise de dados e das conjunturas de sua composição social de indivíduos que estão em movimento constante de mudanças, por não ser a-histórico, nem idêntico a si mesmo durante esse processo de ser indivíduo.

Nesta medida, cabe às escolas, enquanto espaço institucionalizado de formação, através do Estado, segundo Rodrigues (2012), implantar políticas públicas de inclusão, com vistas a garantir a justiça social para a cidadania. Assim, o ponto central da escola passa a ser manter o foco na tarefa de considerar as desigualdades entre homens e mulheres com o objetivo de atingir a equidade de condições ao processo de formação qualificado para o mundo do trabalho. Trata-se de reconhecer e agir com a posição das diferenças, mas algumas questões nos inquietam: as egressas descrevem que a sua condição de mulher dificultou o transcurso da formação? As egressas se reconhecem técnicas? Onde trabalham as técnicas em Eletromecânica? Há impedimentos para ser uma técnica em Eletromecânica? O ingresso no mundo do trabalho ocorreu com base no curso?

Desta forma, pensando que a profissionalização do indivíduo se mostra como um desafio às instituições de ensino – principalmente àquelas que se voltam para a formação integral, ainda que a garantia de permanência com êxito acadêmico e inserção no mundo do

trabalho, principalmente das mulheres, tem como prerrogativa a articulação minuciosa de um projeto de gestão administrativo-pedagógico – estipulamos como problema de pesquisa: Como as experiências das mulheres egressas expressam a influência de sua condição de gênero na formação profissional e inclusão no mundo do trabalho na área de formação técnica?

A problematização desenvolvida nesta pesquisa originou a proposição orientadora inicial: Os aspectos contraditórios, interseccionados de ordem educacional, econômica, familiar, social e cultural delimitam a formação e a inclusão no mundo do trabalho de mulheres egressas do ensino médio técnico integrado do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe.

Nesta direção, a participação feminina nos cursos profissionais tem aumentando significativamente, tendo o número de matrículas de mulheres superado a de homens desde a década de 2000. Embora o relatório *Gender and education for all the leap to equality: EFA global monitoring report 2003/41*, divulgado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), apresente dados que igualmente apontam para uma ampliação da igualdade de acesso ao ensino pós-secundário em escala mundial, também traz informações sobre as referências das escolhas das mulheres nestes prosseguimentos de escolarização, como uma questão essencial a ser posta nos debates para que seja efetivada a almejada igualdade de gênero.

Na realidade brasileira persiste a tendência das mulheres se concentrarem em determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras. As áreas gerais de formação com maior concentração feminina são as com ocupações de menor remuneração média no mercado de trabalho (IBGE, 2014, p.107), e que mais se afastam da visão do senso comum de Ciência e Tecnologia. Para contribuir com o desvelamento das escolhas das alunas por essas áreas de atuação em detrimento de outras mais “tecnologizadas”, é necessário conhecer a forma como essas mulheres se percebem e se relacionam com suas construções sobre a formação profissional, inserção e atuação no mundo do trabalho.

Pondero que este estudo, junto a outros que já puseram em pauta alguns elementos de inquietação, possa contribuir com elementos para uma reflexão e possíveis replanejamentos institucionais com vistas à efetiva oferta de educação profissional com acuidade das relações sociais de gênero, sobretudo para as mulheres que buscarem a profissionalização através do Instituto Federal de Sergipe, como elemento de exercício da cidadania.

A definição da questão de pesquisa direciona-se para o que apresenta Flick (2009) no sentido de que a comunicação do pesquisador com o campo de pesquisa que elege, não ocorre simplesmente como observador, mas como parte da interpretação enquanto indivíduo e, assim, considerando a minha atuação na equipe pedagógica de um campus e a observação cotidiana e

diuturna das dificuldades de estudantes do sexo feminino em optar/frequentar cursos da área de indústria, tem o reflexo no número inicial e final das matrículas, além da inserção no mundo do trabalho na qual são profissionalizadas.

Muitas questões vão surgindo e evidenciando a emergência de aprofundamento de conhecimento e articulação de ações com foco na profissionalização de estudantes, coerentemente com a possibilidade de acesso e formação em instituição com qualidade e equidade de condições.

Refletindo que o processo de inovação tecnológica deve ser voltado não somente para os aspectos técnicos, mas também para o processo de formação – favorecendo o desenvolvimento de relações sociais mais participativas e enriquecedoras no trabalho, significando avanços na cidadania e na universalização de direitos – direciono para o foco de apresentar resposta à questão aqui levantadas e à constatação da hipótese formulada, tenho como *objetivo geral* analisar as experiências das mulheres egressas do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, discutindo as dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho.

Para tanto, os objetivos específicos buscam: identificar entre mulheres egressas a concepção do sujeito em relação a gênero, mulher e da heteronorma no cotidiano formativo do IFS- Campus Lagarto; examinar experiências e narrativas das egressas do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica a respeito da diversidade relacionada de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual através de relatos de entrevistas e implicações na formação e inserção na área profissional; analisar as narrativas de egressas a respeito das implicações da diversidade (de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual) na formação e inserção profissional; detectar estratégias e caminhos traçados pelas egressas pós-formação profissional no IFS.

1.1 Organização do texto.

Esse presente texto foi pensado e encontra-se organizado em seis seções de estudo. A primeira está sendo apresentada nesta introdução, em que há a descrição inicial de ideias e direcionamento que foram traçados ao longo da escrita e das atividades de reflexão durante o processo da construção dessa tese.

Na segunda seção, há os desenhos teórico-metodológicos que orientam este estudo. Na terceira seção são apresentadas as produções de estudos que tratam de temas relacionados a este estudo e uma discussão das principais categorias que lastreiam o texto, objetivadas com alinhamento às discussões de gênero, apoiadas em Crenshaw, Machado, Rago, Sardenberg e Scott; divisão sexual do trabalho, a partir de Brushini, Hirata, Kergoat; educação profissional, apoiadas em Manfredi, Kuenzer, Frigotto além de outros demandados pelas possíveis interseccionalidades do deslocamento da mulher no mundo do trabalho.

Na quarta seção, são apresentados os principais aspectos a constituição do Instituto Federal de Sergipe e as especificidades Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica, esmiuçando os documentos da Educação Profissional e Tecnológica – EPT e do Instituto Federal de Sergipe e o Projeto Pedagógico de Curso – PPC, para identificar as orientações curriculares da formação profissional que se pretende ofertar, os princípios que os norteiam, em consonância com os documentos oficiais que são as diretrizes para a educação profissional.

Na quinta seção, trato das questões metodológicas, dos procedimentos de análise com base nas entrevistas nos diálogos com as informantes os resultados da pesquisa, traçando paralelos com as ideias e categorias que prevalecem nas ideias das mulheres.

Por fim, na sexta seção estão expressas as considerações finais em que procuro descrever os conhecimentos produzidos, as impressões e afirmações que marcaram a minha reflexão neste momento através deste estudo e as impressões dentro dos objetivos propostos.

2 O DESENHO METODOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

Antes de adentrar nas discussões teóricas, exploratórias e de análise, faz-se necessário descrever as ferramentas e técnicas empregadas na realização do estudo. De modo que, reserve-se este capítulo para a descrição de aspectos teórico-metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Aspectos Teórico-metodológicos.

Em coerência com o objeto deste estudo, centrado nas relações de gênero presentes na formação profissional e no mundo de trabalho mediante as experiências de mulheres egressas do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, procuram-se articulações com as contribuições da epistemologia feminista e de gênero para a construção do conhecimento e com os pressupostos teóricos do materialismo dialético que perpassam a visão de observação apresentada, possibilitando conhecer as leis do movimento da realidade.

O método dialético busca alcançar as mediações com o fito de explicar as relações dos complexos com a totalidade, para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações. Iniciando com os fenômenos aparentes e por meio de um processo de abstração, visa chegar à sua essência, reproduzindo a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado (KOSIK, 1976). A abordagem busca apreender as categorias metodológicas, considerando sua totalidade, contradição, historicidade e possibilidade no todo da realidade das relações de gênero, no contexto particular da educação.

Além de proporcionar a historicidade do fenômeno em estudo, aborda suas relações em um nível mais amplo, situando-o dentro de um contexto complexo e, ao mesmo tempo, tratando-o de forma específica ao estabelecer as contradições possíveis existentes entre os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo, buscando sempre o que não está perceptível à superfície dos discursos.

Enquanto fundamentos do método, intenta-se relacioná-los com questões centrais que se entendem fulcrais para toda e qualquer investigação científica, com destaque aqui para as pesquisas em ciências humanas e sociais e, especialmente, na educação, quais sejam: a relação entre a dimensão ontológica e a dimensão epistemológica da realidade, bem como o tratamento

dado às categorias de análise do objeto investigado, com destaque para determinantes de gênero na dinâmica das relações sociais a partir de uma perspectiva feminista.

A relação entre feminismo, relações de gênero e marxismo mostra-se importante para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe, entre outros marcadores. E se na dinâmica social os conflitos são constantes, para tentar minimizar e zerar os conflitos seria importante o diálogo com a sociedade, antevendo que capitalismo, sexismo, racismo, etarismo, e lesbo/homofobia, dentre outras matrizes de opressão, não agem independentemente, mas estão imbricadas ou em “simbiose”, constituindo-se como matrizes de opressão que se entrelaçam e se reforçam, forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados (SARDENBERG, 2015).

Assim, não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante. As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de gênero — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. Afinal, entende-se como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicos. De forma mais precisa, entende-se que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho.

Em consonância com as questões, objetivos e proposição orientadora, procuram-se articulações com as contribuições da epistemologia feminista e de gênero para a construção do conhecimento. Entende-se que a maneira de observar e problematizar a realidade social imanente ao universo das mulheres e do gênero, imprime um processo analítico de aprofundamento para além de métodos de investigação tradicionais, configurados por aportarem aspectos androcêntricos que parcializam as análises e restringem os estudos de gênero e sobre as mulheres (OLIVEIRA, 2015).

Os conceitos orientadores nesta pesquisa integram aspectos empíricos presentes na dinâmica das relações sociais em uma dimensão histórica, propondo que é nesse contexto que as “opressões que se entrelaçam” dão margem a intersecções específicas dos “prismas” (SARDENBERG, 2015) de gênero, raça, classe e outras categorias semelhantes. Por isso mesmo defende-se que a forma que essas relações tomam em um determinado contexto é sempre histórica, social e culturalmente específica, não pode nunca ser deduzida de como se

expressam em outros contextos. Isso implica sempre na necessidade de análises substantivas, baseadas na investigação empírica.

Da mesma forma, ainda apoiada em Sardenberg (2015), gênero, raça e classe e demais marcadores de diferença e elementos constitutivos das relações sociais não atuam separadamente. Esses elementos se intersectam e recortam uns aos outros, modificando-se, mutuamente. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas. Daí porque precisamos pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se inter cruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades. Nesse intuito, baseio-me aqui na noção de “caleidoscópios de gênero” que, acredito, nos permite melhor dar conta desses processos.

Conforme Sandra Harding (1996), aludo o método feminista como procedimento complexo e específico produzido pelos feminismos que interroga sobre as condições, situações, os fenômenos e o modo de vida das mulheres, bem como associa as características particulares sob as quais as investigadoras feministas tecem os modos de pesquisar. Caminhando sob essa perspectiva, entendo que corresponde à chave de compreensão epistemológica sobre os fenômenos que circunscrevem a realidade das relações de gênero e, especificamente, o universo das questões que impactam sobre as mulheres.

Na direção de pesquisa marcadamente voltada para processos educativos, escolhi a abordagem qualitativa, considerando o objeto de estudo, busco descrever a organização da instituição, questionando a educação profissional em condições de equidade de ações, como também na análise das respostas das egressas do curso da área de indústria do IFS, no Campus Lagarto.

Entende-se como falsa a dicotomia quantitativo-qualitativo que emerge no campo da pesquisa da educação e que ainda alguns tentam manter. Tal dicotomia não tem razão de existir. Quantidade e qualidade podem se complementar, isto porque a realidade abrangida por eles interage de forma ativa, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2002). Contudo, mesmo que os dados quantitativos sejam usados para demarcar a realidade do contexto em que se insere o estudo em pauta, especial destaque será atribuído a dimensão qualitativa por meio de relatos de entrevistados desta pesquisa.

Quando foi escolhido fazer uma pesquisa qualitativa, é notória a necessidade de entender que há uma ocupação no estudo com um universo de significados, motivações, aspirações e valores refletidos no próprio contexto das relações, processos e fenômenos que impossibilitam a manipulação das variáveis (MINAYO, 2002). Não diz respeito a simplesmente

apontar fatos, mas debruçar-se sobre estes e interpretá-los mediado por objetivos do estudo e a própria historicidade do pesquisador.

A pesquisa qualitativa ainda traz a evidência de que “a investigação qualitativa é um projeto cívico, participativo, colaborativo, que faz com que o pesquisador e os pesquisados envolvam-se em um diálogo moral e contínuo” (DENZIN, N. K. E; LINCOLN, 2006, p. 391), tanto assim que é preciso estar atento ao direcionamento da pesquisa qualitativa dentro da especificidade dos casos, sujeitos, temporalidade e expressões de contextos em que estão inseridos como elementos essenciais para a compreensão das ciências. Desta feita, a neutralidade científica não está relacionada a esse tipo de investigação, o que faz com que a busca dos princípios éticos de respeito à posição dos envolvidos precisa ser o farol constante.

O enfoque histórico-crítico que perpassa por esse texto como parte de uma análise das realidades sociais, salienta o compromisso e finalidade política da educação, além de ser a construção mediadora entre contexto social e contexto educacional. Esta pesquisa se caracteriza como sendo de abordagem qualitativa:

crítica no sentido marxiano significando sempre a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo captar a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições. (TONET, 2013, p.11).

Sendo um enfoque histórico-crítico o privilegiado neste estudo, por meio do *estudo de caso* busca-se a caracterização do objeto, haja vista que a compreensão de uma totalidade do que está sendo observado pode ser possível, desde que a prioridade da importância de ter uma delimitação do caso e da definição de sua amplitude seja consistente. Considerando-se que um objeto sempre está envolvido por muitos aspectos que o caracterizam, deste modo fazer uma análise total seria uma tarefa impossível de ser feita de forma coerente e precisa (PERES e SANTOS, 2005).

Oportuno destacar que a escolha do tipo da pesquisa é definida pela intenção de desvelar a realidade do objeto de maneira pormenorizada, tendo em vista que envolve uma multiplicidade de aspectos e levantar múltiplas interpretações, o estudo de caso é reconhecido como:

[...] uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência.(...) A investigação

de estudo de caso: enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado; baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado; beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p.30).

O conhecimento é sempre situado e busca criar metáforas, pontes e diálogos, ao invés de categorias ou descrições de objetos dado para análise. Nesse contexto, e a partir da ideia de que o discurso não é neutro, pois somos o resultado das relações sociais construídas, entendo ser necessário explicitar o meu interesse de pesquisa, o vínculo com o objeto e a minha experiência profissional no contexto social, cultural e histórico que me constituiu enquanto mulher, profissional da educação, docente e pesquisadora.

Neste sentido, o campo empírico nesta pesquisa constitui o Instituto Federal de Sergipe, no Campus Lagarto, espaço onde exerço atividades laborativas enquanto profissional e pesquisadora. Foi priorizado o Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica, o único nesta área específica com ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, no Campus Lagarto, para acesso inicial às mulheres egressas. Importa destacar que há oferta de um curso de formação técnica em eletromecânica, mas este destina-se aos estudantes que já concluíram o ensino médio, sendo uma modalidade diferente da proposta para escolha das egressas.

O meu pensamento de que o acesso a essas mulheres seria simples, na entrevista não foi confirmado num primeiro momento. Essa situação corrobora com Hildenbrand (1995), citado por Flick (2009, p.113-114), no destaque que supostamente a facilidade de acesso às pessoas pela proximidade não significa uma facilidade maior do que para quem é desconhecido dos pesquisados, favorecendo-se mais estes últimos, o que nos leva a entender que os problemas éticos em relação a estes contatos devem ser tratados com rigorosos e cautela por parte do pesquisador.

A pesquisa metodologicamente configura-se de caráter qualitativo, do tipo ‘estudo de caso’, integrado na análise, aspectos geral e particular das experiências de mulheres egressas do IFS, Campus Lagarto, com foco no Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica. A pesquisa qualitativa dispensa procedimentos sistemáticos de amostragem, não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador

com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

As *fontes orais* consultadas integram 30 entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres egressas do curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica do Instituto Federal de Sergipe, no Campus Lagarto, para obter seus relatos sobre temas e dimensões do objeto. Considerando as dificuldades de acesso às respondentes, foram adotadas as proposições da metodologia *snowball*, estratégia de “Bola de Neve”, na qual um pesquisado leva a outro e/ou conhecido, já prevendo que os dados de contato não estejam atualizados pelo afastamento da instituição (FLICK, 2009).

A *observação* realizada com maior constância foi possível pela inserção da pesquisadora no interior do contexto e da instituição, interagindo por longos períodos, buscando partilhar o seu cotidiano para captar aspectos singulares não formalizados de fatores intervenientes da realidade. Conforme Denzin, N. K. E Lincoln (2006), essa inserção implica sempre uma tensão constante do pesquisador em razão do risco de identificação total com a problemática e o conflito de assegurar objetividade na recolha de dados e obter uma visão de conjunto da comunidade objeto de estudo.

As fontes documentais integram *a revisão da literatura* com contribuições teórico-metodológicas de autores sobre o objeto; o *registro escolar* sobre dados pessoais de estudantes/egressas de 11 turmas de concludentes no marco temporal entre 2009 a 2020 relativo à institucionalização do IFS, contemplando egressas desde a implantação do curso de Eletromecânica entre 1995-2020, quando se completaram 24 anos de atividades ininterruptas deste curso; as *fontes eletrônicas* contribuíram para o mapeamento do Estado da Arte da produção do conhecimento no campo da educação, por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Fundação do Ministério da Educação (MEC) que agrega a produção científica dos programas de Pós-Graduação das universidades públicas e privadas do Brasil, sendo os seus arquivos o local mais indicado para esta coleta de dados. A busca foi realizada utilizando-se os seguintes descritores: como termos de busca forma empregados os termos Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Educação Profissional e Mulheres, ainda como filtro a definição do espaço temporal entre 2016 e 2020, da área de concentração em Educação.

Conforme Romanoski e Ens (2006, p. 39) constatam que:

[...] os estados da arte e de conhecimento se traduzem numa, contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as

suas lacunas de disseminação, “identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

No tratamento dos dados o método da Análise de Conteúdo (AC), foi a proposta metodológica-dinâmica que permitiu identificar o que está por trás da realidade empiricamente observada, permitindo o estudo do não dito ou dito nas entrelinhas pelos interlocutores, bem como a compreensão do significado atribuído pelos sujeitos da pesquisa. De certo modo a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra, objetiva e completa. Os valores e a linguagem do objeto analisado e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir.

Conforme Bardin (2011), a AC é caracterizada pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. (BARDIN, 2011, p.21). As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin (2011): 1 – A pré-análise; 2 – A exploração do material; 3 – O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A pré-análise, primeira fase desta organização de AC, objetiva a sistematização para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise. Assim, num plano inicial, a missão desta primeira fase é, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, também a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final.

Em se tratando da exploração do material, a análise dos documentos selecionados que ocorrem neste momento, através de um levantamento de dados, a averiguação das informações pertinentes, além das condições em que essas informações foram obtidas e de que forma estes fatores podem interferir nas respostas e trazer elementos não percebidos. São os silêncios, os olhares, as interrupções de fala e tantos outros elementos que vão se articulando para um sentido nem sempre claro.

Na fase de tratamento dos resultados, a confrontação das respostas dos dados que foram coletados na busca de respostas aos questionamentos e o que eles inferem. São uma compilação de informações que se alinham em determinadas direções e vão delineando uma resposta as inquietações da questão de pesquisa. Uma particularidade se destaca já neste estudo, já no segundo ano do doutoramento, foi decretada a Emergência de Saúde Pública de importância

Internacional (ESPII) em 30 de janeiro de 2020 pela OMS e todas as ações e contatos foram modificados por um tempo indeterminado à época.

Ainda atravessando um período pandêmico provocado pelo COVID-19, neste momento econômico, político e social, os desafios colocados para a sociedade brasileira, sejam eles o agravamento das condições de ensino-aprendizagem, o desmantelamento de políticas de atendimento à população, os estremecimentos das relações interpessoais, o adoecimento dos jovens, as inseguranças e incertezas da própria manutenção da subsistência das famílias, os conflitos territoriais que impugnam um tom de medo ao mundo e, ainda, estamos em um momento conturbado na alternância de projeto de poder em nível nacional.

Nessa conjuntura conturbada, emergiu a necessidade aproveitar o contexto conflitivo e polêmico de disputa de projeto de sociedade que o país atravessa para ampliar e pluralizar os debates, fortalecer as alianças políticas e sociais em prol da igualdade de gênero, sobretudo em relação às mulheres, foco deste estudo, nas políticas educacionais, traduzindo seus impactos no cotidiano das escolas e da vida em sociedade.

É fundamental construir e atravessar “pontes”, além de somar forças os comprometidos com a democracia, a justiça social e os direitos humanos no país e contribuir para dar visibilidade e qualificar esses questionamentos relacionados à temática de gênero, divisão sexual do trabalho e educação profissional, em especial atenção a visibilização e importância da atuação feminina no mundo do trabalho na área de indústria

Com relação aos aspectos éticos, os instrumentos que foram utilizados respeitaram o sigilo e a privacidade dos sujeitos informantes delimitado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, observando o que prescreve as normativas nacionais, dentro dos contidos no CAAE sob o número 59635722.3.0000.5546, o qual certificou os padrões exigidos pelas normas da ética, assegurando o cumprimento dos princípios da autonomia, anonimato, não maleficência, beneficência e justiça, de acordo com a Resolução 466/2012 e Resolução CNS 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata da pesquisa envolvendo seres humanos.

Destaco, finalmente, em relação à formatação das exigências da Plataforma Brasil, que as dificuldades de se tratar de um projeto na área de educação são grandes. Primeiro porque, que o instrumental da plataforma deixa muito vago em relação a esta área e que é muito difícil encaixar os objetivos e metodologias no perfil posto pelo CNS.

3 O CONHECIMENTO SOBRE O OBJETO.

Esta seção trata dos fundamentos adotados para a construção da tese. Para tanto, foram separados dois tópicos fundamentais para o entendimento do modo de realização da investigação. O primeiro trata do estado da arte do conhecimento na plataforma CAPES e o segundo lida com as análises das categorias tratadas no estudo.

Essa organização dos tópicos possibilita o reconhecimento da importância e necessidade dos estudos que têm as mulheres estudantes e profissionais egressas dos Institutos Federais. Além de apresentar as possibilidades de construção de conhecimento a partir da escuta das experiências dessas mulheres, para em seguida destacar os documentos que trazem as características fundamentais do contexto de formação das profissionais investigadas fazendo, com isso, a ligação com o capítulo seguinte que trata com mais aprofundamento do Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto.

3.1 O Estado do Conhecimento Sobre o Objeto.

Na busca de constituir uma reflexão sobre as ideias acadêmicas visibilizadas no últimos anos, na plataforma digital utilizada da *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, destaco as publicações que apresentaram, neste momento, relevância ao estudo em tela, evidenciado que outras mais já permearam as reflexões acadêmicas e constituíram parte da fundamentação inicial, a exemplo de Saffioti (1987), Scott (1995), Sardenberg (2004), Cruz (2016, 2016), Cisne (2018), Matos (2008), Hirata (2002; 2009).

Um conhecimento parte de uma ideia sobre resposta a uma questão latente emergida das experiências ou in experiências do indivíduo nas suas relações com o meio e com o outro, independente do que trata ou da área a que se relaciona. A incursão pela produção em relação ao que se busca pesquisar deve estar minuciosamente catalogado e refletido para direcionamento, com uma delimitação temporal e de área de concentração dos pontos já aparentemente esclarecidos.

Dito isso, como em meu entendimento um novo conhecimento não se produz espontaneamente, sem nenhuma relação com algo anterior reconhecido, assim, a importância destas trilhas para um traçado do viés de discussões existentes e seus apontamentos. A profusão de estudos sobre educação é tão diferente quanto a diversidade de sujeitos que se debruçam

sobre este objeto e espelham nele suas inquietudes pessoais constituídas nas reflexões de sua própria historicidade de ser dos pesquisadores.

Em se tratando deste estudo, com a amplitude que inicialmente trato o tema, ancorada nas plataformas de hospedagem de pesquisas acadêmicas, foram mapeadas as pesquisas que delimitei o foco nas palavras-chave gênero, divisão sexual do trabalho, educação profissional e mulheres, com a demarcação do espaço temporal nos anos de 2016 a 2020 e, ainda, com a delimitação da área de conhecimento em Educação, visto ser minha área de formação profissional, de labor e da pós-graduação a qual estou vinculada.

Nessa busca, a concentração na análise dos títulos dos trabalhos e resumos destes quando abarcavam um direcionamento para educação profissional de nível médio na área de indústria, atentei para uma leitura mais minuciosa, considerando ser o campo de formação na qual está a formação profissional em que busco as mulheres egressas. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a finalidade de obter na literatura dados para análise, através de um levantamento bibliográfico. Cabe destacar que mesmo com a utilização de palavras-chave tratadas inicialmente, elas não foram suficientes para delimitar pesquisas que trouxessem exclusivamente a temática mais delineada ao propósito de pesquisa. Portanto, fez-se necessário a leitura para entender/ definir e refinar se trazia como possibilidade de interesse ou já tivessem tratado do tema da mesma direção desse estudo.

Em um levantamento do estado de estudos no Brasil, me concentrei nas produções constantes no Catálogo de Teses e Dissertações organizado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no portal⁷ disponível para busca *online* na internet. Nos parâmetros utilizados foram encontrados os seguintes dados: de forma específica, em relação à palavra-chave “*Gênero*”, foram encontrados 45613 estudos; ao aplicar o filtro do período compreendido entre 2016 e 2020, são 9326 (2093 teses, sendo 2 do Doutorado Profissional e 6055 dissertações, sendo 1172 do Mestrado Profissional⁸); crescendo o filtro da área de conhecimento da Educação são 1010 estudos (692 dissertações, sendo 124 do Mestrado Profissional e 194 teses, sem produção no Doutorado Profissional).

Em relação à divisão sexual do trabalho são 438 resultados, (329 dissertações, sendo 325 Mestrado profissional e 90 teses, sendo 3 profissionais). Com o filtro temporal, 151(sendo

⁷ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

⁸ O Doutorado e o Mestrado Profissional são “uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.” (MEC, 2019). A regulamentação é feita pela Portaria do MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e a pela Portaria da CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e->>.

30 teses e 121 dissertações, destas 9 do Mestrado Profissional) e, por fim, na área de conhecimento são 25 estudos (sendo 22 dissertações, 2 no mestrado Profissional e 3 teses).

Para o termo “*educação profissional*”, são listados na plataforma um total de 5033 estudos (sendo 749 teses 4284 dissertações, destas 1729 do Mestrado Profissional), com a aplicação do filtro temporal são apresentados 2425 estudos (sendo 320 teses e 2105 dissertações, destas 1334 do Mestrado Profissional). Com a aplicação do filtro da Área de conhecimento em Educação são 882 estudos (187 teses, 685 dissertações, destas 277 de Mestrado Profissional).

Com a utilização do termo “*mulheres*” como palavra-chave no filtro, foram listados 35885 estudos (sendo 8390 teses, 1 em Profissional e 27494 dissertações, destas 1699 do Mestrado Profissional); como filtro do marco temporal aplicado são 7226 estudos (sendo 1679 teses, 5597 dissertações, destas 628 Mestrado Profissional). Com a aplicação do filtro para a Área de conhecimento em Educação, foram elencados 422 estudos (sendo 115 teses, 307 dissertações, destas, 31 em Mestrado Profissional).

Nessas revisões foi possível verificar que quando se fala de formação profissional de mulheres, as pesquisas referem-se principalmente aos Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Mulheres Mil⁹, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), seguidos de bacharelados em engenharias e/ou ainda *STEM*¹⁰ modalidades bem distintas da proposta neste estudo seja no que diz respeito no perfil das mulheres com maior idade ao entrarem nos cursos,); seja perfil dos cursos (aqui me concentro no ensino médio e no turno diurno); além da modalidade de educação básica.

Considero importante fazer essa demarcação, considerando que o modelo de educação no Brasil abrange modalidades e perfis de atendimento diferentes sejam de níveis de ensino, perfis de formação, de objetivos de formação e de estudantes.

Destaco que o PROEJA, o PRONATEC e Mulheres e Mil já foram ofertados por um período em todos os campi do IFS.

⁹ O Programa Mulheres Mil foi desenvolvido pelo MEC, com o objetivo de “promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país”. Começa com um projeto piloto em 2007 e se estendendo-se até 2014, quando o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome firmam parceria e o Mulheres Mil passa a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>.

¹⁰ O termo STEM é uma sigla em inglês usada para referenciar áreas de ciências, tecnologias, engenharias e matemática (*science, technology, engineering, and mathematics*).

Tomando como guia as palavras definidas como as palavras-chave iniciais: gênero, divisão sexual do trabalho, educação profissional e mulheres, foram aplicados os filtros disponibilizados de ano, delimitando-se conforme os parâmetros já referendados e a busca resultou no achado de 5 estudos, sendo 1 tese, correspondente a 20%, e 4 dissertações correspondente a 80%.

Nessa atividade foram listados estudos que atendiam aos critérios iniciais, mas foram descartados posteriormente porque, dentro do planejamento traçado, após a análise dos títulos e dos resumos dos estudos, não se mostraram pertinentes por conta de trazer análises que, embora sejam num dimensionamento dos estudos feministas, tem um foco mais direcionado para objetos em que as mulheres estão em desempenho de papéis mais relacionados ao normatizado, principalmente em relação à educação, para sua condição de gênero, nos espaços diversos. E, ainda, elas ocupam funções mais ligadas a parte burocrática do que as de execução direta quando no mundo do trabalho.

Em uma vista panorâmica dos estudos sobre a educação profissional, corroboram para a discussão de Moraes & Albuquerque (2019)¹¹ de que há uma dificuldade de definir nitidamente o que é a educação profissional, produzindo divergência e zonas limítrofes difusas entre significados. A priori, segundo os autores, todo curso que traz uma formação para o trabalho é educação profissional (bacharelados, licenciaturas, tecnólogos, formações técnicas na educação básica). Os próprios números de dados que dizem respeito à educação profissional, sobretudo, têm esbarrado nas barreiras conceituais e se traduz em ponto de fragilidade para a SETEC, órgão responsável pelos CEFETs e IFs, mas não pelas universidades, pois estas instituições são subordinadas diretamente ao MEC e não a secretarias hierarquicamente vinculadas a este ministério.

Em se tratando de estudos na abordagem de gênero na Universidade Federal de Sergipe, no período delimitado já apresentado acima, são 291 estudos inclusos no Catálogo de Teses e Dissertações nos diversos programas de pós-graduação. Em contrapartida, os estudos que envolvem diretamente o lócus de pesquisa que elegi, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, totalizam 40 estudos e, destes são 36 os que dizem respeito especificamente ao de Sergipe. O Programa de Pós-graduação em Educação produziu 36 estudos ao todo, sendo 22 no período de 2016 a 2020. Destaco que dois estudos trazem os termos que utilizo inicialmente (PINTO, 2017; PACHECO, 2019), mas nenhum está relacionado à formação de técnica

¹¹ Disponível em:< http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/>.

integrada em nível médio, ratificando, com esses dados, o foco ainda em crescimento de estudos na EPT no Brasil (MORAES & ALBUQUERQUE, 2019).

Em relação a discutir gênero, na educação profissional no ensino médio integrado, duas dissertações também complementam no destaque no direcionamento que busco, primeiro a de Fernanda Greschechen (2017), cujo título é “*Educação, trabalho e mulheres: a inserção feminina em cursos de educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – campus Joinville*”, nele a autora buscou “compreender as implicações de gênero na construção da profissionalização de mulheres em cursos técnicos de nível médio em Eletroeletrônica e Mecânica” tendo como sujeitos estudantes matriculadas e evadidas destes cursos citados anteriormente. As estudantes destacaram as questões de gênero como dificultadoras de desempenho nos cursos e nas práticas profissionais, mas não foi demarcado como sendo esse o motivo exclusivo das desistências. Esse é “um processo multideterminado” (GRESCHENCHEN, 2017, p. 172) que requer uma atenção pela alta ocorrência principalmente nas series iniciais, cujo fato também acontece no *campus* Lagarto.

O segundo estudo é de Caíque Diogo de Oliveira (2019), em seu estudo intitulado “*Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro*”, traz uma importante contribuição ao discutir os sentidos e os projetos futuros relacionados a trabalho e educação que os/as jovens matriculados no IFSP, no *campus* de Salto, apresentam. A relevância do trato pelo autor das categorias gênero e trabalho em dois cursos integrado profissionalizante, Informática e Automação Industrial, revelam discrepâncias que sugerem relações conflitantes de gênero, cor/raça. E ainda, embora mencione a divisão sexual do trabalho, esta não é a preocupação no estudo.

Concordo com a afirmação do autor de que com “grande diversidade regional presente no Brasil, é preciso cautela no olhar para os resultados de pesquisas realizadas sobre os institutos em outras cidades e regiões” (OLIVEIRA, 2019, p.23). Em linhas gerais, é possível sim “traçar algumas tendências gerais comuns aos estudantes do IF, uma vez que a rede federal de educação profissional atende uma parcela mínima da população de jovens que frequentam o ensino médio” (*ibid.*). Essa realidade também se verifica no IFS, embora haja a distribuição de *campus* em Sergipe mesmo sendo o Estado do Brasil com menor extensão territorial, são existentes uma diversidade de aspectos em relação a suas macrorregiões, nos mais diversos aspectos.

Wilson Augusto Costa Cabral (2020) com o estudo *A formação profissional dos egressos do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Ibatiba dos anos 2011-2017. Para além da formação técnica?* tem o objetivo de avaliar a formação dos egressos para o trabalho

entre as possibilidades técnica e outras diversas desta. O lócus é um *campus* com pouco mais de quatro anos de criação. Sob uma perspectiva marxista, o autor observou que uma parte significativa dos estudantes dos cursos eram mulheres e que, estando o *campus* localizado em uma região de vulnerabilidade social, uma parte dos estudantes homens abandonavam os estudos para “ajudar” no sustento das famílias. Os egressos tinham um forte ingresso no ensino superior federal, em áreas divergentes de sua formação profissional e que, mesmo estes considerando a pertinência dos cursos ofertados, resta a necessidade de uma maior participação da sociedade e da comunidade escolar na construção de um Projeto Político Pedagógico referenciado aos fins conforme o contexto no qual se insere e que traga efetividade maior aos interesses da formação cidadã.

Embora não tenha sido evidenciado no momento da busca, destacamos o estudo de Elza Ferreira Santos (2013), intitulado “*Gênero, educação profissional e subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano no Instituto Federal de Sergipe*”, por sua importância na pesquisa do tema gênero na instituição. O trabalho trata da forma como as mulheres e jovens estudantes estão dentro das relações sociais na construção de suas subjetividades e percebendo as relações de gênero dentro da instituição, envolvendo cursos das áreas de que tem suas vagas mais ocupadas por homens (Eletrônica, Eletrotécnica¹², Eletromecânica e Sistemas de Informação). Destes cursos focados o de Eletromecânica e Sistemas de Informação são ofertados exclusivamente no campus Lagarto, da mesma forma que os outros dois, o de Eletrônica e de Eletrotécnica apenas no campus localizado na capital do estado.

Já em 2019, Ana Paula Leite Nascimento se debruça sobre a questão de gênero entre estudantes do IFS numa visão relacionada a vivência no cotidiano escolar de suas condições juvenis e dilemas enfrentados nesse ambiente. Esse denominado “*Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências*” demonstra, através da análise dos documentos e das entrevistas a estudantes, regularmente matriculados quando a pesquisa foi realizada, o marco que a questão de gênero é tratada de forma pontual e sem o devido ajuste institucional. A pesquisadora se debruça sobre a juventude dentro do contexto do IFS, produzindo um diálogo entre sujeitos, suas percepções e a estrutura apresentada por estes a despeito da instituição. Durante as

¹² Embora o curso de Eletrotécnica esteja dentro do Eixo de Controle e Processos Industriais, no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do MEC, como a Eletromecânica, seus perfis de formação diferem justamente pelo direcionamento da atuação do primeiro é na parte elétrica e de produção da energia, enquanto o segundo se refira mais a parte mecânica. Contudo, os dois convergem em relação área de atuação e a pequena participação de mulheres nas suas cadeiras.

entrevistas, uma delas foi uma estudante do curso técnico integrado em Eletromecânica, sendo que esta estudante, à época, estava matriculada, como foi descrito.

Há um entrelaçamento nesses dois estudos relacionados não só a questão de gênero, mas também ao fato dos dados apresentados vinculam-se a pesquisadores que vivenciam as ações cotidianas da instituição, debruçam-se sobre a educação profissional de nível médio, reforçando ainda que a ocupação das vagas na área de indústria, a época da realização de suas pesquisas, eram de homens.

Ieda Fraga Santos (2019), em sua dissertação “*Estudo de Relações de Gênero e Educação Profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade*”, descreve a necessidade de romper os estereótipos de papéis sociais definidos para homens e mulheres na educação profissional, focando também em curso da área de indústria, especificamente no Curso de Técnico de Nível Médio Integrado de Eletrotécnica, ofertado no campus Aracaju. Ademais, mantendo o foco definido no nível médio, como já citamos acima, as três pesquisas centram seus sujeitos em estudantes que estão na vivência acadêmica cotidiana da instituição, a exceção de dados parciais de Elza Ferreira Santos (2013), diferentemente do proposto aqui, a saber, ter como principais fontes de informações as mulheres egressas da formação técnica de ensino médio integrado.

O processo educativo se compõe de vários sujeitos que interagindo entre si, (des)constróem conhecimentos, no entendimento de que através do encontro com o outro se materializam as relações sociais e, também quem ensina aprende (Guimarães Rosa, 1986), numa construção historicamente dialética. Se os estudantes são sujeitos nessas instituições, é mister lembrar que há outros atores na instituição que devem ser inseridos/ provocados na reflexão das relações sociais presentes nos ambientes, bem como torná-las mais humanizadas e equitativas tanto dentro como para fora das paredes da escola.

Observando e repensando sobre os textos dos trabalhos acima citados, a escolha de nosso objeto de pesquisa ainda se mostra como coerente e importante para aprofundar a discussão da educação profissional e a inserção das mulheres egressas no mundo do trabalho. A necessidade de uma educação profissional voltada para a formação dos que nela se inserem, com objetivo de desenvolvimento de habilidades e atitudes com vistas a tornar produtivos e, desta forma, inseridos no mundo do trabalho é o leme orientador deste estudo.

Ainda no Programa de Pós-graduação em Educação, há estudos que se debruçam sobre o IFS nos mais diversos aspectos e abrangendo ora câmpus ora a instituição de forma mais global, no período já em destaque, incluídos neste conjunto a dissertação que apresentei em 2017, intitulado *Perspectivas de docentes bacharéis sobre a inclusão de pessoas com*

deficiência: o caso do Instituto Federal de Sergipe- Câmpus Lagarto, sob a orientação da Professora Dr^a Rita de Cácia Santos Souza. Em análise ao resultado das buscas por estudos anteriores. Elenco também a dissertação de Silva (2016) que tem como sujeitos os egressos do curso em Eletromecânica, integrado e subsequente, sem o quadro de gênero ou menção à divisão sexual de trabalho.

Desta forma, pensando que a profissionalização do indivíduo se mostra como um desafio às instituições de ensino, principalmente àquelas que se voltam para a formação integral, e ainda que a garantia de permanência com êxito acadêmico e inserção no mundo do trabalho, principalmente das mulheres, tem como prerrogativa a articulação minuciosa de um projeto de gestão administrativo-pedagógico, estipulamos como problema de pesquisa: Como as experiências das mulheres egressas expressam a influência de sua condição de gênero na formação profissional e inclusão no mundo do trabalho na área de formação técnica?

Considera-se que as pesquisas que têm mulheres como informantes já refletem muitas informações sobre os homens (MEDRADO & LYRA, 2008) e que, portanto, essas informações podem ser analisadas sem necessariamente gerar a necessidade de incluir análises a partir de depoimentos dos homens com confrontação e comparação, caso não se opte por tal situação. Desse modo, justifico que o *termo mulheres* tratado aqui no plural traz como premissa romper os preceitos essencialistas e limítrofes que universalizam, rotulam e estigmatizam as mulheres, sem considerá-las múltiplas e diversas por serem indígenas, negras, brancas, pardas, mestiças, urbanas, rurais, da floresta, ribeirinhas, economicamente pobres e não pobres, estrangeiras, nativas, refugiadas, lésbicas, heterossexuais, transexuais, bissexuais, binárias, não binárias, cis, com deficiência, sem deficiência, analfabetas, intelectuais, cientistas, desempregadas, jovens, adultas, idosas, mães, filhas, avós, netas, prostitutas, moradoras de rua, religiosas, ateias, ativistas e tantas mais possíveis.

A definição da questão de pesquisa direciona-se para o sentido de que a comunicação do pesquisador com o campo de pesquisa que elege, não ocorre simplesmente como observador, mas como parte da interpretação enquanto indivíduo (FLICK, 2009) e, assim, considerando a minha atuação na equipe pedagógica de um campus e que na observação cotidiana diuturna das dificuldades de estudantes do sexo feminino em optar/frequentar cursos da área de indústria, tem o reflexo no número inicial e final das matrículas, além da inserção no mundo do trabalho na qual são profissionalizadas.

Muitas questões vão surgindo e evidenciando a emergência de aprofundamento de conhecimento e articulação de ações com foco na profissionalização de estudantes,

coerentemente com a possibilidade de acesso e formação em instituição com qualidade e igualdade de condições.

Com o foco de apresentar resposta à questão aqui levantada e a constatação ou não da hipótese formulada, temos como objetivo geral analisar as experiências das mulheres egressas do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, discutindo as dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho. Considerando que o processo de inovação tecnológica deve ser voltado não somente para os aspectos técnicos, mas também para o processo de formação, favorecendo o desenvolvimento de relações sociais mais participativas e enriquecedoras no trabalho, significando avanços na cidadania e na universalização de direitos.

Para tanto os objetivos específicos buscam: identificar entre mulheres egressas a concepção do sujeito em relação a gênero, mulher e da heteronorma no cotidiano formativo do IFS- Campus Lagarto; examinar experiências e narrativas de egressas a respeito da diversidade relacionada de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual através de relatos de entrevistas e implicações na formação e inserção na área profissional; detectar estratégias e caminhos traçados pelas egressas pós-formação profissional no IFS.

3.2 (Re)conhecendo Estudos Sobre Mulheres, Educação Profissional e a Divisão Sexual do Trabalho.

Refletindo sobre os debates atuais em torno da crítica feminista à ciência, me coloco a analisar, ainda em breves considerações, os encontros e desencontros e, assim, as ambiguidades e tensões entre os principais posicionamentos epistemológicos, que estão desenhados nos embates ora em curso, e o seu significado para os estudos feministas nas ciências sociais e humanas. É o pensamento de Sardenberg (2002) que me move ao enfatizar que o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas/reflexões sobre mulheres e ainda, na trilha dessa vertente, a ênfase de Cruz (2018) de que a categoria mulher não pode ser substituída pelo conceito de gênero, nem relegar a uma minimização da importância de aprofundar e manter-se os estudos e reflexões sobre elas como grupo social que também sofre os efeitos dos processos discriminatórios.

Ademais, a categoria mulher pensada como “uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das

mulheres”. (CRUZ, 2018, p. 9) enquanto um grupo social constantemente esquecido que me melhor posiciona meu pensamento no caminhar agora.

3.2.1 Gênero e mulheres

Mudanças no mundo do trabalho e as dificuldades econômicas oriundas da flexibilização e das inconstâncias advindas dos interesses das configurações da economia, aliados aos contornos que têm tomado os processos das reivindicações das mulheres por meio de movimentos, reverberam nos contextos da vida privada, sobretudo na estruturação dos papéis estereotipados como de masculino-dominante e feminino-dominado. Cabe destacar que nesta nova situação que vem se apresentando, as gerações mais jovens convivem com essa aparente transitoriedade de papéis sociais pelo que também são apresentados fora do convívio familiar (PEREIRA, 1985).

Considerando que dentro de um norte sistêmico dos processos de socialização, e este é o ponto de alicerce de onde os papéis sociais são culturalmente definidos, em uma configuração que envolve tanto os espaços diversos de convívio e as relações interpessoais quanto a interferência por meio das relações de poder que se pode exercer sobre o grupo no qual participa e até para além dele. O mundo do trabalho manteve, por longa data, uma definição de acesso diferenciado para as pessoas conforme fossem homens ou mulheres.

Desta feita e pensando nas possíveis mudanças que foram ocorrendo de forma gradativa e tímida nesta configuração, nesta seção procuro condensar os principais conceitos e pressupostos teóricos que se referem a análise das relações de gênero no trabalho de mulheres com formação técnica na área industrial.

Para tanto, a pesquisa exploratória inicial dos conceitos versa sobre a categoria de Gênero e quais as inter-relações que se projetam, relacionadas às discussões sobre a divisão sexual do trabalho e a educação, especificadamente a profissional. É de fundamental importância destacar que a ocupação dos espaços de trabalho pelas mulheres tem uma trajetória demarcada por movimentos feministas impulsionados em momentos diversos, com características bem particulares e que é possível inferir a sua relevância na visibilidade das mulheres no mundo do trabalho.

Embora haja um discurso formal de que basta estar preparado para entrar no mundo do trabalho, em verdade certo setor, a exemplo das indústrias, conforme destaca Hirata (2002), não sofreram alterações relevantes em se tratando da absorção de mulheres. Para entender melhor estas questões, ao estudo de gênero alguns outros conceitos devem se relacionar, como

feminismo, patriarcado, identidade e trabalho. Destarte, entendemos gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995) que abarca outras categorias que não poderão ser desprezadas ao nos debruçarmos sobre o objeto deste estudo.

Como reação a opressão pelas quais as mulheres estavam sujeitas, surge o movimento feminista, expondo tensões, questionamentos e incitando mudanças a uma sociedade baseada em um modelo de organização social onde a figura masculina era a principal e a valoração encontra-se no patriarcado, com a defesa da heteronormatividade como princípio para manutenção das famílias e da sociedade ocidental.

Em que pese acirradas discussões feitas a despeito deste modelo, o mérito das ponderações a respeito do tema esclarece a perduração de uma sociedade de desigualdades, onde as diferenças, sejam de gênero, raça, classe, etnia, geracional, entre outras, são tidas como justificativas perfeitamente plausíveis para a inferiorização e práticas excludentes, com destaque aqui para as relações de gênero nelas envolvidas.

Compreende-se que as relações de gênero permeiam, dinamicamente, todo o tecido social, manifestando-se de formas específicas nos diferentes grupos sociais, ainda que mantendo, geralmente, a hierarquização como marca.

Conforme entende Lavinias (1997) “o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses” (*ibid.*, 1997, p. 245), nesta direção de entendimento, são “nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a ‘sociedade local’ exige que sejam” (YEPEZ & PINHEIRO, 2005, p. 149). Assim, segundo as autoras são esses processos de incorporação de ideias e comportamentos que designam o que é socialmente adequado.

Atenta a socialização como processo que embora permanente e em constante mudanças, é possível presumir que a categorização de gênero também passa por constantes reconstruções e alinhamentos com vistas a forma como ocorrem as interações entre os indivíduos e as suas percepções de mundo, de si e do outro.

Nesse sentido, também nas vivências diárias da família e de suas organizações baseadas no gênero extrapolam os espaços domésticos. Sua presença de hierarquização de gênero está entremeadada nos tempos e rotinas cotidianas, nos momentos de descontração, nas projeções e idealizações futuras, numa constante reprodução dos papéis de gênero que se assentam no grupo social nos quais os sujeitos implicados participam.

A palavra “gênero” é descrita nos dicionários com uma variedade de sentidos, com o objetivo de atender ao direcionamento desde estudo, aponto aqui o significado dado por Aulete Caldas¹³ (2011) de que o “gênero é a forma que a diferença sexual assume, nas diversas sociedades e culturas, e que determina os papéis e os *status* atribuídos a homens e mulheres e a identidade sexual das pessoas.”

Inicialmente houve uma profusão de questionamentos e implicações de utilização do termo como ponto de partida para entender os papéis dos sujeitos e suas posições. São os estudos feministas que propuseram um novo olhar, introduzido pelos movimentos feministas que se iniciam ainda na década de 1970, e põem em xeque posições referendadas como socialmente instituídas e normatizadas. São grandes viradas e um novo modo de ver o conhecimento que se instaura (MATOS, 2008), então primeiro considero que, congruente ao movimento, o termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. (SCOTT, 1995, p.85).

Nessa perspectiva, o modelo hegemônico vai sendo atravessado pelas inquietações de pesquisas que se voltam para entender/explicar que estes papéis se constituem dentro de um complexo sistema onde a normatização e normalização de um binarismo homem/mulher não contempla a igualdade de direitos e oportunidades perfiladas em documentos oficiais, desta feita, o gênero passa a ter o papel de categoria analítica nos estudos, aqui demarcado das mulheres e por onde também nos orientamos. Os movimentos feministas separados em momentos diferente e designados como ondas, evidenciam um direcionamento de propositura de discussão paradigmática, até então inconsistente ou ignorada em sua necessidade de vislumbre.

Buscando ir além nas discussões e construir uma base teórica consistente as estudiosas feministas não deixaram de se apoiar na conceituação de sexo e gênero para estruturar suas ideias e é a partir deste que elas apresentam uma análise de necessidade de ter em mente que o corpo biológico se constitui também dentro de um espaço histórico e cultural distinto entre si, “se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser independente do “gênero” (NICHOLSON, 2000, p.9-10). Desta feita não se pode deixar de envolvê-los de forma abrangente.

¹³ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/g%C3%AAnero>

Contudo há a necessidade de destacar que a análise antes posta considera uma universalização de conceito e formas de análise, o que não deve ser empreendido, pois as pessoas são diferentes. Elas diferem enquanto indivíduos tanto dentro das projeções sociais das formas como estão organizados os pensamentos, os sentimentos e as ações propriamente ditos, quanto nas explicações que nos fazem entender o corpo. Tudo isso estende um leque de interpretações postas na sociedade sobre masculino e feminino.

Não basta deixar a ideia de que as diferenças se mostram facilmente a exemplo das ideias que se propagam sobre quais os comportamentos próprios deste ou daquele sexo, as desigualdades estão muito distantes disso, são profundas e exigem que não se perca a visão do ser único, sem que essa desigualdade represente sinônimo de inferioridade, sendo essa a defesa aqui.

A primeira onda envolve movimentos que se alastram pelos países ocidentais, a partir das lutas pelo sufrágio universal, o direito ao voto, fazendo eco com a defesa de uma liberdade para escolher expressar seus sentimentos (CRUZ, 2014). No século XX, as mulheres buscam, através das reivindicações dos movimentos, demarcar a importância do poder político para alterar a sua condição de submissão social, perpassada pela definição dos rumos da vida feminina pela figura de um homem, com a possibilidade através do voto de ter uma maior participação política que promova a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres.

Nem essas ideias de igualdade foram suficientes para afastar a dúvida para um grupo de mulheres sobre quem era realmente representada neste momento, haja vista que quem conquistará primeiro o direito ao voto são as mulheres brancas e de classe favorecida economicamente (CISNE, 2018) e a defendida igualdade entre as feministas não se engaja das discussões de classe e raça. As proporções de alcance que tomam essa reivindicação surpreendem e demarcam a denominação deste momento e vai desencadear uma outra movimentação feminista, embora no Brasil esta possibilidade do voto feminino só ocorra já em meados do século XX, com ato do presidente Getúlio Vargas.

A segunda onda do movimento feminista além de trazer no seu bojo as questões políticas e sociais, apresenta as tratativas de produzir uma discussão com base teórica mais definida, sobre a posição da mulher na sociedade, buscando formar bases epistemológicas e fomentar críticas fervorosas a estes (LOURO, 1997). Para Galinkin e Ismael (2013), essa segunda onda tem a particularidade de ter dois momentos distintos demarcados pelas produções textuais de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949) e Betty Friedam (*A Mística Feminina*, 1963), contextualmente no pós-guerra, a evidência que a sociedade, através de diversos movimentos incluem-se os feministas, clama por maior liberdade de expressão, através da vertente política.

Daí a defesa do lema “o pessoal é político” porque com a participação das mulheres no mundo de trabalho, os conflitos entre os papéis de mulheres e homens se evidenciam nas discussões, principalmente em relação a direitos reprodutivos e sexualidade e, ainda distinção entre gênero e sexo, estes últimos ainda sendo fonte de debates.

Na busca de entender como ocorre a opressão, o movimento feminista vai identificar a origem desta opressão, a que está atrelada a própria condição de reprodução feminina, usadas para justificar e manter o patriarcado dominante como base da sociedade baseada na exploração econômica. O papel das mulheres no ambiente doméstico vai dividir espaço definitivamente com o trabalho fora do lar, e independente das diferenças existentes entre elas em diversos locais, as discussões singram o caminho da exploração da mulher estar baseada no sexo.

Contudo, interessa destacar que as discussões do movimento feminista se fortalecem em direção a variedade de identidade e de experiências das mulheres. Não cabe simplesmente a universalidade do conceito, outras categorias de análise são inseridas para entender a opressão às quais estavam submetidas, são a classe a raça, somadas a sexualidade que, interligadas pelo termo interseccionalidade trazido por Crenshaw (2002).

A interseccionalidade é determinada como conceituação da maneira como duas ou mais formas sociais de subordinação a que são submetidas as pessoas dentro da estrutura dominante atuam em uma dinâmica e interseccionadas. Essa subordinação é destacada, sobretudo, em relação ao patriarcalismo, ao racismo, a opressão social e econômica das classes e outros sistemas de discriminação que fomentam as desigualdades ditas como básicas, infringindo uma definição das posições onde certos grupos, a exemplo das mulheres, “devem” estar dentro da estrutura social.

O conceito de “interseccionalidade”, hoje empregado nos mais diversos contextos, assumindo diferentes conotações, é um importante instrumento analítico para se estudar, entender e responder às formas em que gênero intersecta com outras identidades e como essas intersecções operam em contextos determinados e contribuem na construção de experiências específicas de opressão e privilégios (SARDENBERG, 2015).

A interseccionalidade tem um espectro de ação que também se reflete, segundo Sardenberg (2015), nas ações e políticas específicas que refletem em mais opressão para os grupos, principalmente as mulheres negras. Nas discussões sobre a construção do conhecimento, estudiosas feministas propõem a uma epistemologia que coloquem “as mulheres no lugar de sujeito do conhecimento”. (LISBOA & OLIVEIRA, 2019, p.52).

A consolidação das Epistemologias Feministas no campo científico como uma vertente que tem a possibilidade de debate sobre as diversas maneiras como se apresentam as

desigualdades sociais, as crescentes discriminações, a extensiva opressão e exploração, sobretudo das mulheres, traz a importante utilização da interseccionalidade como olhar mais dirigido a essas questões.

A terceira onda, mais emblemática, apresenta os estudos feministas como possibilidades diversas, quase não se relacionam apenas à mulher, mas a própria identidade dos sujeitos e que a discussão posta em termos do binarismo não constitui a necessária condição de consciência dos elementos que consideram a singularidade dos indivíduos (ALMEIDA et. al., 2013).

Favorecida pelo fortalecimento da internet, nos anos 90, as discussões pós estruturalistas extrapolam as fronteiras físicas e os significados e categorizações rígidas. Neste momento, o retorno a defesa de direito de liberdade individual é o mote, “concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Desloca o estudo sobre os sexos e sobre as mulheres para o estudo das relações de gênero” (CRUZ & DIAS, 2015, p.38). A ideia de que o gênero é uma performance (BUTLER, 2019), abre uma nova discussão para as teorias queer e uma já possível quarta onda.

A mais recente onda feminista, já no século XXI, apresentada no contexto digital que invade a vida cotidiana aumentando a velocidade e a disseminação de informações principalmente pelas redes sociais. Embora não seja consenso e designação da quarta onda, as modificações e organizações são alteradas, nas diversas instituições e de diversas formas, repensadas pelos estreitamentos dos espaços.

Em curso, as implicações desta onda ainda não são claras e a fluidez das informações e de mudanças nas redes sociais fomenta a observação e as discussões sobre as posições de diferenças, trazendo controvérsias e provocações,

[...]um novo tema e um novo sujeito foram impostos à pedagogia contemporânea, revolucionando seu território (os limites, as ordens internas, os fins e os modelos) e obrigando-a a repensar de modo radical, tanto no seu aparato teórico quanto na sua tradição histórica, como também nas suas práxis educativas e escolares. *O movimento está ainda em marcha e não podemos prever onde e como terminará, e se terminará.* (CAMBI, 1999, p. 639) (grifo nosso)

Embora as críticas sejam presentes e as defesas afirmando ou negando a real existência dessa nova fase, numa tentativa de delinear linhas de demarcação, Matos & Paradis (2014) listam as características para a quarta onda, descrevendo-as como

- 1) O alargamento, o adensamento e o aprofundamento da concepção de direitos humanos pautados a partir da luta feminista e das mulheres e de outros movimentos: referenciar direitos humanos para humanos com carne, sexo, cor, raça, etnia, idade, sexualidade etc.;
- 2) A ampliação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional e global, além de uma moldura ressignificada nacionalmente de forte ativismo feminista on line, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)[...];
- 3) Foco no “sidestreaming” feminista (horizontalização): para além da não discriminação de gênero, ocorre o reforço do princípio da não discriminação com base em raça, etnia, geração, nacionalidade, classe ou religião. São “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes, controversamente emaranhados com as lutas nacionais e globais para a justiça social, sexual, geracional e racial; o reforço do princípio da não discriminação com base no gênero, na raça, na etnia, na nacionalidade, na classe ou na religião. [...];
- 4) Foco no “mainstreaming” feminista (verticalização): ou seja, em relação ao Estado suas instituições e às dinâmicas vinculadas a esse novo formato de teorização feminista, destaca-se, por sua vez, o esforço no sentido de ações transversais, interseccionais e intersetoriais de despatriarcalização das nossas instituições [...]
- 5) Também uma nova forma teórica de teoria feminista que é complexa: interseccional, transversal, multinodal, policêntrica (estatal e anti-estatal ao mesmo tempo e decolonizadora, ou seja, despatriarcalizadora, desracializadora, desetarizadora e des-heteronormatizadora);
- 6) Uma renovada retomada e aproximação (tensa, mas produtiva) entre pensamento, a teoria e os movimento feministas[...]. (MATOS & PARADIS, 2014, p.95-96)

Enquanto os espaços temporais em que ocorreram as delimitações desses movimentos ainda se confundem e, possivelmente é iniciado a discussão de um novo movimento onde as reivindicações anteriores ainda não foram atingidas e estejam constantes nos debates por essa movimentação da quarta onda (MATOS & PARADIS, 2014; RAGO, 2003, 2004).

Scott (1995) diz que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (*ibid.*, p.86). A definição do conceito de gênero divide-se em duas partes, segundo ela inter-relacionados, porém em relação a análise devem ser diferenciados. Os elementos inter-relacionados em que esse conceito se destrincha, agregam os símbolos culturais, conceitos normativos, intemporalidade da representação binária do gênero e identidade subjetiva que justificam e estruturam a sociedade e tem sido pesquisado por diversas áreas de investigação.

Assim, os símbolos culturais têm sido representados de forma múltipla e por vezes contraditórias, trazendo figuras que vão sendo interpretadas pelos conceitos normativos para estruturar sob diversos aspectos uma posição binária entre o que é ser feminino e masculino.

Ainda para Scott (1995) estes conceitos ainda dependem da “rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas” (*ibid.*, 1995, p.86) para emergir como dominantes e,

embora pareça haver um consenso, os conflitos para sua existência são imanentes. Já a intemporalidade da representação binária de gênero, como um dos pontos a ser observado enquanto elemento inter-relacionado, tem sua importância pela necessidade de que a ideia de aparente eternidade dessa divisão binária é equivocada.

Para discutir gênero, considerando a ideia de experiências, urge pensar a partir de uma noção política, não esquecendo as instituições e organizações sociais que participam ativamente dessa formação representativa. Por fim, a identidade subjetiva que se constrói na “diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns” (SCOTT, 1995, p.82).

A utilização pelas mulheres do “termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (*ibid.*, 1995, p.85) tendo a atenção ao observar o que tem o cerne dos debates que “invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas” (*ibid.*, 1995, p. 93) com implicações na construção de uma nova história que visibilize as mulheres, na busca de uma igualdade política e social considerem, além do sexo, fatores como raça e classe como interlocutores de análise.

Vislumbrar que as relações sociais de gênero é uma categoria dialética prescinde ter como eixo os aspectos políticos e sócio-históricos que se movimentam nas reflexões constantes nas próprias relações, nos embates e ajustes próprios dos modelos de sociedade baseado nas relações de interesse do capitalismo.

A partilha generalizada do mundo, é imposta pela ordem binária, patriarcal, heterossexual e androcêntrica, as mulheres, identificadas como do gênero feminino, são depreciadas, desvalorizadas, desconsideradas como pessoas com direito a ter direitos. São reduzidas à propriedade de alguém, a coadjuvantes históricas, a complemento na vida social, a objeto da satisfação masculina. São destinadas a uma existência sem sentido próprio, a uma vida em função do outro, a uma atuação restrita ao espaço da domesticidade. (MUNIZ, 2017, p. 39).

Mesmo nessa discussão da ordem binária, as mulheres que se tenham uma orientação sexual divergente da ordem dominante são submetidas também a estes julgamentos. Para todas elas, o que mais interessa, a condição de ser cidadão ativo da sociedade, na direção em que se

observa, é restringido porque são dominadas pelo poder patriarcal que segrega, impondo a inferiorização e subjugação para a manutenção das estruturas e são, assim, impedidas de ter suas expressões e o direito à diferença.

A cultura brasileira, em seu caráter constitutivo, tende a privilegiar caminhos de subjetivação diferentes para homens e mulheres, nos quais as relações de gênero são um fator fundamental. Para as mulheres, são os dispositivos amorosos e maternos que justificam as diferenças impostas; enquanto aos homens se estão dispostos os dispositivos da eficácia. Isso os coloca em posição que naturaliza as desigualdades e dificulta a reflexão e mudança sobre as ideias de como estão organizadas as relações.

Dentro de um elenco denso e conciso de pontos de suporte onde se fundamentam a hierarquização, são muitos os mecanismos e amparos de falas ou silenciamentos que movimentam a produção e reprodução massiva e constante das maneiras como devem ser tudo na sociedade. A introjeção desses ideais ocorre pela articulação de uma complexa rede de significados e aparatos sociais e reverbera nas práticas cotidianas. Dessa maneira se constroem as coisas ditas, como são normalizadas e normatizadas.

Nesse sentido, masculino e feminino com seus efeitos ligados diretamente aos padrões comportamentais e determinismos de relações sociais é conduzido por diferentes formas de intervenção das tecnologias sociais que agem em interações por meio das relações com os meios culturais e de comunicação, com as instituições e suas vivências e práticas, não relacionando a um determinismo biológico que poderia ser a justificativa para todas os atos sociais (LAURETIS, 1987).

Os papéis sociais de homens e mulheres estão historicamente constituídos por uma gramática de relações, como ressalta Scott (1995), e são, a rigor, um princípio de experiência absolutamente difundido nas sociedades ocidentais e, também nas orientais (HIRATA, 2002).

Scott (1995) empreende um esforço para explicar que a categoria gênero tem um caráter relacional, transversal e variável, enquanto categoria analítica. Assim, o termo gênero é posto como categoria de análise histórica, política e cultural, vem imbuída das relações de poder, possibilitando que seu uso possa ocorrer em diferentes sistemas de gênero, e, ainda, em relação com outras categorias, a exemplo de classe ou raça, de forma não fixa. Para a autora, “a categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença” (SCOTT, 1995, p.87).

As definições de gênero implicam estruturas, ritos, práticas cotidianas e não isto, mas leva para o campo da amplitude das relações sociais, não se restringindo somente ao fator do biológico. Portanto, podemos dizer que gênero é relacional, sócio-histórica, pois não nascemos homens ou mulheres, mas aprendemos ao longo da nossa existência, o ser homem e o ser mulher, assim nos tornamos a partir de nossas experiências. (SOUZA, 2013, p.02)

Conferir uma diferenciação entre o que é posto pelas propostas pragmáticas dos estudos de gênero frente às proposições metodológicas dos estudos sobre mulheres exige um esforço para o entendimento de que há a concordância presente em ambas as frentes de uma defesa da ruptura imediata existente entre as noções biológicas e social de gênero; a defesa de que existe um favorecimento metodológico em relação as relações de gênero, que encoberta as categorias de mulher e homem; a construção social de gênero ecoa nas estruturas de diversas áreas da sociedade (MACHADO, 1998; TIBURI,2021)

Com a construção de paradigmas metodológicos, é possível que se tente uma suplantação dos estudos femininos pelo das relações de gênero, porém não se tratava apenas de retirar as mulheres da condição de “relativa invisibilidade” para uma inserção privilegiada, mas em havendo mulheres e homens se debruçar sobre a análise de seus papéis sociais.

Nessa esteira de indagações e discussões paradigmáticas, um novo estilo de fazer as ciências sociais vai se delineando, indicando a subjetividade do que pensam e produzem a ciência e que ela vem imbuída de uma reflexão de uma parcialidade própria das vivências dos sujeitos. Assim, uma ciência que vinha sendo legitimada pela afirmação do sujeito que define nas suas colocações opções de análise no que faz.

As reações ao feminismo e as ideias que vêm no bojo de suas discussões, o medo da “ideia de liberdade feminina”, sobretudo na cultura ocidental tem provocado situações desagradáveis às mulheres (RAGO, 2001), fazendo com que o houvesse um movimento mais acirrado na exigência da inserção de uma agenda pública, onde a necessidade de incorporação da discussão e percepção da questão feminina fossem mais definidas. Estas premissas fazem um ponto de inflexão sobre as convencionadas identidades que diziam respeito aos espaços público/ privado, locais de homens/ mulheres, pondo em foco o escancaramento de uma relação regulada por uma estrutura hierarquizada, discriminatória e com desprezo à figura feminina.

Connell (2016), afirma de maneira icônica que o “gênero é um assunto esquisito” (p. 16), essa ideia, segundo a autora, se relaciona ao fato que Gênero está sendo constantemente envolvido em explicações diversas, sobretudo naquelas baseadas na forma anatômica dos

corpos, no cérebro, nos hormônios, na linguística, nas abstrações teóricas, da forma como na sociedade patriarcal se tem normaliza, contudo,

o gênero pode, claro, ser definido de muitas formas: como um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação dos corpos, e outras mais. Mas o que faz com que qualquer uma delas tenha importância para o mundo é o que podemos fazer coletivamente com essas identidades e classificações. O que conta são nossas práticas sociais[...]. (CONNELL, 2016, p.17)

E ainda, é preciso destacar que não há possibilidade de existir práticas sociais sem a existência de corpos. Há sempre a exigência de todas as funções corporais e os sentidos dos indivíduos para fazer, sentir, ouvir, ver e pensar para as práticas se efetivem. O “gênero é corporificado” (CONNELL, 2016) porque toda nossa percepção e significação dos corpos está fortemente revestida dos valores postos nas circunstâncias sociais organizadas para fazer essa definição.

Hodiernamente, entendo que desconsiderar as contribuições das fases do movimento feminista e as suas preleções em termos dos estudos de gênero implicaria numa errônea tomada de decisão sobre qual a orientação ideológica e metodológica que nos guiaria nesta construção de estudo, pois

uma das principais queixas das “novas mulheres”, em geral, é a dupla jornada do trabalho e o acirramento da competição no mundo masculino. As duas questões não podem ser dissociadas, se considerarmos que a exigência da qualidade do trabalho feminino ainda é muito maior do que a que se dá em relação aos homens. As mulheres ainda pagam um alto preço por participarem da vida pública, como continuam a denunciar as feministas. (RAGO, 2003, online)

A participação das mulheres no mundo do trabalho apresenta os conflitos da dualidade de destinação de espaços e atividades que a sociedade heteronormativa persiste definido como os que prioritariamente são de homens ou de mulheres (CRUZ, 2005, KERGOAT, 2009, CARVALHO, 2010, 2015, HIRATA, 2018).

3.2.2 divisões sexual do trabalho.

A organização dos agrupamentos sociais se constituiu na busca da sobrevivência de seus membros e na necessidade de reprodução e manutenção destes. Partindo disso, acontece um princípio de definição de tarefas baseadas no sexo. Com os estudos feministas, a percepção dos papéis sexuais que foram constituídos nas sociedades e se tornando de interesse de entendimento, discussão e contestação.

Para Kergoat (2009):

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho, decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente a ocupação pelos homens das funções de alto valor agregado (políticas, religiosas, militares et.). (*ibid.*, 2009, p.67).

Essa divisão social de que trata Kergoat (2009) tem dois princípios que a organizam: o princípio da separação, onde existem trabalho de homens e trabalho de mulheres e o princípio da hierarquia, onde o trabalho desempenhado pelos homens geralmente possui mais valor que o das mulheres, a exceção a esta valoração aparece quando estes se dedicam a atividades tidas socialmente como femininas ou que, ainda, não produzem benefícios aparentes. Esses princípios são validados pela legitimação das diferenças entre eles, fazendo com que haja uma naturalização, que “reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados” (*ibid.*, 2009, p.68).

A autora afirma que a divisão sexual do trabalho se orienta, ainda, por dois caminhos teóricos opostos entre si, o do vínculo social e o da relação social, opostos entre si, mas expressivamente carregados de significados. A teoria do vínculo social trata da relação de complementariedade entre homens e mulheres, firmado pelos papéis sociais, onde o papel atribuído às mulheres, nas atividades familiares e domésticas, é fundamental para a manutenção da sociedade. Na teoria da relação social se baseia na posição de relação antagônica entre homens e mulheres, por conta da dominação masculina sobre as mulheres, gerando situações conflituosas, não fixas, o abre espaço para que se vislumbre alterações neste quadro.

Para entender e situar a discussão a respeito da divisão sexual do trabalho, Hirata & Kergoat (2007) destacam que na França esse termo aparece sob duas acepções: uma “acepção Sociográfica” que pesquisa sobre “a distribuição diferencial de homens e mulheres no mundo do trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição;

e se analisa como ela se associa a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.” (ibid., 2007, p.596).

Sendo importante para a demonstração de indicadores, a discussão deixa lacunas que só através de uma outra aceção é possível responder. Uma nova aceção que se preocupe em evidenciar que as desigualdades entre os sexos na sociedade são sistêmicas e estruturar uma representação descritiva do que existe, de forma que a reflexão a respeito dos processos dos quais se vale a sociedade para continuar promovendo uma hierarquização de todas as atividades humanas, baseadas no sexo e que, em um último resumo, faz a articulação de um sistema de gênero (HIRATA & KERGOAT, 2007).

As autoras defendem essas aceções porque compreendem que existe a necessidade de situar o debate, considerando as tensões que o envolvem e as desigualdades que intrinsecamente permeiam o termo divisão sexual do trabalho e o período quando ocorre seu possível surgimento. É na França, logo no início da década de 1970 e onde as bases do feminismo se assentam e diversas discussões sobre temas relacionados são alavancados.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 597)

As análises das atividades desenvolvidas simultaneamente em uma esfera doméstica e na esfera profissional passam a ser tema constante e fomentam as bases para a estruturação do termo “divisão sexual do trabalho”. O debate que girou em torno da articulação das esferas do trabalho doméstico/ profissional e depois enveredou para a conceituação “dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e das mulheres”. Apesar dos avanços nos debates, principalmente aqueles que repensaram e fundamentaram suas categorias com base na divisão sexual do trabalho, sua força diminuiu. (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Para as autoras, a divisão sexual do trabalho pode ser conceituada como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente.” (ibid., 2007, p. 599). Carrega consigo as características de ter os homens destinados prioritariamente à “esfera produtiva” e as “mulheres à esfera reprodutiva”,

e, ainda, a “apropriação pelos homens das funções que possuem um valor social” (*ibid.*, 2007, p.599).

Ainda sobre as preocupações com a divisão sexual do trabalho, um novo movimento se apresenta, segundo as autoras, com configurações diferentes das dantes postas. A flexibilização e a precarização dos empregos criam situações em que as mulheres têm um trabalho de meio período e os homens são levados para trabalhos fora da sua região. Desta feita, paradoxais tanto estas formas de trabalho como a flexibilização impactam fortemente nos estereótipos (HIRATA & KERGOAT, 2007) e mantem firmes os limites das divisões de atividades entre homens e mulheres.

Em se tratando da divisão sexual do trabalho, Cruz (2005) discorre sobre a opressão vinculada ao termo da diferença das mulheres, principalmente em relação a representação e como esta divisão se expande para a definição dos lugares “nas estruturas organizacionais, nos perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho”. As relações sociais que são pensadas dizem respeito a definição de homens e mulheres, ou seja, entre masculino e feminino, daí um dos motivos para se falar em gênero por ser uma representação que se mostra em dois pontos simultâneos como social e simbólico.

Cruz (2005) relembra, com vista ao que defende que a articulação entre produção-reprodução envolve relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, portanto a divisão sexual do trabalho é definida sob o jugo do capital e da dominação patriarcal. Para a autora, “explica-se a aquisição da feminilidade e da masculinidade como ordenação que fundamenta as relações de poder entre os sexos” (*ibid.*, 2005, p.45). Então os estudos voltam-se para as relações sociais entre homens e mulheres, ou seja, entre as relações de gênero, substituindo os estudos das mulheres, confirmando o que outros estudos já diziam.

Seja no plano da afirmação de um movimento de libertação para as mulheres, seja no plano da discussão epistemológica ou científica, o campo de gênero e feminista adicionou a gota que faltava para derramar do copo: identidades sob alguma rubrica unificadora, como pontos de partida, são projetos colonizadores da radicalidade inexaurível do ser, do sujeito (que não pode ter morrido, pois ainda nem sequer nasceu para a radicalidade da sua emancipação); são ressignificações e pré-inscrições que estão permanentemente abertas, porosas, complexas, paradoxais. (MATOS, 2008, p. 345)

Assim, as ciências sociais têm o acréscimo de uma perspectiva de análise que diverge em muitas vertentes dos constructos antes postos pelas desigualdades e diferenças invisibilizadas nas discussões dos saberes e da produção do conhecimento.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho foi majoritariamente em cargos e funções de menor prestígio e conseqüentemente de menor valor remunerativo. Nestes tempos de globalização e flexibilização, ainda a maior parte em funções com menor remuneração (BRUSHINI, 2000, NEVES, 2013). A busca por uma melhor remuneração e ascensão profissional tem a formação profissional como uma das possibilidades de mudanças dessa condição de desigualdade.

3.2.3 educações profissional

Inicialmente, destaco que a educação profissional que irei me debruçar é aquela voltada para a formação profissional proposta para a Educação Básica. Embora haja uma certa ambigüidade em relação ao emprego dos termos “formação profissional” em confronto ao referir-se à Educação Superior, esta já se direciona diretamente a aquisição de conhecimentos específicos que possibilitará o exercício de uma profissão como graduados, sejam em bacharelados, em licenciaturas ou em tecnólogos. A educação profissional de educação básica forma técnicos.

A educação no Brasil tem assumido as características técnicas, filosóficas e políticas que, por vezes, restringe-se a atender aos interesses de uma minoria da população. Um exemplo da dificuldade em atender a maioria da população na idade que os documentos oficiais dizem ser a adequada, nas séries da educação básica. Segundo o próprio site oficial que controla e difunde os dados educacionais do Brasil, em 1937 foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, denominado posteriormente, já em 1997, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e elevado à qualidade de uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sendo atualmente o órgão federal responsável pelas evidências educacionais. Desta feita, o Inep é considerado como sendo referência nacional e internacional nas áreas em que concentra a sua atuação: nas avaliações e exames educacionais; nas pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e na gestão do conhecimento e estudos educacionais¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao>.

A educação profissional aparece como possibilidade de qualificação para a população em geral, principalmente no âmbito público federal através dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, que tem, entre outros, elencados em seus objetivos a oferta de vagas, prioritariamente, para a formação técnica integrada ao ensino médio.

Muito já foi dito sobre a educação pública não ter atendido a universalização pretendida, neste alinhamento, as escolas federais, que deveriam oferecer essa educação de qualidade, atendem uma parcela da população, como acontecia com as Escolas Técnicas e os CEFETs, com alunos mais de classe média e que possibilita acesso ao ensino superior pela qualidade de ensino (KUENZER, 1995, FRIGOTTO & CIAVATTA, 2011).

Com a *Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007*¹⁵ foi iniciado o processo de organização dos institutos federais de educação profissional e tecnológica. Na *Chamada*, as instituições de federais de Educação Profissional forma apresentadas às regras para transformação em institutos federais. Para poder realizar a composição, as instituições deveriam se pronunciar sobre a adesão ao novo modelo de estrutura após consultar sua comunidade interna (discentes, docentes e técnicos administrativos), sendo que esta sua formação seria constituída pela agregação de escolas, a saber: Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e suas Unidades Descentralizadas (UNED), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Assim, das instituições federais de ensino profissional existentes à época, 78 delas aderiram ao processo, sendo transformadas em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs distribuídas por todo o país. No entanto, os CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro, 25 escolas técnicas vinculadas à Universidades Federais decidiram manter a estrutura anterior. Para esse processo foi dado a designação, através de neologismo, de *ifetização*. Após essas deliberações das instituições, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.892/08 criando os IFETs e instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na esfera do Sistema Federal de Ensino, vinculado ao Ministério da Educação.

De certo a validade do atendimento à população teve mudanças significativas de perfil quando ocorre a *ifetização*, visto a implementação de forma mais consistente do ensino médio

¹⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf> .

integrado e da garantia de metade da oferta de vagas destinadas exclusivamente a estudantes oriundos da rede pública de ensino em sua totalidade.

A educação profissional faz parte dos objetivos da organização do ensino no Brasil desde o período imperial, e durante todos os períodos e regimes diferentes da história mantém-se alinhado aos interesses econômicos (MANFREDI, 2002, KUENZER, 1995). Entender os princípios do funcionamento da educação profissional e tecnológica faz-se necessário para vislumbrar a amplitude do cenário de sua atuação e das reverberações.

3.2.3.1 de escolas técnicas federais a institutos federais.

A educação profissional no Brasil é inaugurada com a criação 19 escolas Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Com o objetivo de retirar das ruas as pessoas mais pobres dando-lhes “preparo técnico e intelectual”, com a formação de “operários e contramestres”. O modelo que se instituiu à época não condiz com os interesses do desenvolvimento econômico, estes estão mais relacionados a questão social.

Nesta trajetória centenária, a instituição foi recebendo diferentes denominações, estruturando outras áreas e, finalmente, em 2009, ocorre a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a sanção da Lei 11.892¹⁶ em 29 de dezembro de 2008, que determina a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), pela conversão da necessidade de reorganização do modelo anterior para esse novo modelo de educação profissional.

Fomentada nas discussões da qualidade pretendida para a educação profissional, a identidade dos Institutos Federais é apresentada, da forma instituída na Lei 11.892, nos termos constantes no Art. 2º, como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

¹⁶ Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2>.

Com a identidade definida no caput da lei, a instituição tem como preocupação a formação do sujeito, o indivíduo capaz de saber fazer e saber pensar, dentro das modalidades a que se propõe ofertar e com olhar voltado para as diretrizes específicas da educação profissional e tecnológica, na pluricurricularidade da sua ação.

A educação Profissional e Tecnológica, proposta neste momento, busca “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (MEC, 2008, online).

Os IFs são implantados com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, na maior capilaridade possível, com o objetivo de:

implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho” (SETEC, 2010, p.14-15).

Esta organização espacial de implantação parte da intenção de que possam ser atendidos os objetivos de levar a educação profissional aos locais mais distantes, incluídos nas questões sociais e relacionados aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais¹⁷ e, assim, promover a melhoria das condições sociais dos contextos em que se insere e nas regiões circunvizinhas.

Com essa nova lei, várias instituições de ensino profissional e tecnológico deixam de existir para juntas formarem os diversos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. À época, eram, segundo dados do Ministério da Educação, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades Descentralizadas (UNEDs), 7 Escolas Técnicas Federais e 39 Escolas Agrotécnicas, que atendiam a população para profissionalização de parte dos estudantes no Brasil.

Em Sergipe, o Instituto Federal se organiza pela incorporação como campi das unidades já existentes da sede que ficava em Aracaju, da Escola Agrotécnica de São Cristóvão e da

¹⁷ Segundo o Ministério da Economia os “Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.” Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/apls-brasileiros>.

Unidade Descentralizada de Lagarto, esta última, hoje campo deste estudo. Na atualidade já constam mais seis campi: Estância, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro, Própria, Poço Redondo e Tobias Barreto.

Delimitando suas áreas de atuação, os IFs projetam-se na direção de que

Art. 36. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – De *educação profissional técnica de nível médio*;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (MEC, 2008, online) [grifo nosso].

Ramos (2008) aduziu que a escola de ensino médio integrado à formação profissional reflete igualmente os projetos sociais e econômicos da sociedade, mas que sua formação deve abandonar os princípios da dualidade entre a “formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual”. Para isso, a escola deve buscar se apoiar em

dois pilares conceituais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitário, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional (KUENZER, 2008, p. 3).

Nesse projeto de formação para o mundo do trabalho, a dimensão integrada modifica o modelo em que cabe ao trabalhador produzir mecanicamente uma tarefa, com um objetivo de executar tarefas com poucas alterações e, que são executadas de forma distinta e direcionada, o que exige uma pedagogia que apresente os conhecimentos de forma compartimentada, em sequências rígidas, com uniformidade de respostas e divisão dos tempos de aprender teoricamente e repetir e fazer procedimentos (KUENZER, 1995).

Os conteúdos foram selecionados partir de tarefas típicas, de cada ocupação, notorizando-se as séries metódicas e a análise ocupacional pelas agencias formadoras de mão-de obra. O aprendizado privilegiou as formas de fazer para uma ocupação definida, para atender às demandas de um processo produtivo parcelado, com tecnologia rígida e pouco dinâmica (KUENZER, 1995, p.127).

As mudanças que se seguem com os processos de flexibilização (KUENZER, 1995, HIRATA & KERGOAT, 2007) denotam um novo tom a necessidade de uma formação profissional, mas a insistência deve estar no fazer a universalização do ensino médio com qualidade teórica, técnica e política (FRIGOTTO, 2007), não esquecendo que implica também na qualidade em toda a educação básica e não só pesar uma parte dela.

Temos claro que não é possível uma educação profissional de qualidade sem uma educação básica de qualidade, universalizada, pública, gratuita, obrigatória e assumida pelo Estado, como um projeto de educação para toda a população (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2011, p. 628).

As discussões sobre uma educação no Brasil trouxeram diversas construções de documentos reguladores e norteadores de ação, entre estes estão as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, em 2013, que descreve, na sua introdução, a Educação Básica como

direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (MEC, 2013, p.19)

A construção e resultados satisfatórios na educação profissional têm sido uma tarefa difícil e os “apagões intelectuais”¹⁸ destacam as necessidades que ao mesmo tempo que

¹⁸ O termo foi empregado em 2011 pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em pronunciamento na Câmara de Senadores no dia 16 de novembro de 2011, ao saudar um plano apresentado pelo Governo de Dilma Rousseff, para melhoria da infraestrutura das escolas, mas criticando e lembrando como os índices de Desenvolvimento da Educação Básica tem se mantido baixos ao longo dos anos.

motivam mudanças, evidenciam a fragilidade das políticas educacionais em atender a almejada qualidade social (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2011).

A educação a que se propõe os IFs é integral e integrada, prioritariamente descrita no Artigo 6 incisos I da Lei 11.892, numa evidência de educação que seja profissional e tecnológica, não mais apenas de ensino profissional desprendido do contexto social, político e cultural, mas estritamente comprometido com o desenvolvimento dessas dimensões. Cabe destaque que os três eixos que passam a integrar as diretrizes institucionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação fluem por todos os níveis e modalidade ofertadas, trata-se de instigar e fomentar os estudantes a buscar respostas e explicações para situações de suas regiões.

Desta feita, a educação profissional técnica e tecnológica é orientada dentro de diretrizes alinhadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC em seus vários eixos tecnológicos, voltados para a inclusão do cidadão no mundo do trabalho com a formação formal adequada, órgão que

[...] é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros (SETEC/MEC).

No que concerne à educação profissional, promover ensino regular e formação técnica, dentro de uma mesma estrutura de curso de ensino médio implica uma relação de prática docente de sujeitos licenciados e outros que vem de uma formação exclusivamente técnica. A afirmação causa inquietação quando, nos deparamos com a ação educativa com profissionais que tem que lidar com a diversidade de fatores que envolvem sua ação.

Concatenando a peculiaridade do campo da educação dos Institutos Federais, onde a diversidade de modalidades, a formação de docentes, os objetivos de formação profissional por áreas diversas, além do perfil estudantil heterogêneo, se confrontam com as oscilações do mundo do trabalho.

Em decorrência desta reestruturação da educação profissional através da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a oferta de vagas é ampliada e vários desafios são postos para a inclusão do indivíduo no modelo proposto para os IFs.

É mister considerar que a educação está difundida na sociedade e não apenas contida no espaço formal da escola. A educação abarca sujeitos, objetivos e espaços diversos, partes essenciais da sociedade capitalista composta por relações sociais e produtivas não dispostas em

projeto de interesse único (KUENZER, 2014), e que tem seus reflexos materializados nas práticas pedagógicas que acontecem no contexto escolar.

Neste perfil de relação entre capitalismo e educação, a importância da qualificação dos jovens para inserção no mercado produtivo impulsiona as escolas técnicas federais para um direcionamento de um novo perfil de formação profissional, como destacado por CARMO (2016) focada em uma maior articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, com vistas ao desenvolvimento científico dos estudantes, à sua autonomia e exercício do trabalho.

O desafio da inclusão dos indivíduos na sociedade capitalista tem constantemente passado por reinvenções, seja de discurso, seja com as mudanças na lógica de produção. É a despeito desta constituição social que penso as diversas faces da educação que se configure inclusiva, com destaque aqui para as mulheres e estas já demarcadas nas propostas institucionais, quando trata da inclusão (PDI /IFS 2020-2024, p.120)¹⁹.

Na modalidade de curso técnico integrado ao ensino médio, as pesquisas são em número menor, tendo um acréscimo mais consistente nos últimos três anos, ponto se mostra significativo para o enfoque neste campo e mesmo os estudos que tratam da inserção das mulheres nos cursos técnicos, já sinalizam para a pouca inserção nesta modalidade de ensino, exceto para aqueles cursos que se referem a cuidados, relações comerciais e informática, que apresenta um certo equilíbrio (INCERTI, 2017; ADAMS, 2018; OLIVEIRA,2019).

Considerando, ainda, que o fator econômico tenha sido foco de exclusão social, e, especialmente de mulheres, destaca-se a potencialização e importância da formação profissional para a inserção destas mulheres no mundo do trabalho de forma equitativa, respeitadas as diferenças inclusive na oferta de serviços e oportunidades. A realidade da inserção dos egressos do Instituto Federal de Sergipe, na área da indústria, no mundo do trabalho para o qual tem uma preparação técnica, aparenta não considerar de forma diferenciada os estudantes em relação ao gênero, o que reflete na pouca visibilidade de mulheres nessa área de atuação.

Em uma vista panorâmica dos estudos sobre a educação profissional, corroboram para a discussão de Moraes & Albuquerque (2019)²⁰ de que há uma dificuldade de definir nitidamente o que é a educação profissional, produzindo divergência e zonas limítrofes difusas entre significados. A priori, segundo os autores, todo curso que traz uma formação para o

¹⁹Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2022/Resoluo_CS-IFS_128.2022_Aprova_a_reviso_do_Plano_de_Developmento_Instituci.pdf.

²⁰ Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/

trabalho é educação profissional (bacharelados, licenciaturas, tecnólogos, formações técnicas na educação básica).

3.2.3.2 a organização dos dados da educação profissional.

Os números de dados que dizem respeito a educação profissional, sobretudo, têm esbarrado nas barreiras conceituais e se traduz em ponto de fragilidade para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, órgão responsável pelos CEFETs e IFs, mas não pelas universidades, pois estas instituições são subordinadas diretamente ao Ministério da Educação- MEC e não às secretarias hierarquicamente vinculadas a este ministério, a exemplo da SETEC.

Nesse cenário de dificuldade de clareza em relação aos dados da educação profissional, é instituída em 03 de janeiro de 2018, através da Portaria 01/SETEC/MEC, a Plataforma Nilo Peçanha - PNP²¹, ambiente virtual que congrega a “coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Nesta plataforma estão publicizadas as informações de 653 unidades de ensino, distribuídas na forma de organização de Instituto Federal (92,82% das unidades), Centro Federal de Educação Tecnológica, Escola Técnica Federal vinculada a universidades, Universidade Tecnológica Federal e Colégio Pedro II.

A Plataforma Nilo Peçanha tem o objetivo de “reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativos e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação” (PNP, 2020). Já acessando os dados da plataforma, é apresentado a compilação de informações classificadas em cinco itens e subitens relacionados, que desdobram-se discriminando, através de gráficos, percentuais e números, cada divisão.

²¹ <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

Figura 1- Matrícula por sexo e idade nos Cursos Técnicos Integrados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- Brasil – 2020 (Ano Base 2019).



Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

Os dados da PNP do ano de 2020, com base nos dados do ano de 2019, em se tratando da matrícula nos cursos profissionais de nível médio na modalidade integrada trazem um perfil que apresenta a constituição ilustrada na Figura 1.

Em um primeiro momento, a diferença entre o número de mulheres e homens matriculados é significativa, demarcado por uma representação piramidal, trazendo vertiginoso e significativo estreitamento de números de estudantes à medida que aumenta a idade, mesmo considerando que existem as ofertas de educação de jovens e adultos e cursos de menor duração. Essa situação já aparece abarcada pois, no momento da busca desses dados, usando os filtros disponibilizados na plataforma, o referente ao turno de funcionamento permaneceu em “Todos”, o que faz com que os cursos profissionalizantes de Jovens e Adultos - PROEJA também sejam considerados, o que aumente a margem das idades dos estudantes.

Num segundo momento, em uma observação mais direcionada para os números percentuais postos nessa pirâmide, os dados trazem uma variação que prevalece em décimos.

A exceção a esta direção ocorre na faixa etária definida entre 20 - 24 anos, quando a variação parte para uma proximidade com 2 pontos percentuais. É perceptível no gráfico essa relação de ocupação geral quase equilibrada em se tratando do sexo em todas as faixas etárias, contudo, é salutar manter a evidência de que na própria PNP está descrito que a ocupação de mulheres nos eixos de saúde é muito superior ao de homens, o que pode explicar esses números percentuais próximos em termos totais de compilação de matrículas.

A diferença entre os números que representam as faixas de idade que começam nos 14 (quatorze) anos e terminam nos 19 (dezenove), demarcada como a idade padrão para o ensino médio integrado e que na figura em tela, estão apresentados todos os cursos integrados que têm matrícula, independentemente de região onde esteja sendo a oferta, dentro do território nacional. E aí está um ponto importante porque não são concomitantes, ou seja, os estudantes estão matriculados em outras instituições e cursando a parte técnica em outra instituição ou subsequente.

Há uma pequena variação em termos dos percentuais de ocupação que se referem a homens e mulheres motivada, com a diminuição de pessoas em outras faixas de idades superiores à faixa regular de idade tida como a condizente com o ensino médio e a entrada levada para o interesse das jovens que buscam a educação profissional.

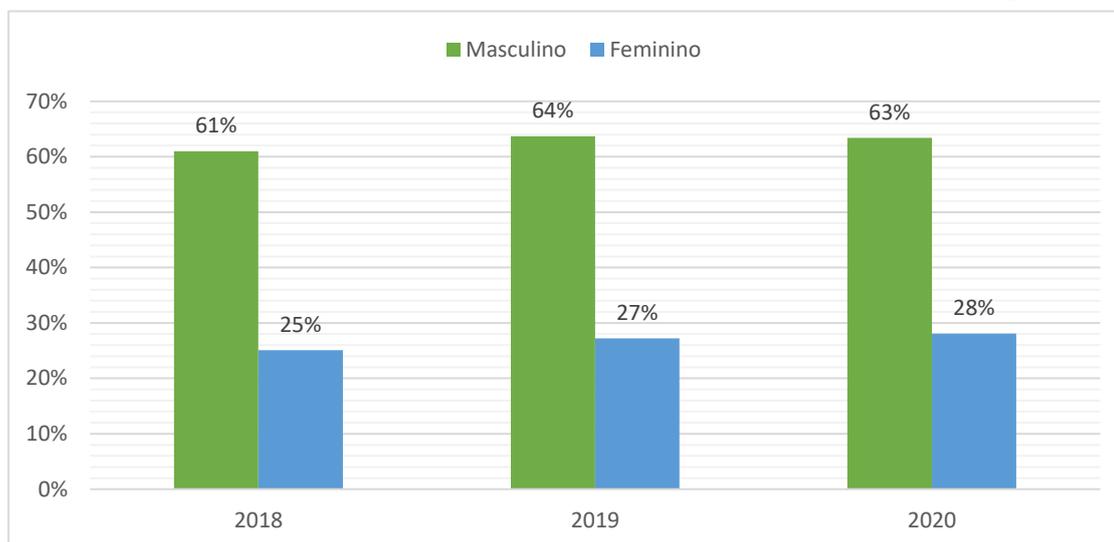
Importa destacar que a definição dos cursos da Rede Federal é feita observando o referenciado nas diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos²², documento produzido pelo MEC para orientar a oferta de cursos técnicos, apresenta, neste momento, 215 cursos distribuídos por 13 eixos tecnológicos diferentes, trazendo uma diversidade de diretrizes que abarcam áreas que historicamente tem sido receptiva ou não para o ingresso e profissionalização para as mulheres e/ou homens.

A apresentação dos dados da educação profissional com base na PNP, é introduzido aqui para que possa deixar em evidência, mais uma vez, a educação profissional como foco desse estudo e a ênfase no ensino médio, com isso fazendo o devido afastamento da profissionalização que ocorrem nas universidades ou institutos em cursos superiores e nas formações profissionais de outras redes de ensino, fora da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

²² Conforme descrito no Portal do MEC, o Catálogo Nacional de cursos Técnicos “trata-se de um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio”. O 1º catálogo instituído em 2008, apresentava 13 eixos tecnológicos com 225 cursos. Na 2ª versão de 2012, os cursos são reduzidos para 220. Na 3ª versão traz 227 cursos. Este documento está na 4ª versão constante atualizado para atender a demanda e especificidades regionais e de avanço tecnológico. A 4ª versão está disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

Sobre o que traz a plataforma a respeito do curso em Eletromecânica, em termos de dados dentro do mesmo direcionamento anterior, temos na Figura 2 e 3.

Figura 2- Matrícula por faixa etária de 15 a 19 anos nos Cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Brasil.



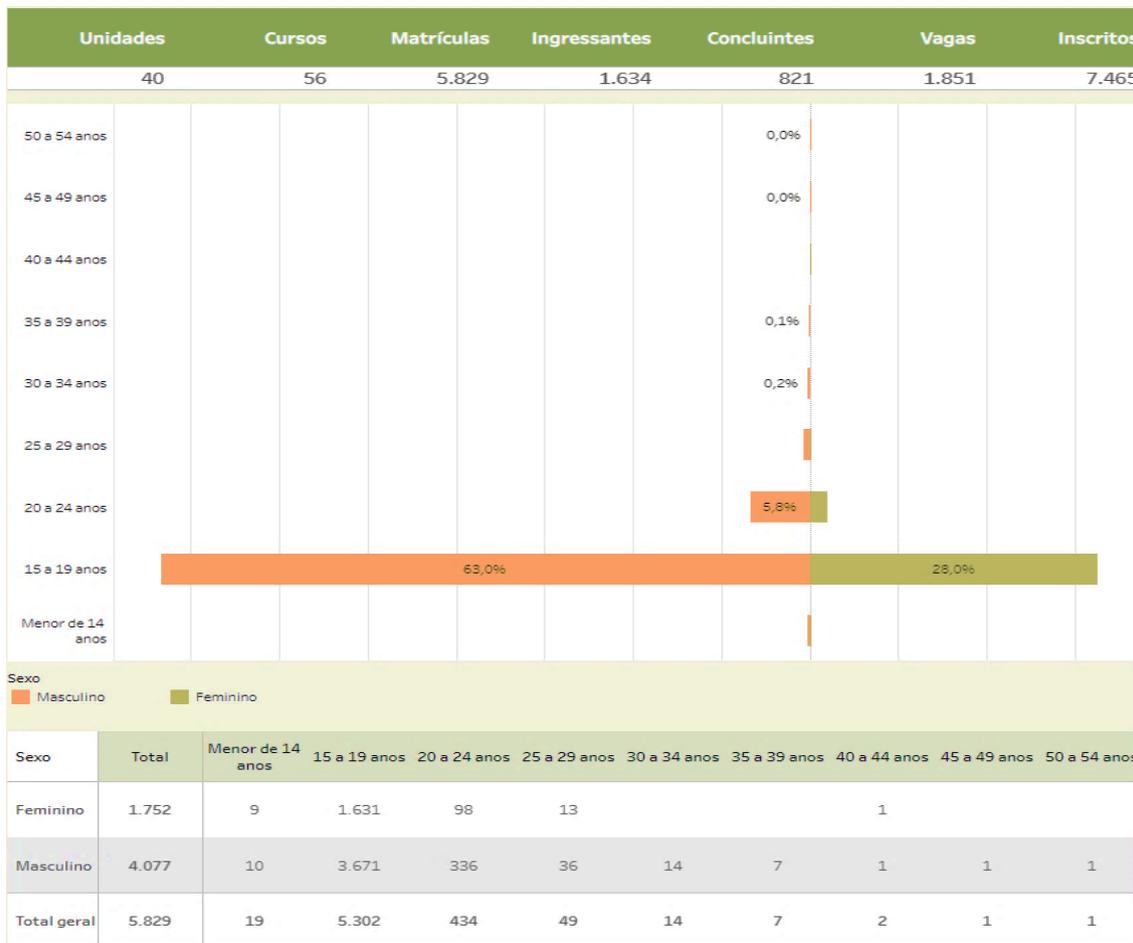
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Os cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem tradicionalmente um predomínio de homens, esta informação se mantém massivamente nos dados que são apresentados quando observado através dos números desde a implantação da PNP.

A Figura 2 mostra um comparativo das bases de dados de 2018 a 2020. Iniciando com base nos dados ano letivo de 2017, na faixa etária de 15 a 19 anos as vagas são ocupadas na seguinte proporção: no ano de 2018 são 61% de homens e 25,1% mulheres; no ano de 2019 são 63,7 homens e 27,2% de mulheres e em 2020 são 63,4% homens e 28,1% mulheres, as alterações de percentuais ocorrem pela diminuição de pessoas em outras idades fora dessa faixa etária mais própria do ensino médio. Esses dados trazidos na Figura 2 também demonstram que a variação dos números de matrículas de em relação ao sexo vem sendo mantido com uma pequena, mesmo que tenha acontecido o crescimento ano após ano o número de estudantes dentro da faixa etária.

Em relação aos dados referentes especificamente ao curso, os dados diferem em relação ao apresentado anteriormente, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3- Matrícula por sexo e idade nos Cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- Brasil -2020).



Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

A Figura 3 apresenta uma informação que diverge substancialmente da Figura 1 em relação ao percentual de ocupação das vagas de acordo com os sexos pela especificidade do direcionamento para um único curso, afunilando a análise iniciada pelos números gerais da formação profissional e traz uma exibição das informações, onde há um número percentual absoluto para todas as faixas etárias, mais especificamente do curso Técnico Integrado em Eletromecânica, em um único ano.

Na imagem piramidal, a diferença numérica de ocupação de vagas entre mulheres e homens tem uma desproporção bem demarcada. O número total de homens ultrapassa em praticamente três vezes o de mulheres e, ainda, quanto maior é a faixa etária onde as estudantes são classificadas, elas praticamente desaparecem, tendo uma representação ínfima nos quadros de formação na área de indústria.

Neste sentido, considerando que o objeto do estudo em questão se refere ao campo empírico, espaço onde exerço atividades laborativas enquanto pesquisadora e profissional, foi

priorizado o Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica, o único curso nesta área específica com oferta pelo Instituto Federal de Sergipe, no Campus Lagarto, para acesso inicial às estudantes egressas que lá desenvolvem suas atividades.

Importa destacar que existe a oferta de um curso de formação técnica em Eletromecânica na forma subsequente, mas este é destinado aos estudantes que já concluíram o ensino médio, sendo uma modalidade diferente da proposta para escolha das egressas neste estudo, visto serem estudantes que cursaram o ensino médio técnico integrado.

4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, como as demais instituições congêneres, volta-se principalmente para as áreas que atendem aos processos de industrialização, de informatização, à construção civil e à área agrícola, este último em relação aos casos das escolas agrotécnicas que foram *ifetizadas* e com as ampliações, também os eixos são mantidos e postos nos novos *campi*, considerando os Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Vindo de uma fundação centenária, com a criação de perfil que abarca várias modalidades, passa a ser Centro Federal de Educação de Educação Tecnológica - CEFET (novembro de 2002) e ofertar também cursos superiores de Tecnologia (Saneamento Ambiental e Ecoturismo) em Aracaju e entre os anos de 2006/07 Licenciatura em Matemática (Aracaju), Graduação em Tecnológica em Automação Industrial (Lagarto) e 2008/09 os cursos de Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química (Aracaju).

O IFS se mantém com um perfil de ofertas muito próximo do já existente antes do processo de *ifetização*, variando mais recentemente seus cursos nas áreas de turismo, comércio e pesca, conforme a região a que atende, entrando também na área da Educação de Jovens e Adultos e da pós-graduação em Turismo e Profissional em Educação.

Em relação ao ensino médio, ele fica dissociado do técnico após o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, a parte técnica foi ofertada em módulo e criando uma situação em que os que se matriculavam no ensino médio após a sua conclusão “quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna” (PDI/IFS 2020-2024, p. 28).

Somente em 2007, com o Decreto nº 5.154/MEC de 13 de julho, que altera o Decreto de nº 2.208/MEC, dizendo que o ensino técnico passa a ser articulado com médio e as ofertas dos cursos integrados e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Com essa mudança, vários cursos são criados com base nos já existentes e uma estrutura curricular de ensino médio em 4(quatro) anos letivos é organizada para contemplar o ensino médio técnico integrado ao ensino médio, nome que passa a denominar esse modelo, com as devidas complementações de acordo com a área, a exemplo em Eletromecânica. Desta feita, os primeiros estudantes egressos do ensino médio Integrado do IFS são do ano letivo de 2010.

Dentro das diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional- PDI, há descrições de ações, dentro da parte que se refere a inclusão, através da Diretoria de Assuntos Estudantis,

através comissão intitulada de Comissão para discussão de ações de empoderamento do gênero feminino e LGBT²³ como de discussão constituída através da Portaria nº 748/IFS de 12 de março de 2018, o que levou a constituição de eventos e ações pontuais presentes nos PDIs, mas com poucos reflexos nas constituições dos PPCs. A palavra mulher ou mulheres não é mencionada nesse documento, exceção feita quando aparece em algum outro da instituição diz mais respeito ao Programa Mulheres Mil, desenvolvido dentro dos moldes apontados pelo MEC.

4.1 O Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe.

Ilustração 1- Fotografia área atual do IFS- Campus Lagarto



Fonte: <http://www.ifs.edu.br/component/tags/tag/historia>

Em se tratando do Campus Lagarto, que tem uma história inicial como Unidade Descentralizada no ano de 1995, com o processo de interiorização iniciado em 1988, com autorização de funcionamento através da Portaria nº 489, de 06 de abril, de 1994.

Como observadora dos espaços, procuro aqui descrever como ele se constitui. A estrutura física é composta por sete blocos de salas, com mais de um piso. O terreno tem desníveis, o que fez com que a construção se ajustasse em alguns locais, com salas em níveis diferentes, mas só há uma única rampa de acesso dentro dos pavimentos, todo os demais acessos para mudar de piso é feito por escadas.

O primeiro bloco destinado a parte administrativa e pedagógica; um bloco é o auditório; os demais são destinados para salas de aula, miniauditório, laboratórios e coordenações de

²³ Embora a denominação seja outra atualmente, utilizo a descrita no documento do PDI 2009-2013.

cursos, destes, o bloco de informática, é único sem acesso coberto na passarela que o liga ao corredor central, tem um piso, do total de três (considerado subsolo) onde funciona o laboratório de oficina mecânica dos cursos em Eletromecânica; um ginásio de esportes com quadra coberta com as dependências sanitárias e de sala de apoio em bloco externo anexo; um refeitório com mezanino para área de convivência dos estudantes, com mesas e armários nos dois níveis de piso, reservados para guardar materiais dos estudantes, sob suas guardas; espaço destinado aos servidores com área de copa com uma pequena cozinha e dois quartos com banheiros, ainda uma garagem coberta. A escola é fechada externamente por material telado sobre uma base de uma pequena base, com muita área verde no entorno.

Destaco aqui que as condições de acessibilidade para a oficina mecânica são bastante prejudicadas, pois o acesso se dá por meio de escada externa íngreme e sem guarda corpo ou por outra dentro do bloco lateral, ou, ainda pela calçada lateral esquerda do bloco de informática. De todas as formas não há, também, passagem coberta até a entrada desse laboratório.

O início das atividades letivas acontece efetivamente em 1995, com a oferta cursos técnicos em Edificações e Eletromecânica, ainda com oferta posterior de curso na área de Informática Industrial, evidenciando a prevalência do perfil industrial de suas ofertas de cursos de profissionalização, mesmo que “não respeitando a tendência da região o que contava com uma área em sua maioria agrícola e nenhum curso nesta área foi ofertado.” (SILVA, 2016, p.44).

A oferta condizia com as diretrizes emanadas da sede, o ensino era ofertado na forma concomitante e na subsequente, com a também oferta de ensino médio. Com a implementação do Ensino médio integrado, os cursos já existentes assumem essa modalidade com a definição dos seguintes cursos, os técnicos são os cursos Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Edificações, Eletromecânica e Programação e Sistemas de Informação; na modalidade de PROEJA: Instalações Elétricas e Desenho de Construção Civil e os cursos na forma subsequente em Edificações e Eletromecânica.

Em relação ainda aos cursos integrados, houve mudanças nos cursos, no Campus Lagarto, em relação a área do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, onde o curso era Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Programação em Sistemas de Informação (2007-2010), Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Informática (2010-2014) e Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores (2014 até os dias atuais). Há um curso integrado recém implantado em 2019, o Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Automação Industrial.

O campus conta hoje com quatro cursos integrados, dois subsequentes, já mencionados; um curso de Tecnologia em Automação Industrial (em fase de fechamento); uma licenciatura em Física; três bacharelados: Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica e Arquitetura e Urbanismo, o que faz com que a pluricurricularidade dos itinerários formativos esteja presente, bem como a verticalização destes itinerários, segundo as próprias orientações contidas na Lei nº 11.892/2008.

Tratando da rotina das atividades acadêmicas do campus, o ensino médio integrado de 4 anos apresentava contratempos também referentes ao final do curso, pois quando os estudantes obtinham aprovação em cursos superiores abandonavam os cursos, fazendo exames supletivos ou cumprindo a carga horária mínima para não reprovação final. Essa situação se tornou tão evidente que as discussões em torno da carga horária e duração dos cursos se intensificaram e resultou, em 2014, na saída de 4 para 3 anos letivos.

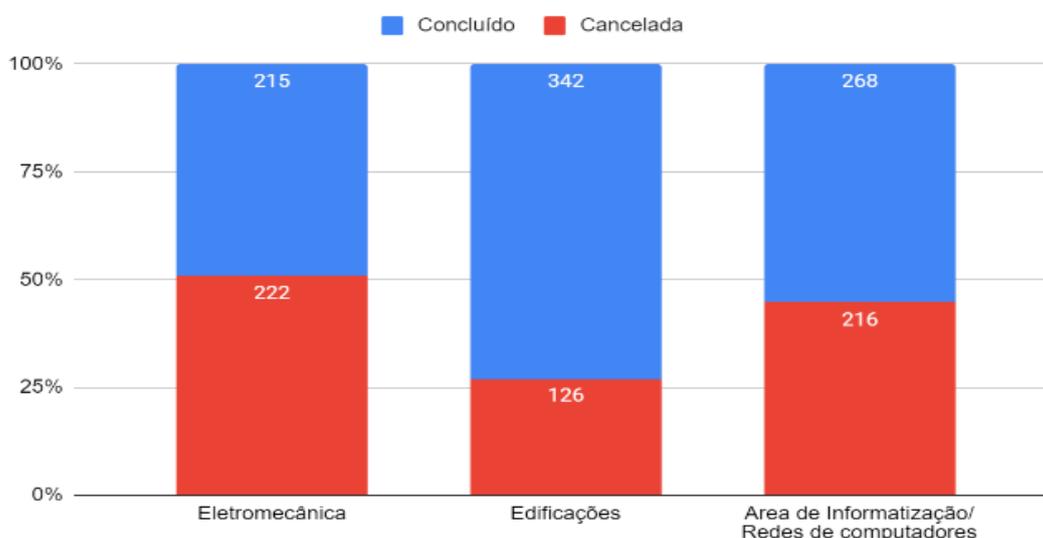
Outro ponto que alterou o transcorrer dos cursos foram sucessivas greves/paralisações de servidores que culminaram com alterações na data de término de cursos, havia um descompasso entre o ano letivo e o ano civil. Em 2016, numa atitude administrativa que visava ajustar o calendário letivo ao ano civil, os novos estudantes iniciaram o ano letivo em 2017, não havendo, assim, ingresso em 2016 para os cursos integrados²⁴, mas mantêm-se os estudantes já matriculados e cursando em seguimento regular. Essa situação impacta nos resultados em relação a saída em ano que antes era proposto em 2018.

Os cursos integrados no Campus Lagarto apresentam uma busca consistente pelas vagas que são ocupadas através de processo seletivo próprio normatizado em edital, na maioria das vezes através de uma prova escrita, com base em conhecimentos relacionados ao Ensino Fundamental e nos três últimos processos através de sorteio eletrônico conforme normas implementadas por fatores conforme determinação da gestão geral do IFS.

Com o olhar voltado para os cursos integrados do Campus Lagarto, trago os seguintes dados:

²⁴ <http://www.ifs.edu.br/noticias-proen/6646-esclarecimentos-sobre-os-novos-calendarios-academicos-2016-e-2017>.

Figura 4 - Matrícula nos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto - 2009-2020.



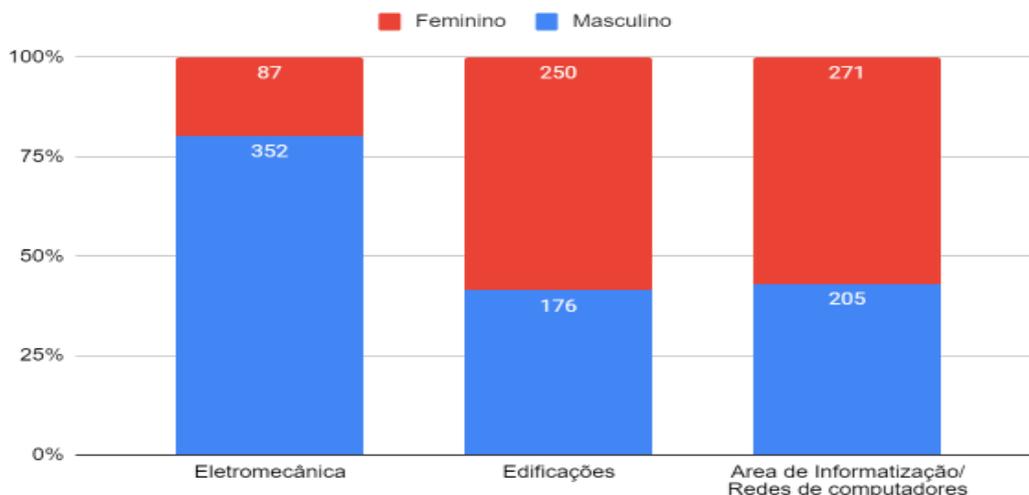
Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGAA- IFS.

Em análise aos dados institucionais, as matrículas em números absolutos dos três cursos integrados que mantiveram matrícula inicial e conclusão entre os anos de 2009 e 2020, o que exclui o novo curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Automação Industrial, por sua data inicial de funcionamento e não há dados conclusos de cancelamentos e evasão. Como a Figura 4 apresenta, o curso Técnico Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica apresenta o maior número percentual de cancelamentos/evasão de matrículas entre os três cursos, mesmo que, com pequena margem, seja seguido de perto pelos cursos da área de TI.

Vale destacar que, no caso de da área de Informatização foram três perfis de cursos agregados em uma única base para análise, por se manterem na área e haver toda uma estratégia da instituição para a adaptação em relação aos estudantes já matriculados para a mudança de curso sem maiores prejuízos na trajetória acadêmica.

Sobre a ocupação das vagas levando em consideração o sexo dos matriculados nos cursos integrados do Campus Lagarto, os dados se apresentam em dados absolutos, conforme a soma de todos os que foram efetivamente matriculados nos anos letivos em destaque, conforme apresentados da seguinte forma na Figura 5 abaixo exposta:

Figura 5 – Matrícula segundo o sexo nos Cursos Técnicos de Nivel Medio Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto - 2009-2020.

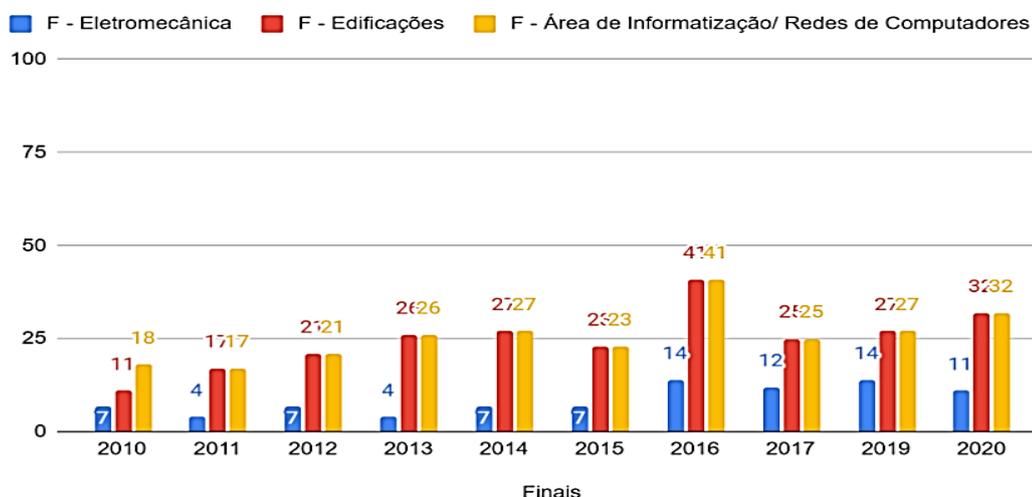


Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGAA- IFS.

Em relação a ocupação das vagas dos cursos integrados, o que é observado cotidianamente pelos corredores e salas de aulas da instituição em relação à desproporção entre a ocupação das vagas em relação ao sexo é confirmado pelos números extraídos dos dados de matrículas do Setor de Registros Acadêmicos,

Direcionando para a análise dessa desproporção em relação ao sexo nas matrículas, os números do sexo feminino mostram conforme pode-se observar a Figura 6 abaixo.

Figura 6 – Matrícula de estudantes do sexo feminino nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- Campus Lagarto -2009-2020.



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGAA- IFS

Nesta figura acima, os dados institucionais mostram a distribuição contínua dessa diferença numérica entre os cursos ao longo dos anos, havendo um certo equilíbrio entre os cursos integrados de Edificações e das áreas de Informatização/ Redes de Computadores. No curso Integrado em Eletromecânica, numericamente as matrículas de estudante do sexo feminino se mantêm bem abaixo da média dos demais cursos integrados.

Adoto a análise a partir dos dados do ano de saída dos estudantes, já que o foco principal do estudo em tela são as egressas. Assim, os anos representados nesta figura e nas demais que contêm datas em relação a anos, levam em consideração o ano provável de saída dos estudantes baseado na matrícula inicial. Com esse olhar específico, quando é de 2016, o número de alunos é bem superior aos demais, isto porque é o ano em que ocorre a finalização das matrizes e 4 anos e a primeira finalização da matriz de 3 anos. Bem como os dados de 2018 não aparecem pois não há saída (egressos), considerando que em 2016 não houve ingresso nos cursos integrados, conforme já descrito em momento anterior.

Os dados do 1º Anuário Estatístico da SETEC/ INEP, publicado digitalmente no primeiro trimestre de 2021, asseguram que a “maioria dos alunos (56%) da educação profissional técnica de nível médio é do sexo feminino, com o percentual mantendo-se quase inalterado no período[...]” (p. 56)²⁵ entre os anos de 2015 e 2019. Destaco que o documento faz o devido destaque no sentido de que boa parte desse número é representado pelos cursos no eixo tecnológico de Ambiente e saúde, onde “o grande número de matrículas do sexo feminino dos cursos de Enfermagem impacta o percentual feminino geral.” (Idem, p.56). o eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais, onde se enquadra o curso integrado em Eletromecânica, há a maior quantidade de pessoas do sexo masculino (83%) (Idem, p.35). Esses dados mantêm-se, segundo o Anuário, praticamente inalterados durante os anos pesquisados, fato que também ocorre no Campus Lagarto e essa diferença numérica nacional é reafirmada localmente.

A inquietação para averiguar o que leva a essa disparidade na matrícula é um dos motivos pelo interesse por esse curso em específico.

²⁵ A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação (Setec/MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) lançaram o 1º Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – 2015 a 2019, com o objetivo de “*disponibilizar informações sobre essa modalidade de ensino no Brasil, abrangendo os cursos de qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos), de educação profissional tecnológica de graduação (cursos superiores de tecnologia) e de pós-graduação (mestrados e doutorados profissionais)*”. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/anuario_estatistico_educacao_profissional_tecnologica_2019.pdf>.

4.2 O Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica.

Como é possível entender a baixa procura desse curso em tela, no campus Lagarto, já que a principal diferença entre eles, internamente, são os segmentos do currículo que se refere à parte técnica, pois a parte propedêutica é gestada e ministrada por uma mesma coordenação para todos os cursos ofertados? As mulheres egressas traduzem a experiência do curso de que forma? Visto que elas experienciaram toda a trajetória acadêmica, ao contrário das que evadiram que devem ter uma visão mais pontual e de um curto espaço temporal.

No Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos- CNCT, produzido pelo MEC com o objetivo “disciplinar a oferta de cursos técnicos de nível médio”²⁶, dentro de uma divisão composta de 13 eixos tecnológicos, traz, no eixo de Controle e Processos, o curso em Eletromecânica deve ter como objetivo habilitar o técnico para

- Planejar, controlar e executar a instalação, a manutenção e a entrega técnica de máquinas e equipamentos eletromecânicos industriais, considerando as normas, os padrões e os requisitos técnicos de qualidade, saúde e segurança e de meio ambiente;
- Elaborar projetos de produtos relacionados a máquinas e equipamentos eletromecânicos especificando materiais para construção mecânica e elétrica por meio de técnicas de usinagem e soldagem;
- Realizar inspeção visual, dimensional e testes em sistemas, instrumentos, equipamentos eletromecânicos, pneumáticos e hidráulicos de máquinas;
- Reconhecer tecnologias inovadoras presentes no segmento visando a atender às transformações digitais na sociedade. [online]²⁷

Dentro dessa perspectiva do CNTC para o curso, a coordenação responsável pelo curso elabora e faz as atualizações para a definição do “perfil profissional de conclusão de curso”, devidamente descrito no Projeto Pedagógico do Curso²⁸ em vigência e orientado pelas diretrizes institucionais. Segundo ele, o perfil profissional de conclusão do curso será aquele onde os técnicos:

²⁶Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/anuario_estatistico_educacao_profissional_tecnologica_2019.pdf>.

²⁷ Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=31>.

²⁸ RESOLUÇÃO Nº 03/2020/CS/IFS, que autoriza Ad Referendum a reformulação do PPC do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletromecânica - Campus Lagarto. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Projeto_Pedagogico_Curso/Lagarto/03.2020_-_Aprova_Ad_referendum_o_PPC_tcnico_integrado_em_eletromecnica_campus_.pdf

Planejam, executam e participam da elaboração de projetos eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações.
Usinam peças e interpretam esquemas de montagem e desenhos técnicos.
Montam máquinas;
Fazem entrega técnica e realizam manutenção Eletromecânica de máquinas, equipamentos e instalações;
Podem coordenar e liderar equipes de trabalho. (PPC, 2020, p.7).

Neste documento constam todas as orientações e condições materiais físicas e de pessoal disponíveis e adequada para o funcionamento do curso. Essa orientação é regulamentada pela própria instituição e acompanhada e orientada pela Pró Reitoria de Ensino.

No caso específico do curso integrado em Eletromecânica só recentemente aparece uma pauta de gênero em disciplinas de Educação Física tratando na ementa dos “estudo das manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano, com destaque a compreensão dos marcadores culturais como: raça, gênero, sexo, etnia, classe socioeconômica, idade e regionalidade” e na Sociologia II, com o tema “gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais”, fazendo articulação com a Educação Física e vice versa, através da área de integração “o corpo e as relações sociais”, únicos momento em que há a menção a gênero, no PPC vigente, onde não é relacionada a gêneros textuais ou a parte biológica, como acontecia nos documentos anteriores, as construções não trazem sequer essa vertente.

Não obstante o curso em Eletromecânica seja um dos primeiros cursos a ser ofertado no Campus Lagarto, à época UNED, e um dos mais antigos da instituição como um todo, as matrículas de mulheres tem alcançado índices de crescimento elevado, esses, contudo, não são suficientes para chegar nem a um terço das matrículas femininas efetivadas nos demais cursos. Mesmo havendo a implementação de equipamento das oficinas, do aumento de quadro docente e de pessoal técnico, além dos suportes financeiros à permanência.

Em relação ao suporte financeiro aos estudantes de grupos vulneráveis, os recursos destinados parecem minimizar essa evasão. Também o convênio firmado entre o IFS e a Petrobrás, entre os anos de 2014 e 2017, com auxílio financeiro para através de bolsa de incentivo à pesquisa de projetos docentes, exclusivamente destinados para os matriculados nos cursos em Eletromecânica (integrado e subsequente) foi um fator motivador para a permanência dos estudantes.

As mulheres na Eletromecânica são um tabu que pretendo colaborar para desvelar fatores de composição dessa baixa procura e pouca inserção no mundo do trabalho dentro da área de formação.

Conhecer e ouvir as egressas é elemento primordial para tal fim: ouvir quem de fato está presente e “sente na pele” os processos de formação no curso e na instituição, pois transitam pelos ambientes didáticos e fora dele nas áreas de vivência comum com os colegas, com os docentes do próprio curso e de outros, desde o seu ingresso até a integralização do curso.

Essa tarefa não é simplória, visto os dados serem, em parte físicos e outros já migraram por dois sistemas eletrônicos de gestão acadêmica. Também a atualização de dados de contato pessoal não é dos próprios egressos que muitas vezes, quando estudantes, utilizam como contatos pessoas próximas (pais, irmãos, parentes, vizinhos, amigos) e/ou números que quando são alterados não o fazem igualmente na instituição de ensino.

Um primeiro pensamento de que o fato de ser uma instituição localizada em uma cidade do interior e que as pessoas “se conhecem”, não é um fato que se possa dizer concreto, além disso, a cidade envolvida tem mais de 100 povoados, nem sempre próximos e de fácil acesso. Além das cidades circunvizinhas e de outros estados.

Os dados foram solicitados à Direção Geral do Campus em tela, emitidos pelo setor de registro escolar, designado Coordenação de Registro Acadêmico - CRE, através de buscas no sistema e no arquivo físico que possibilitam o acesso inicial às informações das mulheres egressas, por meio dos seguintes dados: matrícula inicial e final, separada por sexo, de todos os cursos de nível médio integrados, no período compreendido entre 2009 e 2020 e listagem nominal, exclusivamente, com possível com contato (telefônico ou e-mail), das estudantes egressas do Curso de nível médio integrado em Eletromecânica, do referido período citado acima.

Os dados disponibilizados são desde a primeira turma integrada em 2009 até 2020, num total de 11 turmas de concludentes para que fosse possível o contato. Foram listadas 47 estudantes egressas do curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletromecânica. Algumas destas egressas o contato foi possível porque, ao longo dos anos, enquanto estudantes foram criados vínculos por afinidades entre si, o que permitiu encontrar uma estudante através de outra.

De certo, a instituição tem, na região onde se localiza, grande prestígio social, pela estrutura física, material e humana que possui, apesar dos inúmeros problemas que enfrenta, principalmente relacionadas a questões orçamentárias que impactam na estrutura física e de materiais, como qualquer outra instituição pública de ensino.

A qualidade do ensino que oferece é de notório saber público e confirmada em números de aprovação em processos seletivos, índices oficiais e pela própria população. A estrutura física e material fascina os estudantes das escolas do fundamental que a visitam em atividades

de divulgação dos processos seletivos e de parcerias de desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

Mesmo com todo o possível chamariz da instituição, as diferenças de ocupação de vagas com uma prevalência de disparidades de gênero enevoam o potencial equitativo da qualidade do ensino da educação profissional técnico de Ensino Médio, na área de indústria, para a região centro sul de Sergipe.

5 O PERCURSO DA FORMAÇÃO E A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS TÉCNICAS EM ELETROMECCÂNICA SOB O OLHAR DAS EGRESSAS.

Dentro dos horários e meios escolhidos conforme for conveniente às informantes para narrar suas experiências enquanto mulheres e egressas do curso técnico de nível médio integrado em Eletromecânica, devido as próprias questões ainda da Pandemia do COVID-19 e das diversas situações individuais, as entrevistas foram realizadas em duas formas de contato: presencial e virtual (*online*), através da plataforma do *Google Meet*²⁹ ou via aplicativo *WhatsApp*³⁰, a maioria no período da noite ou dos finais de semana,. As entrevistas presenciais representaram 33% e as no formato virtual foram 67%, o que permitiu uma maior aceitação e assertividade das egressas. Apenas 2 mulheres não permitiram o acesso a câmera de imagem na entrevista.

Com o direcionamento proposto no roteiro de entrevistas, o foco de análise está vinculado em torno de informações pessoais das mulheres, haja visto não termos essas informações sido solicitadas à instituição e o posicionamento de cada uma traz elementos únicos e particulares para o olhar do pesquisador.

Foram listadas pela instituição 47 mulheres egressas de 2009 até 2020, contactadas 45 e destas, 30 retornaram com a permissão para a entrevista. Os contatos foram feitos via e-mail, mensagem de aplicativo *WhatsApp*, ligação telefônica e ainda contato através de algumas egressas (método bola de neve), este último trazendo 9 entrevistas.

O roteiro de entrevista é proposto em duas etapas: num primeiro momento há a explicação da forma como será conduzida inicialmente, bem como a solicitação verbal de confirmações das autorizações de uso imagem e voz; numa segunda etapa há os questionamentos, subdivididos em três partes:, a primeira parte, com perguntas mais fechadas, se destina a dados do perfil da informante, onde as perguntas versaram sobre o ingresso no curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica, ao conhecimento prévio sobre o curso e são remetidas ao esse recorte temporal em que esteve como estudante; numa segunda parte diz também respeito ao período em que esteve como estudante do curso, buscando colher as informações das narrativas de como ocorreu o

²⁹ O *Google Meet* é um aplicativo desenvolvido pelo Google com foco na realização das videoconferências, além de utilização de outros recursos ao mesmo tempo. Permite a realização de reuniões a distância, superando as barreiras geográficas e com um grande leque de benefícios a todos os usuários.

³⁰ O *WhatsApp* é um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet muito usado pelas pessoas atualmente.

desenvolvimento da formação profissional acadêmica na sua percepção, bem como, se há a percepção de intencionalidades e influências das questões de gênero neste processo; e, na terceira etapa, o objetivo é direcionar para a percepção a respeito do ingresso no mundo do trabalho do curso Técnico em Eletromecânica, sobretudo, o que elas falam sobre a percepção da existência de intencionalidades e influências das questões de gênero neste processo.

As transições das entrevistas foram realizadas com uso de tecnologia de reconhecimento através de programa computacional de voz que permite a conversão da linguagem falada em texto escrito. O *software* utilizado foi o *Transkriptor*³¹. Com a inserção individual do áudio das entrevistas no *software*, todas as falas foram traduzidas em texto e, após esse processo, fiz a revisão ouvindo e lendo as falas para confirmar os dados da transcrição. Além da questão do tempo, o software atendeu muito bem as minhas expectativas e as correções feitas diziam respeito a palavras mais regionalizadas e gírias, além de umas correções por conta das falas com tom de voz muito baixo em alguns momentos o que provocou inconsistências para a eficiência do *software*.

Traçar um perfil biográfico destas mulheres egressas para além do inicialmente do visto no levantamento junto à instituição permite alargar a compreensão sobre as possíveis estratégias adotadas para obter o título de técnica e a inclusão no mundo do trabalho, por meio da ampliação da construção da imagem destas informantes e com isso acrescer às informações que caracterizam, com pormenores, as particularidades do grupo informante.

Em relação a identificação das mulheres egressas informantes para a análise das falas, foi solicitado que estas escolhessem um nome fictício caso houvesse a necessidade de citá-las no estudo, quatro delas fizeram as opções, as demais deixaram a meu critério fazer tal designação. Assim, decidi identificá-las com o nome de flores, sem referência questões biologizante, apenas por preferência pessoal e não as identificar por números.

É imprescindível ter alerta de que as egressas mantiveram suas relações umas com as outras, com docentes, colegas e com a instituição em um contexto único de vivências com uma vivência específica não necessariamente expressam outros momentos fora do espaço temporal que elegi ou outros espaços com finalidades parecidas (SARDENBERG, 2015).

As egressas apresentam idades que variam de 19 a 29 anos, no momento da entrevista e todas declararam concluir o curso em tempo regular, ou seja, dentro da previsão geral de encerramento em quatro ou três anos, conforme o documento do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, ao qual estavam vinculadas e dentro do perfil definido de atuação.

³¹ Disponível em: <https://transkriptor.com/pt-br/transcricao-app/>

À época de estudantes, 25 egressas declararam que residiam no município em que se localiza o Campus Lagarto, sendo 14 delas na sede e 11 na zona rural, as demais (5) se distribuíaam entre as cidades de Boquim, Salgado e Simão Dias. Todas, com exceção de um município, declararam utilizar transporte escolar para se deslocar, bem como destacaram a importância da existência deste para o seu deslocamento para estudar, visto a localização da instituição ser em área periférica e isolada, praticamente sem vizinhos e distante 300 metros da rodovia principal, ligada a esta por uma estrada menor, sem acostamento ou calçada lateral.

Em relação à questão de raça, quando questionadas sobre a autodeclaração de cor/etnia, 5 egressas autodeclararam serem pretas/negras; 11 egressas autodeclararam serem pardas; 8 egressas autodeclararam serem brancas e 6 egressas preferiram não fazer a autodeclaração. Em relação a estas últimas, havia um certo desconforto aparente nesse momento da autodeclaração e, algumas vezes dito claramente, alegando haver complexidade nesta pauta da autodeclaração de cor/etnia, justificando assim a decisão de não fazer a autodeclaração na entrevista. Penso que as discussões que têm sido vinculadas fortemente nesse período pandêmico em relação a identificação étnico -racial impactam no posicionamento das mulheres ouvidas, visto haver uma incerteza sobre de qual forma se confirmam as autodeclarações.

Nas entrevistas, em suas respostas, não houve qualquer menção a qualquer tipo de implicação relacionada a cor/etnia em qualquer situação ou pergunta feita que se relacionasse fosse dirigida a este ponto dentro do processo de formação ou ingresso no mundo do trabalho. O que não pode ser afirmado com a mesma exatidão em relação a questões de renda, apesar de não ter sido questionado esse tema em qualquer das questões propostas por não considerar a importância desse impacto econômico à época, percebo agora que esse fator econômico agia delimitando inclusive a opção por estar no curso (principalmente no período do Convênio com a Petrobrás).

Com base nas entrevistas realizadas e através das falas das mulheres egressas, com a identificação de elementos e aproximação de falas, destaco a identificação de três categorias de análise que se relacionam com **valorização do IF, mulheres, divisão sexual do trabalho** diretamente interligadas a educação profissional, as mulheres e a divisão sexual do trabalho.

Em relação a escolha da instituição para o prosseguimento dos estudos no Ensino Médio, todas as mulheres mencionam a qualidade do ensino ministrado que reverbera, no senso comum na região, como a melhor instituição de ensino para essa etapa e que impulsionava a escolha da instituição. Essas posições demarcam fortemente a valorização do IF como categoria importante nas falas sobre as escolhas.

Nesta direção, a escolha da área da formação técnica, divergiu consideravelmente das falas sobre o critério da seleção inicial do IF. Na escolha do curso técnico em tela, existiram apenas 5 citações como sendo a formação técnica desejada, as demais respostas direcionam para a eliminação das demais opções existentes de curso técnico por questão inicial de afinidade.

Esses perfis de cursos são, na maioria das vezes, alimentados por impressões e deduções individuais externas sobre o que esta ou aquela formação, não condizendo com o que realmente com o perfil profissional que está delineado na instituição. Essa percepção já tinha sido vislumbrada em alguns momentos de minha prática profissional de atendimento a estudantes no decorrer dos anos como pedagoga na instituição, contudo, os elementos agora postos nas falas das egressas de um dos cursos técnicos reafirmam a pouca clareza estudantil ao buscar o ingresso nos cursos ofertados, mas sem distingui-los em suas essências.

Também neste requisito de escolha da área de formação, **divisão sexual do trabalho** aparece direta (24 egressas) ou indiretamente nas falas (6 egressas) de todas as entrevistadas. Ainda a dificuldade que impera na inserção na área para as mulheres, em especial, conforme relato de dificuldades de ingressar em oportunidade de estágio (7 egressas), para outras não há identificação com o mundo da indústria (21 egressas), nem se espelham por não conhecer outras mulheres técnicas (16 egressas) ou ainda preferem não ingressar no mundo do trabalho (23 egressas) buscando formação superior em outras áreas profissionais.

A condição de mulher tem impacto bem definido nas decisões sobre as áreas profissionais nas falas das egressas ouvidas. Essa condição feminina implica em situações de impedimentos ou restrições a práticas, equipamentos, distorções de falas e situações conflituosas sejam durante o curso, sejam após o ingresso na área de formação. O que frequentemente tem sido projetado em relegação a segundo plano (ou a eliminação de opção) da possibilidade de atuação técnica como forma de manutenção carreira profissional.

Toda essa situação de implicações relacionadas a condição de mulher na área de formação em Eletromecânica, invisibiliza a sua atuação na área, cria discursos entristecidos e variações de análise da importância da formação. Assim, a divulgação e normalização da atuação da mulher como técnica em Eletromecânica praticamente inexistente. A confirmação disso é possível ao enumerar as egressas que trabalham como técnica em Eletromecânica (3 egressas), sendo que duas já tem curso superior e demarcou esse elemento.

5.1 A Trajetória da Formação Profissional sob a Perspectiva das Técnicas em Eletromecânica.

Buscando entender o que levou as mulheres a buscar o curso técnico Integrado em Eletromecânica, dentre outras possibilidades de instituições com oferta de ensino médio e dentro da própria instituição de outros dois cursos de formação diferente e se elas descrevem que sua condição de mulher dificultou o transcurso de sua formação. Neste ponto, as palavras que mais se evidenciam são: qualidade de ensino, difícil, masculino, preconceito, mercado de trabalho e estágio.

As egressas relatam escolher o IFS, especialmente o Campus Lagarto, por ser uma instituição de reconhecimento social da qualidade do ensino na região, bem como pela influência de parentes, principalmente de familiares, e amigos nesta questão. O mesmo fator familiar foi decisivo para a escolha do curso, principalmente na tentativa de uma posterior possibilidade de ingresso no mundo do trabalho, conforme relatam as egressas,

Quem escolheu o curso para mim foi minha mãe. Foi a minha mãe que escolheu o IFS e o curso. Porque como eu sou de família pobre, minha mãe falou que pobre tem que ter uma profissão e aí na época que eu fiz para me inscrever no curso ela se era para fazer Edificações, Informática ou Eletromecânica, aí ela falou que o melhor era Eletromecânica, mas nem ela mesmo sabia que curso era Eletromecânica. (CAMÉLIA)

O IFS por ser a melhor escola da região. Sem sombra de dúvidas e a que me traria a maior experiência e o maior crescimento pessoal e profissional. O curso por influência familiar, porque eu realmente não fazia ideia do que fazia. Eu que alguma coisa relacionada, não sabia no campo industrial, mas eu não tinha muita percepção disso. Uma pessoa de 15 anos não tenho muita percepção disso né? Fui guiada pela experiência de meus irmãos que são mais velhos do que eu, e praticamente decidiram o curso por mim. Foi basicamente assim[...]. (AZALÉIA).

Eu escolhi o IFS porque criança eu ouvia muita gente falando que era uma escola muito boa e também tinha uma mulher no meu povoado que fez a Eletromecânica, estudou Eletromecânica e ela se deu muito bem, então ela para mim era um exemplo, e aí por isso que eu vi, porque eu acho que é ali seria o pontapé para eu crescer, como diz os meus avós: “crescer na vida”. (CALENDULA).

Nesse processo de escola e se refletem as influências das interações sociais na qual se envolve o jovem quando é apresentado a essa primeira escolha de projeção futura, onde os vários projetos de vida se interseccionam, com impactos em todos os envolvidos nesta etapa da vida do jovem e da própria família (SANTOS, 2005).

A questão da renda familiar das egressas, enquanto estudantes, aparece em diversos momentos. O relato das dificuldades financeiras para permanecer em dois períodos do dia na instituição, devido ao curso ser integral, sem haver o fornecimento gratuito ou a baixo custo de

alimentação por parte da instituição, seja através de restaurante ou de programa de alimentação escolar. Essas duas vias poderiam ser abarcadas tanto por fundos destinados à educação superior, a exemplo do que ocorre nas universidades, quanto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE³², isso posto por IFS ter a educação básica e a superior dentro da mesma estrutura da instituição e funcionando concomitante.

Contudo, há a carência de uma legislação que abarque a própria estrutura dos IFs, dentro do que é proposto para outras instituições em relação a alimentação, da mesma forma que em relação ao transporte escolar. Alinhado a este entrave, necessidade do transporte escolar atendendo plenamente a todas, principalmente as de regiões rurais e das cidades vizinhas, foi ponto de destaque nas falas sobre o período em que estavam no curso.

Cabe destacar que, em relação aos recursos financeiros, foi lembrado por várias egressas que a instituição executava o programa de auxílio estudantil financeiro que amenizava as dificuldades para alguns. Também foi destaque o convênio que existiu entre o IFS e a Petrobrás³³ que, ligado exclusivamente aos estudantes dos cursos em Eletromecânica (integrado e subsequente) no Campus Lagarto, com um número pequeno de bolsa inicialmente, logo ampliou-se para atender a todos os estudantes, independentemente de sexo, possibilitando a vida acadêmica e a pesquisa com menores preocupações para estudantes e familiares que tinham uma forma de se manterem na instituição, sem interferir no orçamento doméstico,

[...]eu tenho que estudar, eu gostava, e para isso, por exemplo, quando a gente estudava o dia todo e fora que no meu caso, eu recebia remuneração da Petrobras, eu me dedicava só a estudar. Eu não tinha preocupação com dinheiro, eu não pedia dinheiro aos meus pais nem nada. Eu estava de boa, gostava de passar o dia todo. (DANDARA) Grifo nosso.

Acompanhando essa linha de análise de fatores de escolha do curso, muito foi relatado de a escolha acontecer por critérios de eliminação dos outros cursos. Há quase uma unanimidade entre as informantes de percepções superficiais a respeito de características sobre o que trata os cursos, a exemplo de Redes de Computadores dizerem ter a ver com questões

³² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>

³³ “Este convênio teve como finalidade promover o fortalecimento e consolidação dos programas de formação de recursos humanos por intermédio de concessão de bolsas de estudo para alunos de cursos técnicos de interesse do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, desenvolvidos por meio de Programas de Formação de Recursos Humanos - PRH.” Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/component/content/article/7699>.

tecnológicas e Edificações com desenho, sem necessariamente haver um entendimento da definição do qual profissional será formado e de qual forma se desenvolve esse processo. Para engano de algumas, também no curso que escolheram há disciplinas de tecnologia e de desenho.

[...]e em relação ao curso em Eletromecânica, como eu comentei anteriormente, foi uma questão mesmo de afinidade, né? Com as exatas, porque tinha os três cursos, né? Redes, Edificações e Eletromecânica. Na época, acho que agora tem até automação Industrial. É assim eu não tinha muita facilidade com a questão da tecnologia e também com a parte das edificações, parte de desenho, inclusive desenho, foi uma disciplina que eu tenho dificuldade dentro da Eletromecânica. E aí, como eu tinha maior facilidade com as exatas, eu escolhi o curso. Óbvio que com um pouco de receio, por ser um curso que a gente sabe, né, que é um ambiente mais masculino[...]. (CRAVINA).

No processo de transcurso da formação, as egressas relatam que houve uma grande dificuldade de adaptação em relação à organização curricular, tanto em relação ao tempo quanto ao quantitativo de componentes curriculares, além de entraves para seguir no curso. Além da exaustão existe por conta do período prolongado, ainda as questões de preconceito em relação a escolha do curso que vinham, tanto interno quanto externamente a instituição, principalmente do círculo de pessoas próximas.

Eu ouvi muito quando eu entrei até da minha família: “Você vai fazer Eletromecânica?” e depois minhas madrinhas falando, só que “você não botou aí edificações?”, eu imagino que seja pelo mercado de trabalho, é muito masculino, você encontra muito mais homens e até quando a gente entrou, todos os professores comentaram para turma com mais mulheres até então. E 7 se formaram, o que já foi um número bem alto para 27 alunos e sendo que a anterior, se não me engano, tinha tido 5, e a outra 2. Então é bom saber que está muito aos poucos. (GERBERA).

Ao final, elas passam a descrever sentimentos mais positivos e fortalecer as relações com a dinâmica da formação. Fator que vai influenciar com vigor nas falas sobre a permanência e o êxito na conclusão do curso, aliado a qualidade do ensino e dos professores.

Bem complicadinha (*a formação*), mas eu posso dizer que hoje eu me orgulho do quem eu fiz, do que eu aprendi e do que eu superei. Se fosse um dezesseis disciplinas, 17, como eu comentei há 15 dias um professor da faculdade perguntou: como você conciliou? conciliava. São poucas disciplinas na faculdade, o pessoal faz um monte de coisa. Se vocês não sabem o que é muita disciplina para conciliar. E eu, ensino

médio e um integral, eu já me garanti. O esforço que eu fiz eu me garanti em uma área. Eu já fiz duas coisas que eu me garantia. Eu tenho o meu técnico disso e ninguém vai tirar de mim. (BEGÔNIA)

É mais puxado para a gente. Enquanto aluno de médio e técnico, porque a gente tem 2 objetivos, não é? A gente tem objetivo da formação profissional e o objetivo do ensino médio, que no meu caso é foi excelente. Foi muito bom porque me possibilitou entrar na universidade federal, que era o meu objetivo. E o profissional que abriu portas para o mercado de trabalho também porque é mesmo, depois de formada na universidade, o meu primeiro emprego não foi como engenheira, foi como técnica. Então, o ensino médio integrado ao técnico abriu-me as portas para isso. Não é tanto para a universidade quanto para o mercado de trabalho. Essa formação é um pouco mais difícil, porque você acaba passando o dia inteiro na escola, tendo um cansaço maior, mas eu acredito que contribui muito na vida do adolescente, do estudante, porque ele já ele já termina a adolescência tendo um caminho para seguir. (ROSA)

Há uma confirmação por parte das egressas do reconhecimento do que está presente nos dados estatísticos nacionais e da própria instituição sobre a maciça presença masculina no curso em Eletromecânica por ser “*é uma área de homem(...)*” (CRAVO) e “*já está enraizado de que aquela profissão é masculina*” (GERBERA). Embora não descrevam conhecer dados, estas confirmam pela vivência acadêmica que é essa a realidade.

As situações em que as impressões sociais sobre a (in)capacidade das mulheres desenvolverem atividades laborativas é percebida e destacada pelas egressas. Embora não nominem esses atos usando termos conceituais, a percepção de que os papéis sociais na sociedade e a divisão sexual do trabalho permeiam suas falas, e ainda a inferiorização por sua condição de mulher, conforme descrevem que

Eu acho que mais a questão do tipo de trabalho que será executado. As pessoas acham que por ser mulher não vai conseguir executar tão bem quanto se fosse um homem, porque algumas coisas ainda têm aquela coisa não vai ser um serviço mais braçal. Então a mulher não vai conseguir fazer. Por isso a escolha mais de tipo os egressos serem mais, praticamente 100% ser homem, não mulheres. (ORQUIDEA).

Eu acho que ainda é uma coisa muito preconceito da sociedade, sabe? De acreditar que é um curso que, de certa forma, exige um pouco de força como as mulheres não seriam capazes de fazer. É tanto que antes de entrar no IFS, eu fiz uma visita com a minha escola do fundamental e eu não cheguei a conhecer nenhum professor, mas eu conheci alguns alunos veteranos e eles meio que debocharam das meninas disseram “olha, aposto que nenhuma de vocês vai vir fazer Eletromecânica, que vocês não iam se dar bem. Vocês não gostam de se sujar de graxa, vocês não gostam de pegar peso”. E aquilo me deixava chateado porque todas as meninas estavam lá no dia da visita queriam fazer muito (o curso) Eletromecânica e a maioria delas desistiram por causa disso. Então eu ouvi muitas vezes também quando eu estava lá, logo no primeiro ano “que Eletromecânica era um curso de macho” e eu pensando que não estava ouvindo aquilo e pensando gente é que vocês estão falando? Acho que eles têm essa ideia e eles têm isso pra frente e as pessoas nunca tentam contestar isso. Só aceito que eles dizem então é tão difícil acho que criar algum interesse nas meninas. (ANTURIO).

A trajetória de formação técnica das egressas foi descrita como sendo um período difícil para a adaptação ao ensino médio integrado ao ensino profissional como já citado anteriormente, pois “*era bem difícil ficar o dia todo na escola*”(DANDARA), “*a gente tinha as matérias do ensino médio e do técnico e elas se intercalavam*”(FLOR) e mesmo havendo essa mudança na dinâmica da vida de estudante, além das que ocorrem no período da adolescência, a maioria dos relatos destacam que desistir do curso não foi uma alternativa que permeava suas ideias.

Em contraponto, na narrativa de egressas, esse período de formação estudantil foi fundamental sobre o ponto de visão do mundo do trabalho, conforme o exemplo das falas da importância “*para desenvolver tanto a visão tanto a visão profissional, como pessoal*” (AZALEIA) e ainda ao reafirmar que “*escolheria o IFS outra vez.*” (CAMÉLIA).

5.2 A Definição do Título de Técnica em Eletromecânica.

No vislumbre do avanço das informações no sentido das descrições das egressas, se dizem **de técnicas em Eletromecânica e onde trabalham essas mulheres** foi o enfoque deste momento. Conquanto as informantes reforcem a qualidade do ensino da instituição, em relação a formação técnica há relutância em aclamar o título que advém do curso.

A parte mais prática do curso, em determinadas áreas da formação, a ambivalência em relação a igualdade de acesso ao conhecimento e a ausência de direcionamento para pós-graduação aparecem como emblemáticos nesta situação. As falas trazem destaque para a desigualdade, o preconceito, e o mercado de trabalho.

As informantes se ressentem da ausência mais efetiva de práticas dentro e fora do Campus, mesmo enaltecendo a existência de diversos laboratórios para tal desenvolvimento. Da mesma forma, a necessidade de haver uma forma de apresentação e encaminhamento dos egressos para as indústrias.

[...] ter mais prática porque a gente não quase não teve prática, então isso acabou me deixando insegura no mercado de trabalho pelo fato de não ter tido prática é, eu digo, prática não é só na instituição, não é empresas mesmo. A gente pode sair dali da instituição. Um estágio, e o próprio IFS fazer alguma ligação com algumas empresas, porque isso eu acho que deixa os alunos mais seguros. (CALENDULA)

Acredito que as práticas porque a gente teve poucas práticas durante o processo de conclusão no curso. Acredito que a gente teve mais teoria. Acredito que o único

embate que a gente teve, nós mulheres no caso, né? E foi de técnica mesmo, de habilidade de ter acesso aos recursos e poder usar. (AMARILIS)

[...]melhorar mais as atividades práticas e visitas. Assim, eu me formei como técnico e agora como é que eu faço? Onde é que eu posso trabalhar? Com o que eu posso trabalhar? Qual é a visão do mercado para mim? Quer que eu seja qual área eu preciso me destacar mais? Acho importante a gente ter isso, sabe? (MARGARIDA).

Contudo, as falas aparecem demonstrando haver implicações decorrentes da condição de ser mulher para a formação técnica, pois, embora “*os professores tratavam todos iguais*”(LÓTUS) e “*ser do próprio curso mesmo, está muito lincado ao sexo masculino*”(GIRASSOL), não foi relatado haver efetivamente práticas que demonstrassem as possibilidades de mercado para as mulheres, “*eu vi muito isso, tanto o curso em si quanto os professores já não falavam sobre esse problema que a gente podia enfrentar, como na hora que estava concluindo e precisei do estágio*”(AZALÉIA).

Um caso abordando mais isso, como a gente pode ser em inclusa? Porque no IFS eu não cheguei a sentir essa diferença, mas no mercado trabalho é outra coisa, então você pode sentir a diferença. Então acho que realmente deveria ter tido. Talvez devesse ter tido maior atenção, porque eu, pelo menos não seguir na área, então no sentido impacto disso, mas talvez para quem fosse seguir a área deve ser tido mais atenção do que a gente deve esperar. E não, mas não apenas uma conversa de uma professora que passou por isso é algo mais atencioso chegar uma alguma coisa mais intimista, com algum palestrante, falar, nossa, vocês têm que estar preparada para isso e se isso porque vai acontecer. Eu não cheguei a ter esse contato, então eu acabei que não foi tão necessário para mim. Só assim, necessidade de maior atenção contra a informações para as meninas, porque antes não sabem o que esperar e isso é importante porque acontece no choque, quando você sai do ensino médio e é importante saber que, além de dificuldade para encontrar emprego, você vai encontrar dificuldade de encontrar emprego por ser mulher. Então acho que talvez isso fosse necessário. (GERBERA)

Embora a presença de professoras ser lembrada como fonte de incentivo, como referência para o estreitamento da inserção feminina neste campo. É preciso lembrar que a própria qualificação para ser docente da área técnica exigir uma formação inicial em curso superior nas áreas das engenharias e a pouca inserção feminino tem seus reflexos também na área de ensino nos cursos técnicos. As egressas destacam também que todas as referências do mercado em relação a profissão aparecem com a publicação de propaganda referendada de “*homens atuando nas indústrias, nunca uma mulher*” (CAMÉLIA). Quando as entrevistadas foram ouvidas, a referência delas era apenas uma docente, no momento atual já são duas docentes atuando diretamente no curso com formação inicial superior em Engenharia Mecânica.

De fato, a divisão sexual do trabalho pela sociedade entre qual o trabalho ideal de acordo com os sexos dos indivíduos ecoa nas falas das informantes. Os papéis sociais definidos de acordo com o sexo, tem reflexo direto na definição dos papéis sociais em relação às atividades de trabalho. É a definição do que é adequado dentro das empresas para homens e mulheres, conforme suas características e o sexo (HIRATA, 2002), influenciando o recrutamento e emprego.

Um desafio era tipo era dois mundos: elétrica e mecânica, aí hoje se eu me identifico mais na mecânica, mas o desafio maior naquela época era a parte de elétrica porque era o ponto que todo mundo estava mais em cima, mulher não podia trabalhar com a elétrica. Era mais aceitável para mecânica, mas na elétrica na época era mais complicado. (IRIS).

Eu acho que, na minha opinião pessoal, empresas, eu acho que eles prezam por homens, não por mulheres nessa área de atuação. E na minha cabeça não tem sentido, porque no meu curso a gente teve a mesma formação, o que o um aprendeu, o outro também teve acesso, então não deveria ser levado em conta, mas para as empresas, no momento eu acho que tem uma tendência a contratar pessoas se constam do sexo masculino e não feminino. (GARDÊNIA)

Nesse ponto, a desvalorização dos trabalhos executados por mulheres, a sua designação para atividades domésticas/privadas ou que se relacionem com as questões de cuidado são naturalizados pela definição de aptidão para determinada atividade laboral ou inapto apoiado em uma referência sexista, onde a discriminação de sexo se baseia na ideia da inferioridade da mulher (HIRATA, 2002; CARVALHO, 2009).

Na verdade, é o curso. Ele não tem um direcionamento de gênero, não é? Ele, dá a formação. Não, não tentando adequar isso ao gênero que está ao gênero dos alunos, não é? Ele dá a formação e você vai atrás do que você quer. Na verdade, se você ir assim, é no curso, é isso. Mas no mercado de trabalho é diferente, se você é menina, você tem que provar muito mais que você pode que você consegue ter no curso, não tem muito disso, não tem muito esse preconceito, mas o mercado de trabalho tem. Você tem que provar o tempo inteiro que você é bom, que você é tão bom quanto o homem, não é? Ou até melhor, é complicado. (ROSA).

Também a percepção de que existem papéis sociais definidos que refletem no dimensionamento do mundo do trabalho que impele as mulheres para, em sua maioria, buscarem caminhos diferentes dos traçados pela formação técnica. Sejam compelidas pela “*não*

identificação com o curso” (KALANCHOE), seja *“falta de oportunidade de ingresso no mercado”* (AMARILIS), muitas decidiram mudar de área, abandonando assim a formação técnica do Ensino Médio.

5.3 O Ingresso no Mundo do Trabalho das Técnicas em Eletromecânica.

A formação profissional pressupõe a preparação para um nicho do mundo do trabalho com uma especialidade técnica de conhecimentos e características próprias. Assim é a descrição das egressas sobre **o ingresso no mundo do trabalho e os possíveis impedimentos para ser uma técnica em Eletromecânica** das informantes é o ponto em que me debruço neste momento. Com essa intenção as categorias que surgem são: mercado de trabalho, preconceito, gênero e fator cultural.

Entre as egressas 9 disseram ter buscado ingressar no mercado dentro da área da indústria, mas apenas 6 conseguiram estágios e destas apenas 4 permaneceram trabalhando na área de formação técnica, sendo que 3 partiram para o ensino superior em curso de Engenharia Elétrica. Apenas outras 3 egressas disseram buscar outras engenharias, mesmo afirmando que estas têm uma presença masculina majoritária. Pelos cursos superiores que as demais egressas disseram escolher, a tendência de concentração está na área de serviços, seja na área da administração, saúde ou educação (CARVALHO, 2009).

A relação da visibilidade da qualidade de ensino, principalmente o ensino médio, conforme destaque antes posto, justifica a busca da instituição e a permanência no curso. Contudo, esse fator não faz com que haja a projeção de permanecer na área na formação superior ou buscar inserção no mundo do trabalho alinhadas à sua formação técnica.

Desta feita, a inserção no mundo do trabalho da maior parte das egressas não ocorreu ou não vai ocorrer, segundo as perspectivas das informantes, dentro da área formação técnica. Já em processo e/ou concluso a formação no ensino superior, elas disseram não haver qualquer interesse em estar na área de formação de técnica.

Quando dito que a escolha do curso foi por eliminação dos demais, a afirmação de que *“começar a gostar”* ou *“gostar muito”*, também veio forte a decisão de que não era a área a seguir, estas correspondem a 80% das entrevistadas (24 egressas). Isso apresentado por diversas razões, mas com uma conversão única: não querer ser técnica.

Não. Eu descobri que queria outra coisa. (DANDARA).

No momento eu não penso por conta disso, acredito que por ser mulher e estar nesse mercado de trabalho à mercê de conseguir, de tentar, é meio complicado. (AMARILIS).

Quando eu saí eu percebi que eu teria que correr atrás de muitas outras coisas para conseguir entrar na área a qual eu havia sido formada. Não seria tão simples. Então eu fui por um outro caminho que eu acredito que abriria mais portas para essa questão do público feminino. No meu caso, por exemplo. (GERÂNIO).

eu nunca tive uma preferência pela área que eu me formei em técnica. É eu, por exemplo, como é uma de elétrica e de mecânica, eu sempre tive. Eu tive, sempre tive, não para a frente, pela da saúde. Então, quando eu tive a oportunidade de adentrar ao mundo da área da saúde, então, é mais preferível para mim, por exemplo, ingressado no futuro mercado de trabalho por lá do que pela área da elétrica e da mecânica. (COPO DE LEITE).

Durante o trajeto do curso, as informantes relatam observar que as limitações que se impõem às técnicas em Eletromecânica estão diretamente relacionadas ao perfil do técnico que a indústria requer (CRUZ, 2005), inclusive claramente exposto quando fazem divulgações de processos de seleções onde “ser do sexo masculino” é critério para se candidatar ao emprego.

Foi terrível porque por eu ser mulher ninguém queria contratar, mesmo eu tenho um currículo teoricamente bom, eles não contratavam. Eles não contratavam porque se era para uma parte mais prática, eles não contratavam. Me contratavam, você contratado como técnico, mas você não exerce a função de técnico você vai para uma função administrativa. Então no meu assim eu procurei durante o emprego bastante tempo inclusive e poucas respostas. Diferentemente do meu marido que é homem que teve respostas muito rápidas. Então aí a gente tem o mesmo currículo basicamente. Então é a gente ver a diferença de gênero, né? desse mercado. (AZALÉIA)

[...]para mulher é um pouco mais difícil na área da Eletromecânica geralmente eles dão mais oportunidades para homem não vou dizer que não dá para mulher, mas se eles têm dez vagas pelo menos oito é só para um. Entendeu? do meu primeiro estágio em Eletromecânica foram contratados três estagiários. Dois homens e eu de mulher. Então você já vê, já sente um pouco do que ver. E olha que tinha meninas que tinha uma capacidade boa que eu considero assim né? Não posso falar da prática dela como pessoa, mas aparentemente que bem inteligentes e que podem desempenhar. Mas realmente é o mercado ou mercado ele facilita um pouco mais para o homem nessa área em Eletromecânica. (INÊS).

Eu entrei na universidade e formei em 2019, então eu só entrei no mercado de trabalho de fato em 2019 e 2020, que eu trabalhei como técnica. É em 2020, até hoje. Eu trabalho como engenheira, certo. Sim, a minha formação como técnica, mas veja, é, eu fui contratada como técnica para que o meu salário fosse menor, mas eu desempenhava a função de engenheiro dentro de uma empresa. Então, isso sim, eu atribuo a questão de gênero, porque se eu fosse um menino, muito provavelmente seria contratada como engenheiro. (ROSA)

[...]eu acho que o IFS deveria focar mais na questão de do profissional também lembrar dele quando ele sai do curso. Porque, por exemplo, eu e Rosa, conseguimos o estágio logo, logo né? Inclusive o meu estágio foi junto com ela, porque a gente teve um QI (*popularmente descrito como “quem indique”*), mas tem menina na sua turma que acho que até hoje ela nem foram trabalhar, por ela não ter nenhuma oportunidade. Mas elas tiveram a oportunidade porque a questão do preconceito é muito grande. Primeiro, no meu estágio sofri preconceito por ser bonita! O meu chefe brigou comigo por eu ser bonita, eu lembro nitidamente que ele parou a área de produção, porque eu passei e os “caras” me olharam, ele achou ruim os “caras” me olharem. Falaram que eu não servia para trabalhar ali, que eu era muito bonita. Segundo que o IFS deveria dar oportunidade no estágio tanto para mulher quanto para um homem, para os dois e deveria criar o programa de estágio, entendeu? (CAMÉLIA).

As informantes declaram entender que as vagas no curso são ocupadas, em sua maioria, por homens, sob a influência relacionadas a questões culturais e, numa escala menor, a questões históricas. Neste ponto, a cultura é entendida, segundo Verret (1989, p.125) como o “sistema de modos de ser e de fazer, de perceber e de sentir, de pensar e de avaliar, pelo qual um grupo humano viabiliza sua relação com o mundo, com os outros, consigo mesmo...” (apud, HIRATA, 2002, p.114). A menção de cultura por parte das informantes aparece entre as opções dadas no questionamento de “cultural, histórico ou socioeconômicas”, mas não foi dada qualquer explicação sobre qual o conceito dessas opções.

Em assim sendo, o conceito de cultura proposto acima encaixa o entendimento das informantes com maior vivacidade, pela afirmação percebida de que nas relações sociais, a figura masculina e dominante prevalece na sociedade desde longa data e se mantêm, apesar dos avanços, nos dias dessas jovens mulheres.

Acredito que culturais e históricas também. Porque quando a gente compara também a inserção do homem no mercado com a inserção da mulher no mercado, uma diferença muito grande em relação ao tempo, né? Que eles entraram no mercado. E aí a gente passa também, a gente sai e vê um mecânico, um eletricitista e é sempre a imagem vestida para o homem, imagem para problema masculino. Então é também muito comum, por exemplo, ver as meninas se interessarem mais no curso de edificações por exemplo. Então eu acho que tem muito essa questão também. (CICLANE).

Históricas e culturais, principalmente atrelado a fatores culturais devido a essa associação de gênero a certas futuras carreiras profissionais. (COPO DE LEITE).

Então histórico e cultural que vem não é lá do passado essa questão de eletromecânica está mais associada com a versão masculina. Mulher fica ainda vem aquela pressão de mulher, lugar de mulher é na cozinha ou mudar de lugar de mulher, cuidando de bebê ou coisas do tipo ou trabalhos que sejam menos, que exijam menos aprendizado. (CALÊNDULA)

Na defesa de que é, principalmente, a questão da cultura que afasta as mulheres dos cursos em Eletromecânica. Elas percebem que a sociedade se organiza de uma forma que dita o que é o modelo correto. É através do poder do pai/patriarca que se organizam os processos de dominação nos grupos, tanto nos espaços domésticos quanto nos públicos. No espaço doméstico, a autoridade, o local de destaque e as normas, estão sobre o homem, no espaço público, ele é o provedor, o responsável por prover o sustento e representar a família. Enquanto cabe a mulher o cuidar do ambiente doméstico e dos filhos.

Para Cruz (2005) “o patriarcado teria, em sua essência, um sistema de dominação social, cultural, política, ideológica, e econômica que explicaria o uso indiscriminado da força de trabalho.” (p.38). Imersas na sociedade capitalista e, mesmo em século XXI, as informantes aludem a cultura da sociedade como a responsável pelas distinções no acesso ao mundo do trabalho.

Tem dificuldades, porque não é fácil não para nenhuma mulher assim, ingressar principalmente nessa área como vocês já sabem né? agora para uns lados são fáceis para a mulher, agora para outros, porque um dia desses a gente teve que ralar muito para conquistar nossos direitos, teve que correr muito atrás. E o homem sempre foi mais fácil. Homem sempre teve aquele negócio de trabalho, mulher casa. Até hoje eu tenho uma tia que ela tem esse pensamento. Que é muito mente fechado assim, o filho dela tem que namorar com a menina que limpa a casa falar que só inteiramente pro filho dela, é amor e filha dela porque eu já cheguei até para falar com ela sobre isso: “Você quer uma mãe pra ele, né? Não quer uma mulher, uma namorada”. Porque a gente também tem nossas conquistas. (GIRASSOL).

Às vezes a gente não encontra emprego porque é mulher casada ou porque pretende ter filhos e isso no mundo capitalista né? Não é uma coisa que as pessoas, digamos assim, não é uma coisa bem aceita, ter que pagar os nossos direitos ou tem que ficar a gente fica longe meses para cuidar do filho, eu não tenho filho ainda, mas eu já vi isso muito vai acontecer. Perder o emprego depois que engravida e passa o tempo lá você, perde o contrato porque tem um filho. Então, acho que é muito mais difícil ou se não como diferenças de salário, às vezes, você vai fazer a mesma coisa que a outra pessoa e você recebe um salário bem menor porque você é mulher. (BEGÔNIA).

As barreiras para entrar no mundo do trabalho seguem refletindo o que já ocorre no curso do preenchimento das vagas pela procura menor por parte das mulheres, mas em relação ao trabalho, os entraves se avolumam e dispersam as mulheres por outras áreas, incluindo a vida acadêmica (GOMES, 2020).

Confrontadas com o fim do curso e os caminhos que se apresentam: ensino superior, mundo do trabalho, separados ou ao mesmo tempo. As que resolvem ir para o mundo do trabalho na área confrontam o instituído como certo e ingressam de mundo do trabalho técnico,

adotando padrões de comportamento que diferem de suas personalidades e assemelham-se aos padrões masculinos, conforme relatado,

Porque por ser mulher não queria me dar a oportunidade. Entendeu? Influencia negativamente. Até depois que eu sofri esse preconceito com o meu primeiro chefe. Até a forma, todo mundo fala, que até a forma de eu me comportar no trabalho eu sou uma e a forma fora o trabalho sou outra, porque realmente eu fiquei um pouco mais grossa, *o pessoal até achava que eu sou "sapatona" por eu me comportar tipo grosseiramente*, por eu me impor porque nessa área que só tem você de mulher ou você tem uma postura um pouco mais grossa ou os homens vão achar que você está com ousadia. Entendeu? Aí no trabalho eu não sou a mesma "Camélia" que eu sou fora. Eu sou outra, eu sou uma área aqui. Por exemplo, lá na área militar, pronto, é o local que *você tem que ser homem*. Tem que fechar sua cara realmente. Construção civil, tem que ser homem e indústria tem que ser homem, porque se não for os caras vão achar que está dando ousadia, vão achar que você não vai brigar com eles, porque tem muito auxiliar aqui, muito soldador que acha que só porque você é um simpático: "Oi bom dia!" está dando ousadia, entende? Aí você realmente tem que se comportar realmente como um homem, tipo assim você não pode ser doce, tem que ser grossa, não mal-educada. (CAMÉLIA)(Grifo nosso).

Olhe, para mulher é um pouco mais difícil na área da Eletromecânica, geralmente eles dão mais oportunidades para homem. Não vou dizer que não dá para mulher, mas se eles têm dez vagas pelo menos oito é só para um. Entendeu? do meu primeiro estágio em Eletromecânica foram contratados três estagiários. Dois homens e eu de mulher. Então você já vê, já sente um pouco do que ver. E olha que tinha meninas que tinha uma capacidade boa que eu considero assim né? Não posso falar da prática dela como pessoa, mas aparentemente que bem inteligentes e que podem desempenhar. Mas realmente é o mercado ou mercado ele facilita um pouco mais para o homem nessa área em Eletromecânica. Isso não tem como aqui não. (INÊS).

Acontece ainda que, em conseguindo a vaga, os relatos de que as funções executadas não condizem entre homens e mulheres, mesmo sendo contratadas para o mesmo cargo, as atividades são diferentes (HIRATA, 2002). As mulheres se destinam a atividades administrativas, minuciosas e em ambientes mais salubres, enquanto os homens são direcionados para atividades mais amplas e árduas, em ambientes menos limpos e salubres, conforme as falas desvelam a situação descrevendo como observaram a diferenças de colocações e conduções de trabalhos no ambiente dizendo que

[...]estágio eu só consegui, primeiro *porque eu tinha uma pessoa que indicou, "aquele velho QI", mas sofri muito preconceito porque lá na indústria só tinha homem*. O pessoal nunca queria ouvir a opinião de uma mulher, "mas ela é uma mulher", sabe? A questão do preconceito era enorme e as oportunidades também são bem poucas. *Sempre diminui a mulher*, por exemplo, *o meu salário eu era igual um menino lá*. Mas eu, mas eu tipo assim, *meu salário era sempre menor do que o dele*. *Ele já entrou como se eu não me engano, sobre ele é sobre auxiliar(sic)não, ele entrou como*

técnico. Eu entrei como auxiliar. E sendo que os dois não tinham entrado na mesma época. (CAMÉLIA) (Grifo nosso).

[...] a princípio mesmo, foi eu e o XXXXX que estudei comigo, o tratamento era totalmente diferente, a gente tinha a mesma formação entendeu? Nós formamos juntos e forma como tratavam ele era diferente da forma que me tratavam, sabe? Aí, tipo, não, você vai fazer serviço de escritório, serviço administrativo, sendo que eu estava ali, “*não, quero ir para área, eu quero fazer na prática*”. Então a princípio foi esse um ponto que teve que ser quebrado entendeu? Eu mostrar para as pessoas que eu tinha a mesma capacidade de qualquer outra. (IRIS). (Grifo nosso).

A falta de conhecimento prático porque o empregador já sabe que você sabe que você vem de lá cru, sem conhecimento. O fato de ser mulher eles só empregam você se você tem uma vaga para algo que menos prático. Como eu não tenho colegas que empregos, mas elas não foram para manutenção, elas não foram técnicas para lidar com a parte de projeto, elas não foram técnicas, foram para a partir de administrativa, de lidar com planilhas, de coisas assim que foram para a gente já vê que existe essa preparação, né? O homem vai para parte da lei da manutenção e você fica aqui com a parte administrativa daqui. Eu acho que foi por essas questões nesse momento. (AZALÉIA).

As informantes que declaram não ter interesse em seguir na área de formação técnica, baseiam suas posições na não identificação final com o perfil do curso, mas também pela indisposição em buscar entrar em uma profissão onde a carga de discriminação profissional alcança fortemente as mulheres.

Como um todo, na parte da Eletromecânica eu não achei que gostei foi uma experiência boa fora como eu falei o ruim era isso, estava me afetando à minha saúde. Então me afastei. E aí foi quando eu me identifiquei com a enfermagem tanto que ia logo no hospital e aí foi quando eu fiz o curso, gostei muito. Hoje eu trabalho na área, me sinto uma profissional muito melhor do que se eu fosse uma profissional da área em Eletromecânica e é isso e agora estou terminando o meu superior e com fé em Deus só superei. (HORTÊNCIA)

Eu acho que o amor que eu não tinha no começo foi ficando para trás, porque eu vi que eu poderia ir para outras áreas de atuação. Como eu disse, eu gosto muito da parte que tinha exatamente essa coisa, só que mecânica e nem elétrica me encantava. São áreas que quando você vai analisar, geralmente é mais masculino e que faz você ter um pé atrás quanto a isso. (GARDÊNIA).

Você falou sim, eu nunca tive uma preferência pela área que eu me formei em técnica. É eu, por exemplo, como é uma de elétrica e de mecânica, eu sempre tive. Eu tive, sempre tive, não para a frente, pela da saúde. Então, quando eu tive a oportunidade de adentrar ao mundo da área da saúde, então, é mais preferível para mim, por exemplo, ingressado no futuro mercado de trabalho por lá do que pela área da elétrica e da mecânica. (COPO DE LEITE).

Ainda sobre as percepções das egressas sobre o que seria possível intervir para que o ingresso das mulheres ocorra em maior quantidade no curso, a defesa de que as estratégias de comunicação sobre o curso precisam mudar. Tanto do ponto de vista da divulgação sobre o que é o curso antes do processo seletivo, quanto dos campos onde pode haver a possibilidade de inserir no mundo do trabalho.

Eu acho que trabalhar mais com essa questão feminina dentro. Promover mais eventos e principalmente fora sabe? Tipo, em processo seletivo mesmo, mostrar mais a questão das mulheres fora do mercado de trabalho, mostrar que mulher, que as mulheres, elas conseguem sim emprego, se qualificar no mercado, ter nome é só querer. E mostra isso, assim, no processo seletivo, mostrar que tem mulher ali dentro, não é um curso tão masculinizado. (MARGARIDA).

Mostrar para as pessoas o que se faz, como se faz, o que diz respeito, o que é para a mulher, por que é vantajoso para mulher estar ali, por que ela está na indústria faz diferença, porque com a visão da mulher no curso de eletromecânica faz a diferença, porque ela tem a capacidade de fazer um projeto elétrico, assim como o homem tem a capacidade de fazer um projeto elétrico, mostrar a mulher atuante, mostrar a mulher lá. Mostrar que é uma área interessante, que é uma área de valorização técnica mesmo, valorização profissional, assim como o curso de edificações, por exemplo, você vê muita menina e de eletro não. É uma área muito fechada. Quando você vê uma propaganda, por exemplo, você vê o quê? Homens e homens e dificilmente você vê uma mulher. Então acho que é mostrar o que é, do que se trata, para poder gerar interesse, para poder atrair as pessoas e estimular isso que falei, de não haver essa separação que possa historicamente mudar esse campo tão machista que é o campo industrial. (AZALEIA)

Eu acho que colocar como visibilidade uma figura feminina que passou por lá, que trabalha, por exemplo, nessa área, é e que explicasse é que não é tão difícil assim ou que no futuro os frutos colhidos vão ser compensáveis, seriam uma ótima forma. É quando fazem propaganda, porque aconteceu comigo, né? Eu fui chamada, na verdade, eu fui junto a minha escola do ensino fundamental para lá para a gente conhecer. E nas outras áreas tinham mulheres apresentando, mas na área de Eletro só tinha homens falando e revogando, que o curso é difícil. Então o interesse das pessoas eram um pouco e aí fica reforçando uma imagem que o curso já tem. Não é uma não, é uma visão atrativa. (COPO DE LEITE)

Em se tratando das questões internas, enquanto 4 delas dizem que não se pode modificar nada pois o “*curso é assim mesmo*” (LÍRIO), as demais sugerem não apenas a questão das divulgações como também uma maior interlocução com a indústrias, bem como uma maior quantidade de práticas e ações que visibilizem a presença feminina no curso e na área,

talvez mais professoras mulheres na área. Ou os professores homens é trazerem uma realidade feminina na área. Talvez uma questão de marketing mais voltado para mostrar que realmente é uma área que pode ter esse crescimento para o público feminino também. É, talvez ver com empresas, não é? trazer empresas que tenham

esse público feminino para fazer palestras para que as mulheres vejam que realmente podem ter um crescimento nessa área e podem seguir quando sair do IFS. (GERÂNIO)

Eu acho que deveria desmistificar mais essa questão de associar eletromecânica à versão masculina. É? Talvez com palestras, não sei com ações, com algumas ações. Como é que uma coisa tentasse desmitificar, entendido? Esse negócio de eletromecânica ela tem que ser mais para homem, não para mulher. (CALÊNDULA).

Se caberia, mas na divulgação do curso, nessa questão da representatividade mesmo, né? Que de expor de alguma maneira que as meninas, talvez é trazendo experiências das egressas, né? Que tiveram sucesso na vida profissional e na vida acadêmica também a partir do IFS, a partir do integrado em eletromecânica. Que isso fosse mais divulgado para incentivar que as meninas também ingressar nesse curso. (ROSA).

Eu acho que um ponto que deveria ser colocado eu falo por hoje não ter conhecimento talvez seja dessa forma, mas dentro do curso mesmo mostrarem para os alunos que o caminho não é só mecânico e elétrico, com a formação o mundo é vasto é um “N” coisas que dá para fazer com o título de técnico em eletromecânica. Aí eu acho que se isso fosse encorpado mais na dinâmica ali, do dia a dia, eu acho que o nível de pessoas que desistem do curso seria bem menor. (IRIS)

Em relação as práticas, as egressas dizem que sentem a necessidade de ampliar as atividades para muito além das teóricas, o desconforto em relação entender como realmente fazer a teoria das partes do currículo profissionalizante estaria na prática e como estas poderiam se ajustar no mundo do trabalho caso houvesse a prática de estágios.

Eu acho que o estágio é uma oportunidade muito boa, ter uma oportunidade de mostrar o seu valor, mostrar o seu serviço, e quem sabe, continuar a empresa ou até mesmo ser direcionado para outras, mas você já tem uma oportunidade. Com alguém te garantindo porque quando você chega lá se encontra, para te encontrar, quando você chega lá dentro de você chegar, se o IFS tem um convenio com a instituição par te colocar lá dentro do estágio, você tem mais chance do que chegar sozinho com um currículo de recém-formado. (LAVANDA).

Acredito que as práticas porque a gente teve poucas práticas durante o processo de conclusão no curso. Acredito que a gente teve mais teoria. Acredito que o único embate que a gente teve, nós mulheres no caso, né? E foi de técnica mesmo, de habilidade de ter acesso aos recursos e poder usar. (MARGARIDA).

Eu acho que o ele tem coisa boa que não é aproveitada, muitos laboratórios que eu não via muito assim o uso. Era poucos para professor que eu lembrava lá que eu mais usava. (...) era um para professor que ele usava bastante desses recursos, outros que era mais em sala de aula. Tendo que a gente poderia ter usado mais. A prática, não só a teoria, era muita teoria, sendo que a gente só poderia ter feito muita prática. (HORTÊNCIA).

O estágio enquanto carga horária obrigatória do curso foi excluído desde que o a duração deixou de ser de 4 (quatro) anos letivos. À época havia uma dificuldade por parte da instituição

direcionar todos os concluintes para as possíveis áreas da indústria, bem como os próprios estudantes individualmente em serem selecionados para um período de estágio na área. Pontualmente, no período do Convênio IFS/Petrobrás, as atividades desenvolvidas nos projetos com finalidades específicas de produção e estudo possibilitaram a construção de uma estratégia onde foram incorporados como atividades próprias de estágio.

Esse campo complexo de estágio implica em uma necessidade de prática e ao mesmo tempo um elemento que no mercado é posto como uma necessidade de experiência para inserção, mas as próprias empresas delimitam o quantitativo e afunilam a seleção, provocando um excedente de estudantes que buscam uma vaga e não são absorvidos.

Não é raro ouvir “*nunca pisei num chão de fábrica*” (AMARILIS), seja pela ausência dos estágios no passado, seja por uma dinâmica de poucas visitas técnicas a estes espaços de trabalho possíveis ao técnico em Eletromecânica, motivos de alguns relatos queixosos das mulheres ouvidas. E ainda, embora o curso exigisse a carga horária de estágio para integralização do curso, a dificuldade de acesso causou transtornos.

Avaliando que a maioria das egressas relatam não trabalhar em área alguma e se dedicarem aos estudos universitários, a percepção do mundo do trabalho se faz pela observação externa das relações. Contudo, as que trabalham, quer seja na era de formação técnica ou não, tem uma percepção bem demarcada dos obstáculos que enfrentam por conta de sua constituição biológica. As que estão atuando na área, trazem nos seus relatos, com muita propriedade, as situações em que o ser mulher é um impedimento para ser respeitada ou ocupar vaga de emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nas últimas décadas, a sociedade global tem se confrontado com mudanças substanciais nos mais diversos âmbitos, sejam econômicos, sociais, políticos e culturais, com os reflexos diretos nas relações sociais que afastam ou aproximam todos nós. Tudo isso resultado de alterações do capital internacional que reflete na organização dos interesses dos estados e de seus cidadãos.

A amplitude, as dependências e influências entre as organizações mostram-se de maneira mais nítidas, a exemplo peculiar do recente ciclo pandêmico do COVID19, que rapidamente forçou as organizações e alterações globais e interrelacionadas em todo o mundo.

As mudanças são caracterizadas pela reorganização da estrutura organizacional do mundo do trabalho e das empresas, com as possíveis incorporações de estratégias com o foco na elevação da competitividade; no deslocamento da produção para locais onde o mercado mais se favoreça; na multiplicação e multiplicidades de produtos e serviços com foco no consumo imediato; na adoção e ampliação de novas tecnologias de informação e de novas diretrizes e estratégias de gestão do mundo trabalho.

Esta reorganização dos processos de produção e do trabalho, denominado globalização, impacta diretamente nas relações sociais e reverbera como reflexo imediato no aprofundamento das desigualdades sociais, na pouca atenção aos direitos fundamentais e na ampliação das tensões das relações nas sociedades (HIRATA, 2002, 2009; KERGOAT, 2009).

O avanço das relações sociais impostas por uma ordem mundial transcende completamente a esfera econômica e flui caudalosamente nas dimensões políticas, sociais e culturais. Tanto o estado, os indivíduos e a sociedade são direcionados para a adoção de novas prerrogativas com responsabilidades e metas desafiadoras.

Nessa direção, a escola, enquanto instituição social, como uma possível detentora de impulso motriz de mudanças que pode ser atravessado pelos modelos e aspirações da sociedade, urge de uma redefinição do papel a que se propõe para da formação humanística do cidadão, mas que também possa ser incluso no mundo do trabalho para execução e elaboração das atividades com base técnico-científicas.

Sob a ótica das novas formas de organização da estrutura produtiva e do mundo do trabalho, considerando ainda a influência da inserção de tecnologias no cotidiano das pessoas, existe a necessidade de uma flexibilização nos padrões do próprio processo de produtivo e na gestão do trabalho. Sob esta perspectiva, o trabalho organizado de forma mecânica e repetitiva

foi ultrapassado para um novo tipo de trabalho, no qual os trabalhadores devem ter a capacidade de diagnosticar, antecipar, analisar, sintetizar, agir em grupo, definir decisões e estar participando ativamente do processo, munido de sua autonomia intelectual e de seus conhecimentos próprios e requeridos para as funções a que se proponha.

Nessa perspectiva de formação voltada para uma educação com qualidade e equidade de oportunidades, as escolas devem se atentar para fundamentar seus projetos políticos pedagógicos com vistas aos interesses gerais da sociedade e, especificamente, da comunidade a qual se relaciona diretamente, isso porque o conhecimento só existe fundado em uma visão ideológica que se determina pelos interesses individuais dentro das concepções sociais (PACHECO, 2020).

Coerente com os direcionamentos postos no final do século passado, a educação no Brasil vem buscando redefinir suas metas e princípios, nem sempre em constância e sem reveses, atrelado a uma tendência mundial de reformulação, articulando uma proposta educacional na qual as bases na preparação para a cidadania, incluindo a preparação para o mundo do trabalho e com a possibilidade de qualificação constante através da continuidade de estudos, expressa em linhas gerais na LDB 9394/96.

Sob esta óptica, a educação, tanto a geral quanto a profissional, devem pautar sua organização e estruturação na construção de uma propositura fundamentada em princípios pedagógicos que priorizem a contextualização do conhecimento, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a transversalidade. Estes princípios aliam-se a conhecimentos que propiciem as condições de estar exercendo sua cidadania e sendo inserido nos processos produtivos de maneira consciente dos seus deveres e direitos tanto sociais quanto políticos.

Desse modo, um projeto pedagógico voltado para formação profissional deve prescindir de uma da educação geral que tenha um constante rompimento com disparidade entre a educação propedêutica e a técnica, incitando a articulação da formação profissional efetiva na qual o estudante tenha acesso ao conhecimento que lhe proporcione ser um cidadão responsável, um sujeito político e, ainda, comprometido com o projeto coletivo de sociedade.

Nessa direção, a promoção das condições para a construção do conhecimento é imprescindível para o exercício de uma cidadania plena e inclusão no mundo do trabalho. Aqui se impõem paradigmas que requerem das instituições, com destaque para as que se voltam para a educação, quer sejam regulares ou informais, o estabelecimento de ações contínuas de formação que não reproduzam padrões sociais de desigualdades que enaltecem a diferenciação que põe em posição de inferioridade certos estudantes e/ ou o grupo deles, a exemplo das mulheres.

Embora a organização legal e as interações sociais tenham passado por sucessivas mudanças e o acesso às formações profissionais tenha sido garantido para quem o buscar e atender minimamente os critérios determinados, como nível de escolaridade e os ditames de classificação para as vagas ofertadas, independente de gênero, raça/etnia, classe entre outros, as relações sociais refletidas nas escolas, seja na convivência dos estudantes com os pares ou com demais pessoas da comunidade escolar, reiteram as dificuldades de desprender a ideia de quais ocupações profissionais são de “homens” e de “mulheres”.

É possível observar o crescente aumento da inserção das mulheres no mundo do trabalho, bem como a sua escolarização (HIRATA, 2009; KERGOAT, 2009; PNP/MEC, 2020). Contudo, as escolhas da eixos de profissionalização das mulheres ainda seguem favorecidas em números nas áreas de cuidados e saúde. A procura por formação profissional em cursos tradicionalmente “masculinos”, tendo um aumento exponencial de matrículas “femininas” nos últimos anos, ainda apresenta números tímidos em relação à ocupação das vagas, fato muitas vezes provocado por interferência de orientações dentro da própria convivência familiar e do círculo próximo de vivência dos jovens pela insistência na persistência dos papéis sociais relacionados ao gênero.

Destarte, as práticas pedagógicas presentes nas escolas privilegiam os discursos de igualdade de direitos, mas nas ações cotidianas ainda apresentam entraves para elencar as possibilidades para os estudos posteriores e acabam por estar limitando as opções, principalmente para as mulheres, por reflexo dos “prismas” da organização do modelo patriarcal (CARVALHO, 2009).

Outra dimensão importante na possível inserção das mulheres em espaços de trabalho “masculino” é o discurso de que elas não podem estar onde certas práticas profissionais exigem força física, por serem “[...]trabalhos pesados, perigosos, sujos e insalubres[...]

” (HIRATA, 2002, p. 204), elementos que são relacionados de maneira corriqueira ao ambiente destinado à figura masculina. Contudo, a formação profissional técnica, como o próprio nome já demarca, baseia sua proposta no domínio de conhecimentos, tecnologias e instrumentos que viabilizem a ação do trabalhador com segurança e com eficiência de execução. Pergunto: o que tem a força se os instrumentos e as técnicas são justamente para facilitar os processos? De certo a justificativa para priorizar a contratação de acordo com o sexo precisa ser, no mínimo, repensada na sua “argumentação” e mesmo com o emprego das tecnologias nas atividades dos trabalhos, principalmente na área das indústrias, não favorece ao aumento das mulheres trabalhadoras nestas áreas.

A educação profissional deveria ser esse local no qual as diferenças destacadas como limitadoras na prática profissional por formação fossem apresentadas com os entraves que podem existir e como deveriam ser essa preparação, inclusive entre os próprios colegas de turma que, posteriormente, seriam prováveis parceiros de trabalho.

Contudo, esse caminho não é fácil, romper com um conjunto de ideais que se materializam em pequenos ou grandes atos exige esforço, conhecimento e persistência. Os padrões patriarcais e a heteronormia nos acompanham desde longa data e nos diversos grupos sociais nos quais estamos sempre convivendo (família, vizinhança, igreja, escola, trabalho entre outros). Isso nos leva a perceber de certas minúcias e, vez ou outra, faz-se necessário uma reflexão sobre como está a condução de nossas ações, o que não é diferente na prática profissional nas escolas, onde tantos cruzamentos de crenças, valores e princípios se encontram e confrontam a todo instante.

Tendo como norte o objetivo de analisar as experiências das mulheres egressas do curso técnico de Ensino Médio Integrado em Eletromecânica do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, discutindo as dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho destaco que, sendo um estudo de caso, a delimitação temporal, espacial e da população direcionam para uma situação única (CHARDDERTON e TORRANCE, 2015). Isso não impede que também seja possível observar generalizações por estar envolvendo as relações sociais que as intermeiam, as interações e influências externas, seja da sociedade, das políticas, do mundo do trabalho.

A possibilidade de rememorar situação e experiências das egressas traz um olhar de quem já “passou” pela etapa de estudante da educação profissional e projeta um olhar mais reflexivo sobre aquela vivência passada. De certo, é um olhar diferenciado não apenas por se tratar de um resgate de memória, mas por conta de o próprio relato assumir outros vieses, considerando que a ele se somam experiências posteriores à formação técnica que acrescentam elementos de interpretação para as situações.

Ressalta-se, ainda, que boa parte das mulheres egressas entrevistadas são de um período em que as discussões sobre a condição feminina não eram realizadas com clareza e vinculadas tão fortemente nos meios de comunicação e nas redes de mídias sociais.

As mulheres com uma posição numérica sempre inferior nas turmas do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica em relação aos homens, convergem para entender que o seu gênero não causa dificuldades para a sua formação profissional na área técnica pretendida. Porém, as relações entre colegas de sexo oposto, com os professores e com pessoas que são de suas vivências particulares causam, em determinados

momentos, situações em que o peso de ser “sexo frágil”, inibe ou regula a participação em determinadas situações pedagógicas. A elas são destinadas funções mais “femininas”, afastando-as da atividade da prática propriamente dita, a exemplo do que já foi também demarcado em outros estudos (SANTOS, 2013; GRESCHECHEN, 2017; NASCIMENTO, 2019).

Embora haja a defesa de que o curso trata os estudantes igualmente, há a evidência de contradição quando as egressas descrevem que as práticas “pesadas” são separadas, as “*piadinhas machistas*” (GIRASSOL) não são tolhidas durante as aulas e em outras atividades ou ainda quando não se propõe a demonstrar como está o mundo do trabalho em relação à ocupação também feminina, principalmente através de eventos que mobilizem o curso e o mercado.

O estigma de “ser mulher” ainda pesa sobre as jovens que, poucas vezes, declararam querer ter a formação técnica em Eletromecânica. A condição da qualidade social posta a instituição em tela possui um valor muito mais elevado do que a condição instituição de formação profissional. Estar no curso foi muito mais destacado como busca de uma formação de qualidade do ensino médio do que a própria formação técnica em si, justo pela escolha ter acontecido “por eliminação” ou por “acaso”. Sem que tenha sido minimizada os aspectos da qualidade da formação profissional, mas não tiveram o mesmo viés de valorização que a parte propedêutica.

As mulheres, em sua maior parcela, buscam a formação superior em áreas divergentes da formação técnica inicial, condição também presente no estudo de Cabral (2020). A alegação de que “não se identificou com o curso” é a justificativa mais apresentada para a não continuidade com a verticalização da formação. Ressalta-se que a falta de clareza do que se tratava o curso causou frustração e dificuldades de aprendizagem, conforme algumas falas destacam, principalmente em relação à parte de aulas práticas que se consideram como “difícil” e até faz ocorrer a reprodução de falas machistas, por parte das próprias egressas, quando dizem ser “*mais coisa de menino!*” (BEGÔNIA).

Com as condições que são oferecidas pelo IFS e as existentes na região, optar pela educação profissional, mesmo que não seja o curso que melhor interesse a todas, faz a diferença entre as escolas de ensino médio e, portanto, a torna uma opção requisitada. Além disso, a maioria das mulheres egressas dizem que residiam em povoados e “ajudavam” a família de alguma forma nas atividades domésticas e de pequenos serviços, principalmente plantações sazonais e pequenos comércios, o que traz evidências de classes menos favorecidas economicamente.

O discurso de validação dos papéis sociais dos quais devem se ocupar as pessoas de acordo com o seu sexo persistem na fala das egressas. O meio social fora do ambiente escolar e a própria convivência com colegas estudantes de outros cursos no cotidiano da instituição fazem com que a justificativa do porquê estar no curso tenha que ser constantemente pensadas e explicadas. “*Mas o curso é muito bom!*” (AZALÉIA) afirmam efusivamente e eu me pergunto: por que não se inserem no mundo do trabalho dentro da área de formação? Ora, porque outros fatores interferem para além da formação.

Devo ressaltar que as questões de classe, raça/etnia, orientação sexual não foram exploradas mais fortemente. A questão da classe foi posta por egressas quando falavam dos auxílios financeiros, dos trabalhos que desempenhavam junto com os pais, mas não sugere ser elemento fator impeditivo para a formação. Contudo, como atuante na educação há mais de 3 décadas, residente no município onde se localiza o campus e, ainda, servidora da instituição, devo esclarecer que na região não há, mesmo com todos os problemas, uma estrutura que possa ser comparada a do IFS e ofereça as condições minimamente que lá existem.

Dentro de fatores que conduziram as egressas após a formação técnica, duas vertentes se destacam: a primeira diz respeito à pretensão da entrada na educação superior, e a segunda diz respeito à dificuldade de acesso a estágios nas empresas. O objetivo de ingresso na educação superior conduz muitas jovens a buscar a instituição por ser pública e pelas condições físicas e seus recursos (humanos e/ou materiais) que ela oferece.

Essa possibilidade de um maior rendimento no momento dos processos seletivos para cursos superiores mobiliza jovens que, por escolha própria ou por influência de familiares/amigos buscam a instituição vislumbrando essas possibilidades. As que almejam ingressar no mundo do trabalho, são influenciadas também por familiares/amigos e, mesmo pensando no ingresso em cursos superiores, se ressentem da falta de oportunidades e da “pouca atenção” do curso e da instituição em mediar a questão de estágios.

O estágio seria um passo inicial importante para se ter acesso ao emprego dentro da área de formação e a oportunidade de aprimorar na prática o que aprenderam. O planejamento interno da instituição parece carecer de uma aproximação com as empresas no sentido de “abrir” um campo de diálogo onde haja um contato para possibilidades de atuação. As poucas alunas que conseguem estágio, “por conta própria” são confrontadas com percalços expresso na divisão sexual do trabalho de três formas: não são aceitas na área operacional em definitivo, sendo aceitas em atividades administrativas; se aceitas na área operacional são rodeadas com situações sexistas, inclusive com diferença salarial dentro das mesmas funções executadas com

colegas contemporâneos de formação no IFS ou, ainda, o estágio é em área totalmente distinta da área de formação técnica.

Ainda em relação a não aceitação nos ambientes de trabalho enquanto profissionais, chama a atenção o fato de que há relatos em que a aparência/ porte físico é impeditivo para a aceitação por gestores: o fato de ser “*bonita prejudica o desenvolvimento de atividades do setor*” (AZALEIA) e, portanto, prejudica a produtividade. Além disso, também a questão da estatura física traz embaraços para o acesso ao mundo do trabalho na área de formação técnica. Reafirma-se então a diferença biológica como dificultador para o acesso a essa atividade produtiva para mulheres.

Na sociedade capitalista patriarcal, a divisão social do trabalho tem como base sexo biológico dos indivíduos, configurando-se dessa forma na divisão sexual do trabalho. O lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho e a divisão social de papéis entre homens e mulheres, que historicamente têm as colocadas em uma posição de desprestígio, são consequências de um processo sócio-histórico marcado por determinantes diversos de uma maneira geral em cada sociedade, e, no Brasil, de maneira específica pela forma como se foi dando a construção do país com a influência do sistema patriarcal e da colonização violenta a qual o povo brasileiro foi submetido.

A partir de uma compreensão de gênero como uma relação sócio-histórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades, cabe ressaltar que a subordinação da mulher na sociedade vigente, e todas as consequências que disso decorrem, é atravessada por aquela contradição inerente ao capitalismo, o qual se utiliza dessas diferenças como estratégia para sua própria manutenção, colocando em pauta a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a feminização do mercado de trabalho.

De fato, as condições de acesso ao mundo do trabalho dentro da área de formação técnica impõem restrições e desgastes às egressas, conforme descrito nos relatos, fazendo com que o desejo de ser técnica vá sendo abandonado, junto com o diploma, em alguma gaveta. As mulheres que persistiram, confirmam que convivem com preconceito na atuação profissional, principalmente em relação a competência técnica por conta de ser mulher. Alegam que o fato de gostar da profissão as faz seguir atuando. Essa é uma jornada que tem acontecido por iniciativa individual e, por conta disso, a importância de ter representações femininas para as que pretendem ser técnica é importante e necessária.

Ainda é possível observar que, embora algumas egressas afirmem veementemente não quererem ser técnicas; outras delas, apesar de não se disporem a trabalhar na área, não

abandonaram a ideia, porém, uma questão as une: dizem empregar conhecimentos do curso ou pretendem fazê-lo, na área de formação que escolheram para o curso superior.

Desta feita, sem negar a importância do modelo de educação ofertado no IFS, dentro dos princípios dos institutos federais, o objetivo de oferecer educação de qualidade para a formação omnilateral (Pacheco, 2020) numa primeira análise parece estar sendo alcançada, mas seria preciso mais estudo e aprofundamento para tal ponto.

Pondero que mesmo tendo um reconhecimento da sua qualidade e importância na formação cidadã, ainda se faz necessário pensar em formas de promover uma aproximação com a sociedade para esclarecer sobre quais as possibilidades de formação que oferece, com seus itinerários formativos e cuidando, sobretudo, de desmontar preconceitos em relação a qual curso é “masculino” ou “feminino”, inclusive nas divulgações e visitas assistidas. Provavelmente essa ação deva compreender todos os cursos e não especificamente os da área de indústria. Além disso, eventos e circunstância na qual a figura da mulher também esteja presente seria um indicativo de que uma nova visão de que a formação e atuação técnica independe do gênero dos estudantes. Além de evidenciar para a instituição não invisibiliza os conflitos que o mundo do trabalho e as relações sociais impugnam às mulheres e sua futura vida profissional.

O aumento da escolarização e profissionalização das mulheres aliados a todos os mecanismos que surgem para promover um acesso com maior fluidez ao mundo do trabalho, sobretudo na área dos processos industriais, ainda não se mostram suficientes para que as jovens egressas se disponham a estar inseridas em sua área de formação técnica. Mesmo com um mundo mais “conectado”, com mais acesso à informação e maior engajamento em discussões feministas, a dominação patriarcal resiste e enreda as relações sociais cotidianas.

De fato, a opção pelo não confronto e menor desgaste emocional conduz as egressas para outras áreas de atuação e formação profissional superior. Mesmo que demonstrem uma posição crítica mais definida em relação ao entendimento carga das relações patriarcais, seus movimentos são, geralmente, de evitar a confrontação com os moldes da divisão sexual do trabalho, principalmente no que se refere a vida pública.

Resta dizer que os relatos das egressas é um “prisma” de tantos outros que envolvem o processo de formação profissional no curso Técnico de Ensino Médio Integrado. Tantas outras vozes podem (e devem) ser ouvidas (estudantes regulares, homens egressos, docentes, técnicos/as administrativos/as, pessoal de apoio, pais, comunidade, órgãos colegiados, órgãos públicos) e acrescentar tantos outros “prismas” e fomentar tantos outros estudos.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Aline. **Juventude feminina e a divisão sexual do trabalho no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFFAR – Campus São Borja**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2018 Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/18914>. Acessado em 15/07/2021.

ALVES, CANDIDA BEATRIZ. **Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional**. Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31375>.

ALMEIDA, Alessandra, ANDRADE, Darlene Silva Vieira, SANTOS, Helena Miranda. Gênero e direitos humanos: por uma psicologia para todos e todas. **Gênero na Psicologia: discussões e articulações**. Salvador - CRP 03, 2013. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 17ª edição.

BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985-1995)”. In: ROCHA, Maria I. B. da. (org.) **Trabalho e Gênero – Mudanças, permanências e desafios**. Campinas-São Paulo/ Editora 34/ABEP/NEPO-UNICAMP/CEDEPLAR-UFGM, 2000, pp.13-18.

CABRAL, Wilson Augusto Costa. **A formação profissional dos egressos do Instituto Federal do Espírito Santo - campus Ibatiba dos anos 2011-2017: Para além da formação técnica**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29742>.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999. Tradução: Álvaro Lorencini.

CARREIRA, Denise. (Coord.) et. al. *Informe Brasil – Gênero e Educação*. São Paulo: **Ação Educativa**, 2013. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf.

CARREIRA, Denise. *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais / Denise Carreira. [et al.]*. São Paulo: **Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés**, Fundação Carlos Chagas. 2016. Disponível em: https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf.

CARMO, Jefferson Carriello do. Aspectos do processo de institucionalização dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. **Quaestio**. Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 635-651, nov. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2844>>. Acesso em março de 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. IN: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**. São Paulo: Ícone, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, educação e ciência. In: MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL. and NUNES, MLS., orgs. **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/tg384/pdf/machado-9788578791193-17.pdf>

CHARDDERTON, Charlotte e TORRANCE, Harry. Estudo de caso. In: SOMEKH, Bridget e LEWIN, Cathy(org.). Teoria e Método de Pesquisa Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p.90-97.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018, 2ª edição.

COLLING A. M. Gênero e história, um diálogo possível? **Revista Contexto & Educação**. Ijuí. v. 71/72, jan./dez., 2004, p. 29-43. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1131>

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2018, [online]. Disponível em: https://eprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, 172, Ano 10, 1 semestre de 2002, p. 172-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero e Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas. Dossiê Gênero e Educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão/SE, Editora UFS, v. 12, p. 15-27, 2014.

CRUZ, Maria Helena Santana. A perspectiva de gênero no campo da ciência. In: NANES, G.; LEITÃO, M. do R. de F. A.; QUADROS, M. T. de. (org.). **Gênero, educação e comunicação**. Recife: Editora UFPE, 2016. p.40-56.

CRUZ, Maria Helena Santana, DIAS Alfrâncio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**. N ° 01, jan./abril, 2015. p. 33-42. Disponível em: <https://seer.ufs.br › revec › article › view>

CRUZ, Maria Helena Santana, NASCIMENTO, Ana Paula Leite, SANTANA, Anabela Mauricio. Reflexões sobre o poder mediadas pelo empoderamento das mulheres na condição de sujeito político. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.15, n.2, p. 38-55 set.- dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br › 1807-1384.2018v15n3p38>

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n.º 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____; _____; _____ (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

FRIGOTO, Gaudencio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Revista Educação Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100- Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Revista Educação Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em 05/06/2018

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GAMBOA, Silvio Sánches. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GALINKIN, Ana Lúcia, ISMAEL, Eliana. Gênero. In: CAMINO, Leoncio, TORRES, Ana Raquel Rosas, LIMA, Marcus Eugenio Oliveira, PEREIRA, Marcos Emanuel (Org.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 2ª ed. Brasília: Technopolitck, 2013, p.643-698. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7205629/mod_resource/content/1/LIVRO%20Psicologia%20Social%20temas%20e%20teorias.pdf

GOMES, Livia Daiane. **O lugar das mulheres na educação profissional e tecnológica no Brasil: um estudo sobre relações patriarcais de gênero no IFRN Campus Natal Central**. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32094>

GRESCHEN, Fernanda. **Educação, trabalho e mulheres: a inserção feminina em cursos de educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – campus Joinville**. Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville. Santa Catarina, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5011201

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBfnpY7qgHmzYCgd/?lang=pt&format=pdf>

HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4p7XzP7l0ngC&oi=fnd&pg=PA9&dq=HARDING,+Sandra.+Ci%C3%A2ncia+y+feminismo.+Madrid:+Ediciones+Morata,+1996&ots=EK72x7V0aZ&sig=2qrHgVuBg82kb4Gr7JywV2gUz7c#v=onepage&q=HARDING%2C%20Sandra.%20Ci%C3%A2ncia%20y%20feminismo.%20Madrid%3A%20Ediciones%20Morata%2C%201996&f=false)

[BR&lr=&id=4p7XzP7l0ngC&oi=fnd&pg=PA9&dq=HARDING,+Sandra.+Ci%C3%A2ncia+y+feminismo.+Madrid:+Ediciones+Morata,+1996&ots=EK72x7V0aZ&sig=2qrHgVuBg82kb4Gr7JywV2gUz7c#v=onepage&q=HARDING%2C%20Sandra.%20Ci%C3%A2ncia%20y%20feminismo.%20Madrid%3A%20Ediciones%20Morata%2C%201996&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4p7XzP7l0ngC&oi=fnd&pg=PA9&dq=HARDING,+Sandra.+Ci%C3%A2ncia+y+feminismo.+Madrid:+Ediciones+Morata,+1996&ots=EK72x7V0aZ&sig=2qrHgVuBg82kb4Gr7JywV2gUz7c#v=onepage&q=HARDING%2C%20Sandra.%20Ci%C3%A2ncia%20y%20feminismo.%20Madrid%3A%20Ediciones%20Morata%2C%201996&f=false)

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. Edição 7. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2009. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em 16/06/2020.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho necessário**. Ano 16, nº 29/2018. p. 14-27. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/268/15>.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>

INCERTI, Tania Gracieli Vega. **Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: Relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba**. Mestrado em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2764>

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. IN: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p.67-75.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Dilemas da formação de professores para o Ensino Médio no século XXI. IN: **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. AZEVEDO, José Clóvis e RESI, Tarcísio Jonas (org.). 1ª ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2014. p. 77 -92. Disponível em:

<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A83465CC9A101465E3F850A3D8D>. Acessado em 16 de maio de 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do Ensino Médio Técnico no Brasil e suas consequências. **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.6, p.365-384, jul./set.1995. disponível em:
<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-1SF/Sandra/A%20reforma%20do%20ensino%20t%20E9cnico%20no%20Brasil.pdf>.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. **Tecnologies of Gender**. Indiana University Press, 1987, p. 1-30. Disponível em:
edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%20%20TERESA.%20A%20Tecnologia%20do%20Gênero%20%281987%29.pdf

LAVINAS, Lena. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11-43. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-310467>>.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix,2019.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminina: a luta de 1.200 anos para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix,2019.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. O saber surge da prática: por um Serviço social com perspectiva feminista. **Revista Grifos**, UniChapecó. n. 46, p.48-669, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1997. Disponível em:
<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero um novo paradigma? **Cadernos Pagu** (11), p. 107-125. (11), 1998. Disponível em:
<http://periodicos.sbu.unicamp/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467/2391>

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATOS, Marlise. Teoria de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n 16, v2, p. 333-357, 2008. Disponível em:
<https://scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/?lang=pt>.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu** (43), julho-dezembro de 2014:57-118. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n 16, v3, dez. 2008. Disponível em: <https://scielo.br/j/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/abstract/?lang=pt#>.

MELO NETO, João Cabral. Tecendo as manhãs. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Gustavo Henrique e ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. **As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Série Documental- Textos para discussão-45– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6688378.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

MUNIZ, Diva de Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil. IN: STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene. **Mulheres e violências: Interseccionalidades**. Brasília: Tecnopolitik, 2017, p. 36-49. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências**. 1 ed. Aracaju: Edifs, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1089>

NATANSOHN, G. (Org.). **NATANSOHN, G. (Org.). Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013, vol. 1. Disponível em <https://gigaufba.net/internet-em-codigo-feminino/>

NEVES, Magda Almeida. Anotações sobre trabalho e Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n 149, p. 404-421, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5c6jtJQ7sLPTwQzHcBGc7pL/?format=pdf&lang=pt>

NICHOLSON, L. Interpretando gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biológicas” ao caso das “neurofeministas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ytr4nmxmcm5v8y83C6CsRv9x/?lang=pt>

OLIVEIRA, Caíque Diogo de. **Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba. Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11320>

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. História das mulheres em plano de aula: mídias digitais e saberes docentes na internet. **Labrys, études feministes/estudos feministas**, Brasília; Paris, Janvir/Juin 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys27/historia/susane.html>

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Disponível em:
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/575/437/1910>

PACHECO, Flávia Lopes. **A transmissão de saberes tradicionais e o empoderamento de mulheres uma análise a partir de uma política pública cultural**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em:
<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11390>

PEREIRA, Orlindo, JESUINO, Jorge (Org.). **Psicologia social do desenvolvimento**. Lisboa: Horizonte, 1985.

PERES, R.S. e SANTOS, M.A. Considerações gerais e orientações práticas acerca de emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. **Interações**, v X, n. 20, jul./dez. 2005, p. 109-126.

PINTO, Mariana Dórea Figueiredo. **Desvelando a construção das diferenças de Gênero nas experiências de Contadores/as e de Auditores Independentes em Sergipe**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em:
<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7464>

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena.2001. **São Paulo em Perspectiva**, 15(3), julho de 2001, p.58-66. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/YbZcHxhdbxkMk6CW3bC69pL/?lang=pt>

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global. **Revista Estudos Feministas**, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em:
<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 31 de outubro. 2021.

RAGO, Margareth. **Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos**.2004. Departamento de História, UNICAMP. Disponível em:
http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf

RAMOS, Marise. **Concepções do Ensino Médio**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em:
http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrad05.pdf

RODRIGUES, Janine Marta Coelho, [et. al.] Organizadores. **Construindo trilhas, refazendo caminhos: alguns pontos de reflexão sobre educação e diversidade**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?ddl=237&dd99=pdf>. Acesso em: 30/03/2023.

ROSA, J. Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Elza Ferreira. **Gênero, educação profissional e subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano no Instituto Federal de Sergipe**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4875/1/ELZA_FERREIRA_SANTOS.PDF>

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005. disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/qBqcryfLqbvsnf7y6HkXNrv/?format=pdf&lang=pt>>

SANTOS, Lulu e MOTTA, Nelson. Como uma onda. Álbum **Ritmo do Momento**. 1983. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XFa73hlzR-4>>

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Trabalho Feminino no Brasil: Desigualdades de Gênero e Contrastes Regionais. **Coleção Bahianas**. No. 9, NEIM/UFBA/REDOR, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6872>>.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades**, Vol. 20, nº 2, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125>>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil na análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, nº 6(2). Julho/dezembro/1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>

SILVA, Ademir Antônio da. **Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS – Campus Lagarto: formação e atuação no mundo do trabalho**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_f14e8703b5c3025da789c5c8a13f1c15>.

SOUZA, Fárida Maressa Loureiro. **Algumas reflexões acerca de gênero: uma perspectiva marxista**. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-2-fc3a1rida-maressa-loureiro-esouza-algumas-reflexc3b5es-acerca-de-gc3aanero.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2021

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em revista**. UFPR, n. 10, dez/1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>

TIBURI, Marcia. **Feminismos em comum: para todas, todes e todos**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em:
<https://beneweb.com.br/resources/METODO%20CIENTIFICO%20Uma%20abordagem%20ontol%C3%B3gica.pdf>

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Proposições**, Campinas, v. 23, n.2, p.127-143, mai./ago. 2012

WARNER, Michael. **o Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1991.

YEPEZ, Martha A. Travesso, PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de Gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1), 216, jan./abril/2005, p. 147-162. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/KscbcF9X3cVgHStP6477VkN/?format=pdf&lang=pt>>.

YIN, Robert K. **Estudo de casos: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Documentos consultados:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Lei 11.892**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, 2008. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=52151-catalogo-nac-cursos-tec-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo de educação profissional e tecnológica, concepções e diretrizes**. SETEC/MEC. Brasília, 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio– Documento Base**. Brasília/ DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: mar. 2020

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 159p.

ANEXOS

A: DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA.

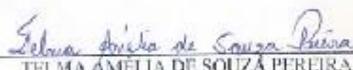


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR (A)

Eu, **TELMA AMÉLIA DE SOUZA PEREIRA**, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado "**A INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO DAS TÉCNICAS EM ELETROMECÂNICA EGRESSAS DO IFS - CAMPUS LAGARTO**" sob a orientação da Profª Dra. Maria Helena Santana Cruz, declaro que submeti o protocolo para análise do Comitê de Ética em Pesquisa da **Universidade Federal de Sergipe – UFS** na data 02 de junho de 2022. Comprometendo-me a aguardar o parecer do Comitê de Ética da UFS e só iniciar a pesquisa após o recebimento de parecer favorável, bem como a não desenvolver a pesquisa em caso de parecer desfavorável. **Declaro que conheço a Resolução 466/2012 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.**

Aracaju/SE, 02 de junho de 2022.



TELMA AMÉLIA DE SOUZA PEREIRA

Pesquisador responsável

B: TERMO DE DECLARAÇÃO E CONFIABILIDADE DA PESQUISADORA.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto

Pesquisadora responsável: Telma Amélia de Souza Pereira

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Sergipe/
Programa de Pós-graduação em Educação/Doutorado em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz

Telefone para contato: (79) 99900-7819

E-mail: telma.amelia@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Cumprir os termos da resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 e da resolução nº 510/16, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005).
- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe
- Zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Garantir que os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto

Pesquisadora responsável: Telma Amélia de Souza Pereira

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Sergipe/
Programa de Pós-graduação em Educação/Doutorado em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz

Telefone para contato: (79) 99900-7819

E-mail: telma.amelia@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Cumprir os termos da resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 e da resolução nº 510/16, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005).
- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Involvido Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe
- Zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Garantir que os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes;

C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CAMPUS LAGARTO

Rua Cauby, 523-Jardim Campo, Lagarto / SE
CEP: 49400-000. Fone: (79) 3711-3269

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Eu, **José Osman dos Santos**, matrícula SIAPE nº 1325698, **Diretor Geral do Campus Lagarto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**, autorizo a realização do projeto intitulado **"A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto"** pela **Telma Amélia de Souza Pereira**, sob orientação da **Prof.ª Dr.ª Maria Helena Santana Cruz**, cujo objetivo é analisar dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo de trabalho através das experiências de mulheres egressas Curso Técnico Integrado em Eletromecânica do Instituto Federal de Sergipe - Campus Lagarto. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, com estudantes egressas do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica do Campus Lagarto, entre os anos letivos de 2009 e 2020. As atividades serão iniciadas após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS).

Estou ciente de seu compromisso no resguardo da segurança das informações prestadas sobre a documentação dos participantes da pesquisa. Declaro, outrossim, na condição de representante desta Instituição, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 07 de abril de 2016 e Norma Operacional nº 001/2013, pelo CNS.

Ciente de que sua metodologia será desenvolvida, conforme a resolução CNS 466/2012 e de suas demais Resoluções complementares, **autorizo a observação da escola, bem como a consulta da documentação sob minha responsabilidade para realização da referida pesquisa.**

Lagarto/SE, 30 de maio de 2022.

Prof. Dr. José Osman dos Santos
SIAPE nº 1325698

DSC. José Osman dos Santos
Diretor Geral-IFS / Campus Lagarto
Portaria 2990 de 25/07/2013
SIAPE 1325698

APÊNDICE

A: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO IFS SOBRE EGRESSAS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGED

PESQUISA DE DOUTORAMENTO:

DOUTORANDA: TELMA AMELIA DE SOUZA PEREIRA

ORIENTADORA: MARIA HELENA SANTANA CRUZ

SOLICITAÇÃO AO IFS

DIREÇÃO GERAL- CAMPUS LAGARTO

1 Quais as modalidades e cursos ofertados no campus Lagarto?

2 Sobre o Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica:

2.1- Quantos foram as matrículas, concluídos e cancelados por ano de matrícula no período 2009 a 2019? Nos cursos integrados

2.3- Número de homens e mulheres na situação acima.

2.4- O Campus tem sistema de acompanhamento de egressos?

2.5- Listagem de estudantes mulheres egressas do Curso Integrado em Eletromecânica no período de 2009 a 2019, com contato.

B: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ E IMAGEM.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ E IMAGEM

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, os pesquisadores Telma Amélia de Souza Pereira (pesquisadora responsável) e a Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz (orientadora) do projeto de pesquisa de tese intitulado: “A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto” a realizar as fotos/áudios que se façam necessários e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto na legislação vigente.

São Cristóvão/SE, ____ de _____ de _____.

Entrevistado (a)

Assinatura do (a) responsável legal pelo participante da pesquisa

Pedagoga Ma. Telma Amélia de Souza Pereira (Pesquisadora Responsável)

C: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Eu, **Telma Amelia de Souza Pereira**, técnica administrativa do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe (IFS), doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob orientação da Professora Dra.^a Maria Helena Santana Cruz, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **“A Inclusão no mundo do trabalho das técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto”**, lhe convido a participar da referida pesquisa, destinada a analisar dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo de trabalho através das experiências de mulheres egressas do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica do Instituto Federal de Sergipe - Campus Lagarto.

A sua participação é voluntária, mediante a autorização neste Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e ocorrerá por meio de uma entrevista semiestruturada para conhecer a percepção das suas experiências enquanto estudante egressa do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica e a inclusão no mundo do trabalho.

Você terá plena e total liberdade para desistir da pesquisa, a qualquer momento, sem que isso acarrete prejuízo para a mesma. Sua autorização implica na garantia do sigilo das informações, de modo que, qualquer dado divulgado na tese ou em publicações científicas será codificado para manter a privacidade e a confidencialidade. O seu nome e imagem não serão divulgados, sob hipótese alguma, de maneira que possa ser identificada. As informações obtidas ao longo da pesquisa serão utilizadas somente conforme os objetivos propostos pela pesquisa (Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso V; Artigo 17, Inciso IV).

A Res. 466/2012 da CNS/MS afirma que “toda pesquisa com seres humanos acarreta riscos” e, portanto, os riscos devem ser conhecidos e minimizados. Na presente pesquisa, pode haver risco de cansaço, constrangimento, vergonha ou aborrecimento ao responder os questionamentos da entrevista; tomar o tempo do participante durante a entrevista; invasão de privacidade; risco de quebra de sigilo e de divulgação de imagem, mesmo que involuntário e não intencional.

No entanto, é importante ressaltar que os riscos com relação a sua participação na pesquisa são mínimos. Os pesquisadores estarão aptos e adotarão atitudes respeitadas para contornar eventuais constrangimentos e ficarão atentos aos sinais verbais e não verbais do participante para identificar quaisquer cansaços, vergonha ou aborrecimento durante a entrevista. Com relação ao tempo, os pesquisadores não tomarão mais tempo do que o necessário para que o participante responda aos questionamentos em um local reservado, garantindo a liberdade de resposta e minimizando possíveis desconfortos.

Além disso, os pesquisadores estão cientes da importância das providências e cautelas em toda a pesquisa a fim de reduzir prováveis danos, considerando as características do contexto pesquisado. Destarte, como estabelecido na resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (IV.3-b), caso vier a sofrer qualquer dano, previsto ou não no termo de consentimento, está garantido a vocês por vias judiciais a solicitação de indenização (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19) e também o direito à assistência integral dos pesquisadores e da instituição envolvida nas diferentes fases da pesquisa. Assim, as medidas com vista à minimização dos riscos de todas as participantes envolvem, a adoção de uma atitude respeitosa com vistas ao contorno de possível desconforto frente às ações dos pesquisadores. Cabe ressaltar ainda, como providência, a garantia do acesso dos resultados da pesquisa aos participantes e seus responsáveis.

É importante reforçar que, por questões e cuidados éticos, a sua identidade será mantida sob sigilo. Será utilizado um codinome para referenciá-lo, quando necessário. O pesquisador responsável será o único a ter acesso aos dados brutos e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros, congressos, palestras e/ou revistas científicas. No entanto, serão mostrados os resultados obtidos como um todo, referenciado apenas pelos codinomes. Nenhuma informação relacionada a sua privacidade será revelada.

Este termo de assentimento livre e esclarecido encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Sinta-se absolutamente à vontade para fazer contato e obter maiores esclarecimentos ou, ainda, para

deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, pelo telefone (79) 99900-7819, que também possui o aplicativo WhatsApp, ou pelo endereço eletrônico, telma.amelia@academico.ifs.edu.br.

Disponibilizo também o contato do Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, órgão de proteção ao participante da pesquisa que pode também a qualquer momento disponibilizar as informações com relação à assinatura do TALE ou os direitos de participação na pesquisa. Localizado à Rua Cláudio Batista s/nº. Bairro Sanatório – Aracaju/SE. CEP: 49.060-110. O contato pode ser ainda por e-mail através do endereço cep@academico.ufs.br ou por telefone pelo número (79) 3194-7108, no horário das 7h às 12h, de segunda à sexta-feira.

São Cristóvão/SE, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) responsável legal pelo participante da pesquisa

Professor MSc. Telma Amelia de Souza Pereira
(Pesquisadora Responsável)

Professora Dra. Maria Helena Santana Cruz
(Pesquisadora/Orientadora)

D: ROTEIRO DE ENTREVISTA.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS MULHERES EGRESSAS

Título do projeto: A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânicas egressas do IFS - Campus Lagarto

Pesquisadora responsável: Telma Amélia de Souza Pereira

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Sergipe- Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED-UFS
Programa de Pós-graduação em Educação/Doutorado em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Santana Cruz

Telefone para contato: (79) 99900-7819

E-mail: telamelia@hotmail.com

Prezado(a) participante,

Esta pesquisa, intitulada “**A inclusão no mundo do trabalho das Técnicas em Eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto**”, tem como analisar dificuldades e avanços das relações de gênero na formação profissional e no mundo de trabalho através das experiências de mulheres egressas Curso Técnico Integrado em Eletromecânica do Instituto Federal de Sergipe - Campus Lagarto, no período entre 2009 e 2020. Para tanto, será conduzida uma entrevista semiestruturada a fim de entender as experiências das estudantes egressas de curso técnico. Com esse intuito, serão realizadas perguntas que senhora poderá responder da forma que se sentir à vontade. Ressalto que em hipótese alguma será revelado a sua identidade no estudo, portanto, senhora estará eticamente resguardada quando a sua

identificação. O áudio da entrevista será gravado e transcrito, posteriormente, para garantir a fidelidade das informações mencionadas e permitir a análise dos dados.

Antes de iniciarmos, senhora concordou com a sua participação no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido? Senhora autoriza a gravação da entrevista? Se concorda com a gravação, informe seu nome completo, ano em que ingressou no curso, no Campus Lagarto do IFS e, em seguida, um nome fictício que será utilizado para lhe referenciar na transcrição do áudio, na análise e publicação do estudo.

Desde já, agradeço a participação e colaboração no estudo.

ROTEIRO

I) Perfil do Participante

Neste momento, conversaremos sobre o seu ingresso no curso Integrado em Eletromecânica, o conhecimento prévio sobre o curso. Essas informações permitirão conhecer o seu perfil de ingresso ao curso, de modo que, as respostas aos questionamentos devem remeter a esse recorte temporal.

1- Nome completo:

2- Nome fictício:

3- Qual sua idade agora?

4- E sua idade à época da conclusão do curso?

4 -Ano de ingresso? Concluiu o curso no tempo regular ou demorou um pouco mais?

5-Residia no município do campus quando estudante?

6- Reside em qual município atualmente?

7-A senhora gostaria de fazer uma autodeclaração de cor? Se sim, qual?

II) Percepção sobre a formação profissional no IFS – Campus Lagarto

Neste momento, conversaremos sobre o período em que esteve com estudante do curso Técnico em Eletromecânica. Essas informações permitirão conhecer como ocorreu o desenvolvimento da formação profissional acadêmica na sua percepção, bem como, saber quais foram as intencionalidades e influências das questões de gênero neste processo.

1- Como foi sua experiência de estudante no IFS? (resposta livre)

2- Por quais motivos a senhora escolheu o IFS e o curso? Suas expectativas foram atendidas?

- 3- O que influenciou para sua permanência no curso? (resposta livre)
- 4- Segundo os dados coletados no setor de Registros Acadêmicos da Instituição, nas turmas do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica verificou-se que o número de pessoas egressas do sexo masculino é superior às do sexo feminino. A que atribui essa realidade?
- 5- A realidade que falamos anteriormente, a senhora pensa que são de ordem relacionadas a questões históricas, socioeconômicas ou culturais?
- 6- O seu Ensino Médio no IFS foi em um ensino de formação profissional integrada ao ensino médio. Como aconteceu sua formação?
- 7- Quanto à formação, a senhora analisa que o curso se preocupou com a profissionalização das mulheres? Quais práticas justificam isso?
- 8- A senhora gostaria de registrar alguma observação pessoal quanto a sua experiência no Curso Integrado em Eletromecânica e no IFS?
- 9- A senhora pensa que o curso poderia ser modificado para ampliar o ingresso mulheres? Se sim, o que sugeriria de mudança no curso?
- 10- Quais pontos fortes (positivos) você destaca na sua formação no curso? Por quais motivos você destaca esses pontos?
- 11- Quais pontos a melhorar (fracos) você destaca na sua formação no curso? Por quais motivos você destaca esses pontos?

III) Percepção sobre a inclusão profissional no mundo do trabalho das egressas do Curso Integrado em Eletromecânica do IFS – Campus Lagarto.

Neste momento, conversaremos sobre o ingresso no mundo do trabalho do curso Técnico em Eletromecânica. Essas informações permitirão conhecer como ocorreu a sua percepção sobre a inclusão no mundo do trabalho, bem como, saber quais foram as intencionalidades e influências das questões de gênero neste processo.

- 1- Como foi sua experiência de ingresso no mundo do trabalho? (resposta livre)
- 2- Em qual/is área/s que atuou desde sua formação? Por quanto tempo? A que atribui isso?
- 3- Seu ingresso no mundo do trabalho se deu na sua área de formação técnica? Suas expectativas foram atendidas?
- 4- O que contribuiu para houvesse ou não o seu ingresso na área de formação?
- 5- A senhora pretende se qualificar na sua área de formação inicial? O que contribuiu para essa decisão?

6- A senhora tem conhecimento de outras colegas egressas que atuam na área de formação do curso técnico? Se sim, quantas?

7- O fato de ser mulher teve influência para seu ingresso no mundo do trabalho? Se sim, a que atribui essa situação?

8- A senhora gostaria de relatar mais alguma situação em relação à formação e ao mundo do trabalho que não tratamos aqui?